

AS SECAS NA BAHIA
DO SÉCULO XIX
(Sociedade e Política)

Graciela Rodrigues Gonçalves

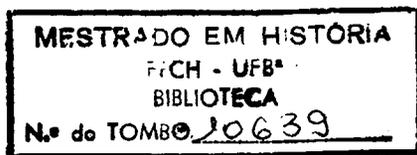
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

AS SECAS NA BAHIA DO SÉCULO XIX
(Sociedade e Política)

Graciela Rodrigues Gonçalves

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernando Guerreiro M. de Freitas

Dissertação apresentada ao Mestrado em História da
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal da Bahia, como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre.



Salvador

2000

Para meus pais, Marcos e Alzira.

À memória de meu tio, Edno Conceição.

SUMÁRIO

Agradecimentos	1
Abreviaturas	2
Introdução	3
Capítulo 1 – Paisagem e Seca	9
Capítulo 2 – 1857/1861: Uma Experiência com a Seca	36
Capítulo 3 – 1869/1870 e 1877/1879: Expectativa e Frustração	92
Capítulo 4 – 1888/1890 e 1898/1900: O Fantasma de Sísifo	125
Conclusão	165
Fontes e Referências Bibliográficas	170
Tabelas e Mapas	184

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador, Antônio Fernando Guerreiro de Freitas pelas observações e sugestões que fez desde quando este trabalho era apenas um projeto. E à banca examinadora da dissertação, formada pelo professores Dilton Oliveira de Araújo e Lina Maria Brandão de Aras, que propuseram diversas sugestões.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, cuja dedicação facilitou a realização da pesquisa e especialmente, a Marina da Silva Santos, da Biblioteca do Mestrado em História e Ciências da UFBA, por seu profissionalismo e amizade.

Agradecimentos aos professores Cândido da Costa e Silva, Lina Maria Brandão de Aras, Maria Hilda Baqueiro Paraíso, Maria José Rapassi Mascarenhas e Maria José de Souza Andrade que de formas diferentes, contribuíram à realização deste trabalho.

Também agradeço ao CNPq que financiou a pesquisa através da concessão de bolsa de estudo. A Virlene Cardoso Moreira por sua dedicação no levantamento de dados para este trabalho. E a Sandra e Elizabete de Jesus Pinto que realizaram o trabalho de digitação.

Aos amigos Jacira Moreira Araújo Silva, Tânia Maria de Jesus Pinto, Jaide, Carlos Eduardo Betancourt Sánchez e José Augusto Almeida Silva.

E à minha família pelo amor e paciência, especialmente aos meus pais, meus irmãos Ana Patrícia e Jorge Emanuel, aos meus tios Maria Umbelina Gonçalves Conceição e Edno Conceição.

ABREVIATURAS

AMS	Arquivo Municipal de Salvador.
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia.
BACBa	Biblioteca da Associação Comercial da Bahia.
BPEBa	Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

INTRODUÇÃO

Quando das primeiras leituras à elaboração deste projeto, pensava em estudar a ocorrência da seca e seu impacto social apenas na região norte da Bahia, mais precisamente a área entre os rios Vaza-Barris e Itapicuru. Todavia, a forte estiagem de 1857/1861 produziu uma considerável documentação relacionada às suas conseqüências na Chapada Diamantina, se comparadas às referências à zona inicialmente escolhida como recorte espacial à realização da pesquisa. Lençóis era, então, o interior baiano, o que explica sua posição de destaque nas fontes documentais. Cerca de quatro décadas mais tarde, na seca de 1898/1900, quando a exploração diamantífera havia sido reduzida e parte dos grandes proprietários havia partido em busca de outras atividades econômicas, as referências à Chapada, a Lençóis, eram parcas.

O maior ou menor testemunho da seca e das áreas em que se manifestava dependia de hierarquias políticas, sociais e econômicas. Mesmo que seu tradicional e recorrente cenário de atuação fosse o norte da Bahia, as atividades econômicas desenvolvidas nas áreas atingidas e o peso que no momento as mesmas representavam no contexto mais geral, condicionavam a produção de registro sobre sua ocorrência e de “discursos” resultantes das aspirações e motivações da camada dominante.

A partir da segunda metade do século XIX, o fluxo migratório passou a ter relevância nessa produção documental. O crescimento do número de pessoas que abandonavam as zonas onde originalmente residiam, e que já não ofereciam condições de subsistência, para dirigirem-se a zonas economicamente mais promissoras, fez emergir imagens de horror, desespero e abandono, provocando perturbações no cotidiano dos lugares que os migrantes percorriam e onde se fixavam.

Optando por não privilegiar uma área específica frente à problemática da seca, adotei uma noção mais panorâmica de sua presença no espaço baiano. Sendo assim, foi dada maior atenção ao tempo, trazendo um recorte centrado no século XIX, pois estudar as fortes estiagens anteriores a este período implicaria em enfrentar o problema das poucas referências da presença da seca na Capitania da Bahia. E ater-se à cronologia de estiagens do século XIX, sem um melhor conhecimento do que ocorreu antes, resultaria na significação da origem do processo de ascensão das conseqüências das secas de um âmbito mais local para outro regional, com reflexos conjunturais sobre a política, economia e sociedade da Bahia – uma vez que tal processo é melhor visualizado a partir da duração do oitocentos.

O caráter de excepcionalidade da seca oferece oportunidades de acesso ao cotidiano sertanejo, permitindo verificar, a partir do particular e excepcional, interdependências, regularidades que apontam para a composição social do sertão baiano.

Sendo assim, o primeiro capítulo busca identificar e explorar a ocorrência de secas ao longo da primeira metade do século XIX, e o peso que as mesmas tiveram no contexto geral da capitania e depois província da Bahia através de uma documentação rarefeita. Fragmentos que se encontram espalhados por várias séries documentais do APEB, sem concentrar-se em uma coleção de maços específicos, pois este tipo de seleção não existe para os primeiros 50 anos do oitocentos. A investigação se desenvolve principalmente sobre a travessia dos viajantes e cientistas austríacos Spix e Martius pelo interior baiano em plena seca de 1818 e 1819, servindo como uma forma de apresentação a paisagem sertaneja, ao espaço que também se faz presente nos capítulos seguintes. É uma introdução ao específico e próprio à lógica interna do viver sertanejo em sua secular convivência com a seca.

No capítulo seguinte, a investigação se desenvolve no sentido de tentar entender o impacto da forte estiagem de 1857/1861 sobre as expectativas dos grupos sociais do sertão e quais os tipos de relações que podiam ser identificadas diante da crise climática. Também a atuação do governo provincial, o qual, diferentemente das estiagens passadas, foi obrigado a intervir no problema, desenvolvendo toda uma política pública de enfrentamento, tornando-se um referencial às estiagens posteriores, principalmente entre aqueles que conviviam diretamente com a seca. A documentação utilizada concentrou-se, basicamente, na coleção de Correspondências enviadas ao governo provincial por autoridades locais, dando conta da situação em que se encontrava o interior devido à presença da estiagem, reunidas sob a rubrica “SECA” e “COMISSÕES DE SOCORROS PÚBLICOS” no APEB. Os poucos jornais que ainda existem, principalmente na BPEBa, davam continuidade à descrição de calamidade, necessidades de sobrevivência da população e um intenso fluxo migratório dentro da província. As Falas e Relatórios dos presidentes de província tentam dar conta das expectativas vividas pelos contemporâneos. Este farto material produzido sobre a seca de 1857/1861, diferentemente das demais da 1ª metade do século, levou-me a outras fontes, assim como cada problema me levou a outro. Tento mostrar que até o final da década de 50 a seca não despertava grandes apreensões naqueles que não estavam diretamente com sua presença, principalmente no que diz respeito ao governo.

De certa forma, o mesmo ocorre para a seca da década de 70, sendo poucas as correspondências sob a rubrica “SECA”, refletindo-se também sobre as Falas e Relatórios. Os jornais, que deveriam suprir a ausência de um maior número de registros sobre a seca, são rarefeitos, reduzindo-se a alguns exemplares da BPEBa. Além disso, acredito que as secas dos anos 70 não tenham sido tão rigorosas quanto a de 1857/1861, apesar dos transtornos provocados nas províncias do Norte, como o Ceará, na estiagem

de 1877/1879. Portanto, no terceiro capítulo, as referências mais recorrentes à seca não dizem respeito propriamente aos incômodos que a estiagem tenha provocado no interior da Bahia, mas às tentativas do governo em desenvolver projetos de colonização em zonas promissoras ao desenvolvimento de uma agricultura mercantil. Sob a rubrica “COLONOS E COLÔNIAS” e “INSPEÇÃO DO ARSENAL DE MARINHA”, no APEB, percebe-se o desenvolvimento de uma política preocupada em abrigar em colônias agrícolas o forte fluxo migratório que periodicamente se deslocava em decorrência da seca, ultrapassando as fronteiras do interior desde o período de 1857/1861. Política que se estendeu ao significativo número de migrantes das províncias do Norte durante a seca de 1877-1879.

Quanto ao quarto capítulo, ele encerra dois períodos de seca, 1888/1890 e 1898/1900, nos quais se processaram modificações quanto à percepção da seca, principalmente entre as camadas dominantes no mundo do sertão. Além do transtorno ao cotidiano sertanejo e da migração continuar a ganhar força, há um sentimento maior de perda e insatisfação entre a camada proprietária em relação ao governo. Sob o signo de um empobrecimento generalizado – uma situação já vivida por moradores, agregados, diaristas, pequenos proprietários e despossuídos – , há uma maior preocupação em objetivar a seca, em torna-la um elemento relevante à “natureza” do sertão frente aos olhos daqueles que não conviviam com o problema diretamente. Além dos poucos registros presentes nas Mensagens, correspondências enviadas ao então governo provincial sob a rubrica “SECA” do APEB e dos Relatórios da Associação Comercial Da Bahia existentes na BACBa, os jornais são uma importante fonte ao contexto da seca e às expectativas vividas pelos contemporâneos em 1888/1890 e, principalmente, em 1898/1900. Mesmo a Seção Republicana do APEB, com exceção

dos jornais, não apresenta em sua catalogação muitos registros sobre a ocorrência de secas, restringindo-se a pontuar estudos e construções de açudes.

As camadas pobres e excluídas da sociedade sertaneja que conviviam com a seca não deixaram testemunhos expressos, depoimentos substanciais em que se pudesse reconstruir casos vividos por aqueles indivíduos. Assim, sem a fala documental dos excluídos, tornou-se necessário estender o tempo de estudo do problema, para que desse contexto e de suas ações se possa conjecturar sobre as expectativas, estratégias, atitudes e frustrações frente ao impacto da presença da seca. Na documentação aqui reunida, não há um conjunto de relatos decorrente de inventários, processos cíveis e criminais, ou seja, de fontes que recuperem fragmentos de histórias de vidas, pelo fato de proporcionarem uma proximidade maior em relação à experiência das pessoas comuns, indo além da interpretação proporcionada pelo conjunto das fontes oficiais que compõem esta dissertação. Como observa Jim Sharpe:

As fontes utilizadas foram basicamente as correspondências dirigidas à presidência da província, distribuídas à presidência da província, distribuídas por seção por vários maços, de diferentes séries da seção provincial e colonial do Arquivo Público do Estado da Bahia. Também as Falas e Mensagens dos Presidentes de Província e Governadores do Estado da Bahia e jornais públicos em Salvador ao longo do período, embora estes não apresentem uma seriação muito rígida, principalmente pelo péssimo estado de conservação em que muitos se encontram, impedindo sua leitura.

O primeiro capítulo tenta identificar a ocorrência de secas durante a primeira metade de século XIX e o peso que as mesmas tiveram no contexto geral da capitania, depois província da Bahia, a partir de documentação rarefeita. O específico, próprio à lógica interna do viver sertanejo e sua secular convivência com a seca, como está na travessia de Spix e Martius pelo interior baiano em plena seca, servindo como uma

espécie de apresentação à paisagem sertaneja, ao espaço que também se faz presente nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, a investigação se desenvolve no sentido de tentar entender o impacto da forte estiagem de 1857/1861 sobre as expectativas dos grupos sociais do sertão e quais os tipos de relações que podiam ser identificadas diante da crise climática. E também a atuação do governo provincial, que, diferente das estiagens passadas, foi obrigado a intervir no problema, desenvolvendo toda uma política pública de enfrentamento, que se tornaria um referencial às estiagens posteriores, principalmente entre aqueles que conviviam diretamente com a seca.

No terceiro capítulo, as referências mais recorrentes não dizem respeito propriamente aos incômodos que a estiagem tenha provocado no interior da Bahia, mas às tentativas do governo em desenvolver projetos de colonização em zonas promissoras ao desenvolvimento de uma agricultura mercantil. O objetivo era abrigar o forte fluxo migratório que periodicamente se deslocava em decorrência da seca, ultrapassando as fronteiras do interior a partir de 1857/1861. Acomodando, dentro das mesmas perspectivas, um significativo número de migrantes proveniente das províncias do Norte.

Quanto ao quarto capítulo, ele encera dois períodos de seca, 1888/1890 e 1898/1900, nos quais se processam pequenas modificações quanto à percepção da seca, principalmente entre as camadas dominantes do mundo do sertão. Além do transtorno ao cotidiano sertanejo e da migração continuar a ganhar força, há um sentimento maior de perda e insatisfação entre a camada proprietária em relação ao governo. Sob o signo de um empobrecimento generalizado, há uma maior preocupação em objetivar a seca, em torná-la um elemento relevante à “natureza” do sertão frente aos olhos daqueles que não conviviam com o problema diretamente.

Há uma linha de continuidade entre os vários períodos de seca do século XIX, compondo expectativas, discursos e olhares acerca do problema e trazendo alguma variabilidade à medida que o oitocentos transcorria, ganhando cada vez mais uma abrangência além do sertão.

Provavelmente, nos dias atuais, não existem resquícios de uma memória das secas ocorridas no interior baiano durante o século XIX. Todavia, muito desse passado ainda guarda uma certa atualidade, pois a seca continua a ser uma personagem da história no presente.

CAPÍTULO 1

Sabe-se que os anos de seca na Bahia, ao longo do século XIX, provocaram episódios de fome, escassez e carestia de alimentos, movimentos migratórios, prejuízos ao comércio e atuação do governo. No balanço oitocentista de Francisco Marques de Góes Calmon, “períodos de secca, variando o calamitoso phenomeno apenas no grão de maior ou menor intensidade e extensão, influíram e concorreram poderosamente para a seriação dos sofrimentos que tivemos que curtir durante todo o século XIX”.¹ Uma primeira leitura demonstra que a seca causava dificuldades no abastecimento de gêneros alimentícios ao consumo de Salvador e despejava centenas de famintos na capital baiana, aumentando a população de indigentes e as despesas do governo e da caridade pública ao dar-lhes algum lenitivo. Longe de Salvador, as fortes estiagens transformavam a paisagem do sertão, desequilibrando o ambiente cotidiano de seus moradores.

O registro de ocorrência de secas durante o chamado período colonial da história do Brasil, é rarefeito quanto ao território baiano. A localização geográfica da Bahia a coloca em uma posição entre domínios climáticos distintos: o Nordeste semi-árido, o Sudeste úmido e o Centro-Oeste com períodos secos e úmidos bem delimitados. Por causa de tal localização a Bahia não está sujeita aos períodos de secas constantes que sempre se manifestam no Ceará, poupando uma vez ou outra o Rio Grande do Norte e a Paraíba; todavia, o caráter de transição, aliado às demais condições ecológicas – altitude, orientação do relevo e os movimentos da circulação atmosférica – permitem a presença periódica da seca metereológica, ou seja, ausência de chuvas na estação

¹ CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico – financeira da Bahia: elementos para a história, de 1808 a 1899*. Bahia: Imprensa Oficial, 1925, p.28.

chuvosa, refletindo sobre as formas de organização social localizadas nas áreas atingidas dentro do território baiano.²

Além da menor incidência de ocorrência de secas na Bahia, em relação às capitanias mais ao norte, a referência e o relato das mesmas estava condicionado à efetivação do povoamento das terras do interior, afastadas do litoral, e sua utilidade no contexto maior da economia colonial.

O movimento de territorialização do sertão da Bahia, iniciou-se com o estabelecimento de fazendas de gado às margens dos rios São Francisco, Itapirucu e Paraguaçu, proporcionando o surgimento de dispersos núcleos populacionais e caminhos por onde transitavam grandes boiadas com destino às feiras do Recôncavo, principalmente de Capoame, estabelecida em 1614, localizada na paróquia de Santo Amaro de Ipitanga. Processo complementado pela descoberta de ouro em Jacobina, Rio de Contas e Minas Gerais, durante o século XVIII.

Sedimentando, assim, o povoamento do interior da capitania da Bahia, ainda que disperso, diferenciando-se da ocupação mais linear e concentrada da costa, principalmente entre o Recôncavo e o litoral sul. A expansão dos núcleos populacionais e formação dos caminhos para o gado ocorrem interagindo com a agricultura. Desde as lavouras desenvolvidas no litoral, voltadas ao abastecimento interno e beneficiadas pelo acesso fácil às vias marítimas; às dispersas pelo interior, próximas as trilhas de gado e às áreas de mineração, dando origem aos caminhos que sempre convergiam ao Recôncavo.³

² Sobre o estudo das características climáticas do Estado da Bahia, as áreas mais afetadas pela ocorrência da seca, sua frequência e duração, exposição metodológica para medir a intensidade das secas no tempo e no espaço, ver: CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES, *Riscos de secas e graus de severidade do semi-árido no Estado da Bahia*. Salvador: CEI, 1991; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Análise dos atributos climáticos do Estado da Bahia*. Salvador: SEI, 1998.

³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos na sociedade colonial, 1550-1835* Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 88, LEÃO, Sônia de Oliveira. *Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia*. Recife: SUDENE, 1987, p. 213, 215 e 219.

A partir desse movimento de interiorização, o sertão baiano surge enquanto paisagem. Segundo o sentido atribuído por Simon Schama a esse conceito, trata-se de um constructo cultural projetado sobre os elementos naturais, provocando uma idéia, uma visão acerca de um lugar real, dando origem às metáforas que se tornam mais concretas que seus referentes originais, tornando-as parte do cenário.⁴ Metáforas que se transformavam no decurso do tempo, com uma, ou mais de uma, se sobrepujando sobre as demais, dependendo do momento histórico. No princípio da colonização portuguesa, até a primeira metade do século XIX, o interior baiano estava primordialmente identificado à dependência que Salvador e o Recôncavo tinham em relação ao gado. Depois, outras idéias e metáforas sobre o sertão se tornam mais marcantes, formando outras categorias, elegendo outros elementos e referentes de identificação.

Até o século XIX, as secas estavam diluídas na longa duração da história que caracterizava o ritmo do sertão baiano sujeito a sua presença. Os relatos são poucos e breves, restringindo-se às dificuldades no deslocamento do gado, prejudicando o fornecimento de carne, couro, sebo e bois para o serviço motriz dos engenhos, em Salvador e seu Recôncavo.

O primeiro registro de seca na Bahia é de 1533, feito pelo Padre Aspiculeta Navarro. Há novas referências imprecisas em 1559 e 1564. No ano de 1583, a seca prejudicou as plantações de cana, de mandioca e a moagem nos engenhos. Nas secas de 1592, 1652, 1690/1692, populações indígenas deslocaram-se em direção a áreas menos afetadas pela estiagem. Em 1694, as Cartas do Senado da Câmara de Salvador fazem uma referência à “rigorosa seca que exterilizava todos os sertões que sem agoa senão pode passar, impedindo-lhe totalmente a jornada do salitre”. No ano de 1700, as Cartas do Senado anotam a falta de gados, impedidos de chegar ao litoral por causa da seca,

⁴ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 70.

refletindo-se também sobre a farinha de mandioca. Quanto ao ano de 1703, as cartas registram “falta de carnes em razão de huma notável Seca que tem havido nos Certões donde vem os gados”. Em 1721, a falta de chuvas prejudicou o abastecimento de alimentos nas capitanias de Pernambuco, Paraíba e Sergipe del Rey, não afetando a Bahia, na época com reserva de farinha de mandioca suficiente ao seu consumo. Entre 1723 e 1724, nova seca, estendendo-se até Salvador, estagnando suas fontes e dificultando o abastecimento da farinha de mandioca. Em 1728, uma forte seca foi substituída por fortes chuvas, danificando a cultura da cana-de-açúcar no Recôncavo e em Sergipe. O período de 1730 a 1735 também representou uma queda na oferta da farinha de mandioca, prejudicando a safra do açúcar e a do fumo, causando mortes e epidemias. As secas de 1776/1778 e 1790/1793, atingiram todas as capitanias do Norte, inclusive o Piauí e a Bahia, exterminando grande parte do rebanho e obrigando a migração de populações para a região de taboleiro e litoral.⁵

Os registros de seca estiveram ligados a uma sobrevivência material, que pouca ou nenhuma atenção dispensava aos demais problemas também enfrentados pelo sertão quando da ocorrência das mesmas.

Spix e Martius: paisagem e seca no sertão baiano (1818/1819)

⁵ BAHIA Secretária do Trabalho e Bem Estar Social. *A seca na Bahia: o modelo de intervenção do Estado*. Salvador: SETRABES; CODESCO, 1985, p. 23-24; SALVADOR, Prefeitura Municipal. Arquivo Municipal. *Cartas do Senado: 1693-1698, 4º volume*. Salvador, [s.d.], p. 51, Idem, *Cartas do Senado: 1699-1710, 5º volume*. Salvador, [s. d.], p. 20-21, 153; SILVA, Ignacio Accioly de Cerqueira e, AMARAL, Braz do. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937, v. II.

Os naturalistas austríacos Spix e Martius, que percorreram uma área considerável do Brasil entre os anos de 1817 e 1820, inclusive o sertão do rio S. Francisco, a Chapada Diamantina, parte do Recôncavo, Salvador, o sul da Bahia e parte do território semi-árido ao norte da capitania baiana, registraram que *sertão* era como os mineiros denominavam a vasta zona pouco povoada de “terreno desigual, muito interrompido, ora montanhoso, ora estendendo-se em vastas chapadas”. Avançando da parte ocidental do rio Jequitinhonha, na Vila de Bom Sucesso do Fanado, no termo de Minas Novas, em direção ao território baiano, até a *fronteira do sertão*, os pequenos povoados de Tapera, Curralinho, Jenipapo, Salgado, Catingas e Torto, “numa aprazível região aberta; cuja vegetação já trazia vestimenta primaveril, e cujo cultivo e população sempre crescente já anunciavam a proximidade de uma grande cidade” – Cachoeira.⁶

À medida que se internavam no sertão baiano, partindo em setembro de 1818 de Malhada, cidade fronteira e posto aduaneiro entre Bahia e Minas Gerais, em direção a Salvador, experimentaram as agruras da seca. Um desafio de sobrevivência tanto para os naturalistas e sua tropa, quanto para o exercício de suas observações argutas sobre a natureza.

O viajante que, durante os meses de seca, levar numerosa tropa pela estrada que tomamos no sertão da Bahia, nunca tem certeza de chegar, com um só dos animais de carga, ao lugar de seu destino. Quanto à segurança pessoal e à imprescindível alimentação, não é preciso que se aflija, pois diariamente tocará em uma ou várias fazendas; mas água e forragem para as mulas, freqüentemente escasseiam e nas secas prolongadas, podem chegar a faltar em absoluto; neste caso, não raro lhe morrem rapidamente os animais, e ele fica, com a sua bagagem, desamparado, dependente da bondade dos sertanejos. (...) Os habitantes destas regiões tristes cuidam, sobretudo, de criação de gado bovino e cavalos.⁷

⁶ SPIX, Johann Baptist von, MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, vol. 2, p. 58, 134.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 121.

Senão impressionante, ao menos desanimador, foi constatar como tal diagnóstico ameaçava a longa viagem dos dois naturalistas e sua tropa. À medida que se afastavam das proximidades do rio S. Francisco, a paisagem transformava-se, indiciária do que havia por vir: “Em lugar dos arroios, completamente enxutos, raramente se nos deparou uma água turva, amarga, enjoativa e viscosa, em poços e cavidades de rocha”.⁸

Passando por Caetité, “um dos mais ricos lugares da Bahia”, onde se desenvolvia o cultivo do algodão e um intenso comércio desse produto com Salvador, comercializando-se tanto o dos arredores quanto o produzido nas caatingas do rio Gavião e de Minas Novas, logo adiante, a tropa se vê sem provisão de milho suficiente à alimentação das mulas, pois o que existia foi logo consumido, já que a mata de caatinga que recobre o solo se encontrava “despida quase de toda verdura”.⁹

Foi nessas críticas condições que chegamos à Fazenda da Lagoa de Nossa Senhora da Ajuda, onde esperávamos ser socorridos, porque essa é uma das maiores propriedades do sertão; mas justamente esse grande núcleo de povoação de mais de cento e sessenta escravos opôs-se ao nosso desejo. Afirmaram que eles mesmos sofriam da carência de milho, e só a grande custo conseguimos comprar a necessária provisão de negros, que cultivavam suas pequenas roças, nos dias de liberdade. Os donos de tão grandes fazendas raramente residem no sertão.¹⁰

Um absenteísmo que não impedia que os residentes na fazenda – “um mulato que a administrava” e os escravos – resistissem aos inconvenientes das estiagens, adequando as reservas alimentícias às necessidades de um período de escassez. Havia um jogo de forças entre a população habitante do sertão de um lado, fazendo reservas alimentícias, economizando a água, estabelecendo estratégias de sobrevivência; e, do outro lado, a paisagem sertaneja com a vegetação retraída ao cinza, em hibernação, escassez de água e a fome e fuga da fauna; jogo este recorrente nas diversas paradas dos

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 122-123.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 124.

viajantes austríacos em direção a Salvador. Uma correlação de forças que se traduz na lógica interna da própria natureza e visível na configuração da formação geológica do sertão: próximo a Vila Velha (hoje Livramento do Brumado), Martius experimenta senão um oásis, a capacidade de renovação da caatinga diante das chuvas e a existência de paisagens contrastantes em um mesmo território:

(...) repentina passagem de uma região deserta, ressecada, para uma alegre paisagem primaveril, atuou com estímulo tanto mais forte sobre o nosso espírito, porque, segundo as experiências colhidas até agora e as informações dos sertanejos até à Bahia não devíamos contar com vestígio algum de renascimento da natureza. Esse refluir, como por encanto da natureza, era apenas uma conseqüência de chuva local, talvez determinado pela conformação das montanhas”.¹¹

Vila Velha, uma das primeiras provações a se formar no interior da Bahia, embora tivesse perdido parte de sua população com a descoberta de ouro na Vila do Rio de Contas, concentrava-se na pecuária e cultivo do algodão. Sua vizinha a noroeste e responsável pela fuga de seus habitantes ainda no século XVIII, sobrevivia da exploração das minas auríferas e do comércio. Apesar dos viajantes observarem que as chuvas eram mais regulares que em outros lugares, tal fato não impedia que em tempos de seca e, conseqüentemente, de colheitas desfavoráveis, a fome, às vezes, se fazia presente, tendo “falecido umas 500 pessoas em conseqüência da penúria geral, nos anos de 1807 e 1808”. Um número em nada insignificante, considerando que em 1818, Vila do Rio de Contas, possuía aproximadamente 900 pessoas e toda a diocese correspondente a comarca de Jacobina, 9.000 almas.¹²

Embora impressionados com as observações que a natureza do sertão lhes proporcionava, a má vontade dos naturalistas com o habitante do sertão e a pouca meticulosidade das observações a ele destinadas eram recorrentes:

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 124.

¹² Idem, *ibidem*, p. 128.

Pareceu-nos, entretanto à educação e necessidades, que esse povo está em condições inferiores mesmos aos mais remotos sertanejos de Minas. Uma palhoça imunda, tendo em volta uns pés de bananeira descuidados, uma roça de feijão e mandioca, um rebanho de gado e alguns cavalos magros, que devem buscar eles próprios a subsistência, eis a mais alta aspiração desses matutos. Alimentam-se com vegetais, carne seca, leite, requeijão, e, durante o tempo das frutas, sobretudo com as do imbuzeiro (...).¹³

Entre a Serra do Sincorá e o Arraial de Maracás, os viajantes continuaram a se deparar com os inconvenientes de uma viagem pelo sertão em pleno período de seca. Antes de serem salvos pela tropa do abastado fazendeiro da região de Caetité, Agostinho Gomes – fornecendo-lhes milho para os animais da tropa, e providenciando os meios necessários para que chegassem ao litoral – , a paisagem desoladora parecia não demonstrar clemência com os dois estrangeiros:

A nossa provisão de milho estava quase acabada, sem que nos pudéssemos reabastecer nas roças dos raros e pobres habitantes dali; a água corrente ia faltar-nos, numa distância de 20 léguas, e só em três ou quatro lugares deveriam existir poças com água fétida e salgada. A própria região, uma mata morta e esturrada, contornava-nos como quadro terrível de aniquilação lenta. Nessa extrema aflição, tomamos a resolução de arriscar as nossas coleções, para somente cuidar de salvar as nossas vidas”.¹⁴

Próximo a Olho d'Água encontraram “tão pouca água, que foi preciso repartir-la pelos animais, em ração, numa bacia”. No rio Jacaré restava apenas “a repugnante água esverdeada de uma poça”. O desânimo era crescente, a surpresa na descrição da paisagem dá lugar ao pessimismo, pressionados pela sede e fome, tendo que lutar diretamente com a natureza, a fuga dessas terras áridas constituía a motivação dos dois naturalistas.

(...) durante cinco dias, sem lograr descanso, nem medicamentos, sob teto hospitaleiro, nem achar uma nascente de água a garantia de não morrermos de sede, com toda a nossa

¹³ Idem, *ibidem*, p. 129.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 130-131.

tropa, nem por uma mudança no ambiente, encontrar alegria para enfrentar as tristes provações neste ermo de natureza morta. Nossa vida inteira girava constantemente em torno da questão: “Acharemos água hoje?”¹⁵

No Arraial de Maracás, Freguesia de Sincorá, nova decepção. A água era escassa e em péssimas condições, repetindo as poças verdes e negras que vinham alimentando a tropa. “O lugarejo, além de ruim e muito pobre, estava abandonado pela maioria dos habitantes, retirados então nas roças”.¹⁶ Onde sobreviviam de reservas guardadas desde os primeiros sinais de estiagem, equilibrando seus parques alimentos com o crescente esgotamento dos recursos naturais.

Mas, à medida que avançavam rumo a Cachoeira, o cenário modificava-se. Transfigura-se uma nova paisagem. “Aqui havia chovido, e vegetação, já mais viçosa, graças à proximidade do mar apareceu-nos no seu esplendor verdadeiramente primaveril”.¹⁷ Chegando à Vila da Tapera, a tristeza e solidão experimentadas no sertão vão sendo abandonadas. Além da vegetação mais fácil de deliciar-se com a vista, a presença mais marcante das culturas agrícolas, de gente e de uma certa urbanidade agindo de forma revigorante sobre os extenuados viajantes. Nas povoações de Currálinhos, Jenipapo, Salgado, Catingas e Torto, os viajantes se contentaram com “suas capelas, fazendas importantes com grandes dependências, bem sortidas vendas ou extensas plantações de café, fumo, milho e mandioca”. Em São Félix imperava “a plena atividade de um porto terrestre, ao passo que na Vila da Cachoeira tudo faz lembrar a vizinhança do mar e o comércio marítimo. O aspecto desta vila, de belos edifícios e movimentada pela atividade européia, foi um verdadeiro prazer para nós, depois de longa temporada no sertão”.¹⁸

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 132.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 133.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 136.

Chegava-se à fronteira do sertão e aparentemente da seca. O alívio de Spix e Martius não permitiu que registrassem a ocorrência ou não de fluxo migratório significativo a ponto de ser notado por estranhos ao ambiente cotidiano dessas localidades. Pois, a retirada às áreas mais próximas ao litoral e melhor abastecidas em anos de seca era um comportamento recorrente, mesmo que o número de indivíduos migrantes não representasse ainda um estorvo a essas localidades fronteiriças e portos de comunicação com o interior. Em 1805, o tropeiro Antônio de Seixas Portella cobrava de Adão José de Azevedo Lima uma dívida de 24\$830 réis que seu falecido irmão, Antônio Silvério, ficou lhe devendo de suprimentos que fez quando se encontrava em Inhambupe, para onde o dito Silvério, morador de Nossa Senhora dos Campos, havia migrado em consequência de “rigorosa seca”.¹⁹ Silvério era um, dentre outros que utilizavam o recurso da migração em anos de seca e talvez beneficiado pela proximidade de áreas mais abastecidas.

Após estadia em Salvador e visita à comarca de Ilhéus, em fevereiro de 1819, Spix e Martius retornaram à Vila da Cachoeira e iniciaram preparativos para uma nova viagem: atravessar parte do sertão ao norte da Bahia até Juazeiro, às margens do rio São Francisco, fronteira com Pernambuco, alcançando assim, Oeiras, capital do Piauí e, daí, seguir a São Luís, no Maranhão, e logo depois o Grão-Pará.

Em Cachoeira, novamente a seca dificulta a continuidade da viagem. Não há tropas de mulas disponíveis para transportá-los, pois este tipo de transporte comercial era tradicionalmente realizado pelos sertanejos, “e estes, devido à grande seca, não tinham vindo.”²⁰ Após conseguirem os animais, foram novamente advertidos quanto aos perigos de outra viagem sobre o sertão, ademais, as chuvas regulares de setembro a fevereiro haviam faltado, dando como provável a continuidade da seca por mais tempo.

¹⁹ APEB, Seção Judiciária, *Inventários e Testamentos*, Antônio de Seixas Portella, classificação 04/1771/2241/07, (1807-1808), fl. 27.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 199.

Seguindo pela Estrada Real das Boiadas, caminho utilizado pelo gado proveniente do Piauí, chegaram a Feira da Conceição (hoje Conceição de Feira), duas léguas distantes de Cachoeira e onde o “viajante se acha, outra vez, em pleno sertão.”²¹

Após rápida visita ao arraial de Feira de Santana, um “miserável povoado” segundo o olhar dos naturalistas, passam por lugar denominado de Gravatá, onde a tropa surpreendeu alguns moradores retirando água acumulada nas cavidades da base de ananás silvestres. “Essa água, embora viciada por insetos e ovos de rãs, era uma delícia para estes desgraçados sertanejos.” Léguas depois, os “desgraçados” viajantes viram-se obrigados a lambar o orvalho de lajes lisas de granito.²²

No arraial de Coité, promessa de uma farta fonte d’água proveniente do interior de uma rocha, qual não foi à angústia ao constatar que o precioso líquido também havia quase que desaparecido: “Uma fenda da rocha de granito fora tornada acessível por um fosso, e ali estava uma pessoa com uma cuia apanhando a água, que gotejava. Mais de 30 indivíduos, mulheres e moças, estavam reunidos em redor dessa fonte do deserto, para descerem segundo a ordem do juiz local, ali presente; e os homens traziam fuzis, para, em caso de necessidade, fazerem valer os direitos dos seus.”²³

Apesar das chuvas começarem a cair freqüentemente, revigorando a paisagem – vegetação menos ressecada, atmosfera mais úmida, fontes e cisternas cheias –, a lavoura ainda vai se ressentir por um bom tempo dos efeitos da seca. No arraial de Santo Antônio das Queimadas, os moradores que ainda não haviam migrado, informaram que por três anos não choveu nas roças de muitos lavradores do lugar, forçando-os a migração. O milho, encontrado até aquele momento nas fazendas, não existia em Queimadas, nem mesmo àqueles dispostos a pagar preços exorbitantes. Se as

²¹ Idem, *ibidem*, p. 201.

²² Idem, *ibidem*, p. 203-204.

²³ Idem, *ibidem*, p. 204.

chuvas haviam colocado fim à sede, agora, era a falta de provisões que os levava à fome.²⁴

Em Vila Nova da Rainha, passagem das boiadas provenientes do Piauí em direção a Salvador, a população pobre que ainda residia na povoação, penava com a destruição dos rebanhos e lavouras:

Vimos grandes roças de feijão, milho e mandioca, todas tostadas pelo calor violento do sol, tal qual acontece entre nós pela ação do frio fora do tempo; outros campos, esturrados pela excessiva seca, desde alguns anos, se achavam sem cultivo, deixando ver filas de caules sem folhas, nos quais já não existia mais vida alguma. (...) Esta calamidade havia flagelado, em vasto círculo, a região em torno de Vila Nova; grandes rebanhos, além disso, haviam perecido de fome e sede, e uma parte dos habitantes abastados se mudava para o Rio São Francisco, de onde eram atualmente trazidos todos os mantimentos, por preços exorbitantes.²⁵

Em caminho a Juazeiro, a paisagem se mostrava monótona: “A região era toda seca e parecia morta”. Vegetação baixa e rala, apenas as copas das árvores de Juazeiro estavam verdes e a água escasseava novamente,

e perguntávamos ansiosos a um cavaleiro, que vinha em sentido contrário, quanto duraria esse deserto. – “Até ao Rio São Francisco. Ali está farto de tudo!” foi a resposta; e acrescentou hesitante: “Tem farinha e água.”²⁶

A proximidade da fértil e estreita fronteira do rio São Francisco trouxe novo ânimo aos cansados naturalistas, cujas pesquisas já não ocupavam a primazia de suas preocupações, mas a necessidade de encontrar água e de uma outra paisagem que lhes trouxesse algum alento:

(...) meia hora antes do termo de nossa viagem, passamos, sem transição, de um solo árido e estéril para um fértil e viçoso terreno, coberto de um tapete verde de gramíneas e flores (...); então, a paisagem descortinou-se, e o majestoso Rio São Francisco resplandeceu,

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 206.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 209.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 218.

ondulando placidamente. Sentimos a força ditirâmbica do verso de Píndaro – “A água é o que há de melhor”, – reanimando o nosso espírito extenuado, quando finalmente alcançávamos, depois de tantas atribulações e desventuras, a margem do abençoado rio hospitaleiro.²⁷

Juazeiro era uma pequena povoação com cerca de 50 casas e 200 habitantes e ponto de travessia do gado proveniente do Piauí. Através do São Francisco, a povoação, arredia à lavoura, realizava intenso comércio com Minas Gerais, trocando sua produção de couros, sebo, carne salgada, fumo e sal extraído de salinas em barracos do rio e seus tributários por gêneros alimentícios. Além de Minas Gerais, também mantinha atividade comercial com regiões mais ao norte da Bahia, com o interior de Pernambuco, Goiás, Piauí, Mato Grosso, Maranhão e localidades ao longo do São Francisco: vilas de Barra do Rio Grande, Pilão Arcado e Urubu; intermediando o comércio de mercadorias européias e de escravos.

Apesar da presença do rio São Francisco, opondo-se à seca e escassez de alimentos do árido sertão próximo a ele, a maior parte da população vivia na miséria. “São ricos só uns poucos grandes fazendeiros, em cujas propriedades se estabelecem agregados, e dominam a indústria de todo o distrito”, detendo também o controle da maioria das salinas.²⁸

Após conhecerem Registro do Juazeiro (hoje Petrolina) na margem pernambucana do rio, Spix e Martius retornaram a viagem rumo a Oeiras, no Piauí. Cientes do perigo que corriam se insistissem a percorrer caminhos desprovidos de água, gente e provisões, desta vez optaram por caminhos em que as chuvas já haviam se manifestado há muito tempo e onde a paisagem ganhava um aspecto primaveril, os córregos voltaram à vida e a folhagem da caatinga começava a brotar, voltando a pesquisa à posição primordial de suas preocupações. A seca havia deixado de ser

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 218.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 222.

vivenciada, mas nas observações da paisagem e nas informações colhidas com a gente da terra, considerações sobre o regime das chuvas, o aspecto que a vegetação adquiria em presença da estiagem, continuaram a pontuar o relato dos naturalistas.

O relato de Spix e Martius é o primeiro a descortinar a presença da seca no interior da Bahia, revelando aspectos inerentes à paisagem, ao ambiente cotidiano de seus habitantes, os mecanismos de sobrevivência, o real perigo de atravessar o sertão, principalmente para quem não é da terra e não está acostumado aos mecanismos de sobrevivência diante da quase esterilidade da natureza, incapaz de se renovar e concentrada em sua auto-preservação. Estratégia também adotada pelos moradores do sertão seco.

Além da estiagem, a paisagem descrita revela que as grandes fazendas, principalmente as ocupadas no cultivo de algodão e na criação de gado e extração de sal, situavam-se em torno das melhores fontes de água, enquanto as mais pobres, distribuídas no interior do território baiano, longe do rio São Francisco e do Recôncavo, sofriam com a falta de fontes de água duradouras. Estas dedicavam-se à agricultura de subsistência, principalmente aquelas localizadas junto aos pequenos núcleos de população. A maioria dos arraiais pobres teve parte de sua população migrada, principalmente aqueles onde a destruição da lavoura havia sido mais intensa, como em Maracás, Queimadas e Vila Nova da Rainha.

A produção de alimentos concentrava-se sobretudo na mandioca e no milho, cujas pequenas roças eram responsáveis pelo abastecimento local e de viajantes como Spix e Martius, que necessitavam de provisões. Em torno dos povoados, o cultivo dessas roças, provavelmente era praticado por homens livres que detinham senão a propriedade, a posse de terrenos, enquanto nas grandes propriedades, os agregados e a iniciativa autônoma dos escravos davam conta da produção desses gêneros.

As condições de saúde não eram lisonjeiras. A fome e a péssima qualidade da água de poças e cisternas em áreas mais secas, e as constantes febres e demais enfermidades entre a população ribeirinha ao São Francisco, aliadas à pobreza, não trouxeram boa impressão aos viajantes sobre a gente da terra, dispersa e ocupada em prover sua difícil subsistência.

Embora não tenham encontrado indivíduos deslocando-se para locais mais abastecidos, a migração existia, principalmente em direção ao rio São Francisco, como consequência da impossibilidade das roças em prover sustento, obedecendo a um equilíbrio e lógica, sem comoção ou calcinamento, mas enquanto estratégia secular de sobrevivência. Todavia, em 1818/1819, ainda foi possível à maioria dos habitantes do sertão internarem-se em suas próprias roças, vigiando e economizando suas provisões e concorrendo com os demais às fontes de água potável que ainda existiam. Comportamento que Martius chama atenção: “A vida tranqüila de retraimento da família, durante o período da seca, fez-nos lembrar o idílio de nossos camponeses, na estação fria”.²⁹ Uma tranqüilidade provavelmente referente ao recolhimento às roças, paralisando o trabalho e abandonando diversas tarefas cotidianas que implicassem um maior consumo dos recursos disponíveis, poupando energia e economizando as reservas alimentícias até a chegada das chuvas e o florescimento da lavoura.

As condições reinantes na seca de 1818/1819, embora desesperadoras, ainda se circunscreviam ao próprio sertão, sem ultrapassar suas fronteiras naturais, assim como seus habitantes, já habituados a longos e freqüentes períodos de estiagem, atuavam dentro de tais fronteiras. Havia um equilíbrio entre a presença da seca e suas consequências e as necessidades da população, sem o apelo à caridade privada e de autoridades e funcionários públicos estranhos aos locais de ocorrência da seca, nem uma

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 208.

demanda migratória a área longínquas ou fora do espaço do sertão, em busca de trabalho.

Através de Spix e Martius, a seca é pela primeira vez fundida de forma contundente à paisagem do sertão da Bahia (ver mapa), tornando-se uma figura de relevância, vista não mais pelos olhos do sertanejo que convive periodicamente com ela, mas por elementos estranhos à experiência de sua ocorrência.

Outras Secas: 1833 a 1857

Em 1832, o naturalista francês Alcide D’Orbigny, em viagem do Maranhão a Salvador alcançou Vila Nova da Rainha, onde não teve uma boa impressão. Provavelmente influenciado mais pela leitura da viagem de Spix e Martius, do que por uma seca propriamente vivenciada, define-a como um “miserável povoado, isolado no meio daquelas planícies. Algum dia, a seca matará todos os seus desgraçados habitantes.”³⁰

Pouco relata de sua viagem entre Vila Nova da Rainha e Cachoeira, restringindo-se a enfatizar o quanto era difícil sobreviver por uma região árida, cuja paisagem mudava à medida que Cachoeira tornava-se próxima. Repete, ou melhor, resume a impressão de Spix e Martius, cuja leitura da obra deve ter tomado seu tempo enquanto atravessava o norte da província da Bahia. A caracterização do sertão e da seca feita pelos naturalistas austríacos é copiada por D’Orbigny, que se exime de lançar seu olhar sobre a paisagem sertaneja, concentrando-se na ênfase da pobreza e aridez que talvez não tenha presenciado, tendo apenas visto os indícios de uma estiagem que se anunciava.

³⁰ D’ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. David Jardim. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976, p. 97.

No ano seguinte, a seca se fez presente, provocando escassez de gênero alimentícios e aumento do preço da farinha de mandioca, forçando a presidência da província a pedir remessa desse produto ao mercado do Rio de Janeiro, pois a produzida na Bahia estava sendo embarcada às províncias do norte, também afligidas pela seca.

Segundo o presidente da província, desembargador Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, os habitantes da Bahia, “gemem com o pezo da carestia dos gêneros da primeira necessidade principalmente da farinha de mandioca que tem subido a quatro, e a cinco mil reis o alqueire no mercado da Cidade, e a mais nas Povoações do centro: o que provem em desesperação a pobreza, aflige os de medíocre fortuna, e arruína os grandes Proprietarios, cujas terras não são próprias para esse genero de cultura”.³¹

Tratava-se de uma das várias crises de abastecimento que a população de Salvador e seu Recôncavo sofreram, não propriamente por causa da estiagem dentro do território da província da Bahia, mas pela que ocorria no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, cujas necessidades de farinha de mandioca propiciavam preços melhores aos produtores e comerciantes desse produto. Diante da crise alimentícia e da seca, a população ganha uma certa configuração hierárquica dentro da sociedade: “a pobreza”, “os de medíocre fortuna” e “os grandes Proprietários”. Representação comum para denominar os que estavam sujeitos às conseqüências de uma seca.

Em 6 de abril do mesmo ano, o Jornal da Bahia, trazia a seguinte nota em sua coluna de “Variedades”:

VILLA DIAMANTINA. – A mais cruel fome persegue os habitantes desta parte da nossa Província de uma maneira espantosa: o preço de viveres da primeira necessidade tem chegado a um tal ponto que imensas famílias se tem retirado para não sucumbirem de miséria (...).³²

³¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Correspondência para o governo Imperial (registros)*, volume 681 (1833-1835). Ofício da presidência da província, em 17 de dezembro de 1833.

³² APEB. Seção Republicana. *Jornal da Bahia*, 6 de abril de 1833, p. 297.

A denominação “Villa Diamantina” provavelmente refere-se à Chapada e às atividades de mineração de ouro e de diamante, descoberto pelos anos de 1817, 1818 e década de vinte nas serras do Gagauá, Sincorá, Assuruá e Xique-Xique. Área das “povoações do centro” a que se refere o ofício do presidente da província, incluindo os distritos de Jacobina e Minas do Rio de Contas. A atividade mineradora, a presença de garimpeiros nesta zona, talvez tenha levado o jornal a denominá-la de forma semelhante à região do Distrito Diamantino, em Minas Gerais, onde a atividade era mais intensa, sendo superada apenas na década de 40 com a descoberta dos diamantes baianos de Mucugê, Andaraí, Lençóis e Sincorá.³³

Completando o texto, a Sociedade dos Amigos da Beneficência, abria uma subscrição em benefício das famílias pobres, “que se acham reduzidas à ultima extremidade, não só pela falta como pelo excessivo preço dos viveres”, apelando aos seus sócios e a todos que se voluntariassem a fazer donativos.³⁴ As conseqüências de uma calamidade natural provocavam reações de caridade, uma obrigação moral deferida à pobreza desvalida, incapaz de sobreviver as próprias custas, não por vadiagem, mas por fenômenos que escapam ao seu controle, como a seca, mobilizando a opinião pública que não convivía diretamente com o problema.

Em 1834, a Câmara Municipal da Vila da Barra do Rio Grande, esclarecia à presidência da província a causa do diminuto gado que chegava a Salvador: “o motivo de tal falta é a grande sêca, a qual tem produzido neste Sertão males incalculaves.”³⁵ Quatro anos atrás, a câmara da mesma municipalidade explicava à presidência o quanto era injusta a cobrança de um imposto aos negociantes do lugar, alegando que o

³³ GOMES, Josildete. “Povoamento da Chapada Diamantina”. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 77, 1952, p. 221-237.

³⁴ APEB, *ibidem*.

³⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial, *Câmara Municipal da Vila da Barra do Rio Grande*, 1.257. ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, 8 de janeiro de 1834.

comércio com Salvador “alem de pouco importante em Seos Cabedais he deffecultozo trabalhozo, arriscado, e pouco interessante, em Vista dos incômodos pessoaes e grossas dispezas, achando se cada vez mais Caduco pellas continuadas Secas, Carestia dos gêneros, Comestíveis, cavalgadas, e esterilidade das estradas (...)” Até 1827, Barra do Rio Grande e demais localidades na margem esquerda do rio São Francisco pertenciam à província de Pernambuco, mais acessível que a distante capital da Bahia, e participando de toda uma rede comercial que o São Francisco e seus afluentes possibilitavam àquela zona. Algo impossível pelas poucas rotas terrestres disponíveis no interior da Bahia, intransitáveis durante a seca.

No abaixo-assinado dos negociantes e taberneiros da Vila da Barra do Rio Grande dirigido a Câmara Municipal, a seca tem presença relevante:

(...) desde o anno de 1796, em que as sucessivas Secas, e falta de Xuvras tem estragado este Certão com falta de agricultura, e mortandade de gados, pondo se no maior auge de Carestia (...).³⁶

A seca começa a ser relevante à medida que o governo provincial começa a se fazer mais presente, seja através da prestação de contas à irregularidade do abastecimento de carne que afeta Salvador, seja no estabelecimento de uma política tributária regular. Essa tentativa de inteirar-se do cotidiano dessas povoações, acaba por revelar seu ambiente cotidiano, o isolamento em que se encontram em relação a Salvador e o fator desregularizador das secas periódicas. As quais, segundo revela o abaixo-assinado, além de mais frequentes, parecem que seus efeitos têm atuado de forma acumulativa no sertão, permitindo pouca recuperação de uma estiagem a outra.

Em fevereiro de 1836, a Câmara Municipal de Salvador justificava à Assembléia Legislativa Provincial a razão do alto preço da carne nos açougues de Salvador:

³⁶ APEB, *ibidem*. Abaixo-assinado de negociantes e taberneiros à Câmara Municipal de Barra do Rio Grande, [s.d.]. Os dois documentos foram gentilmente indicados por Urânia Santa Rosa.

(...) a maior abastança dos açougues d'esta Cidade era fornecida pelas províncias do Piauhy parte Septentrional da de Goiaz: na primeira as facções intestinas, e as sêccas periódicas tem diminuído o numero de gado das fazendas, alem de que tão bem já o progresso de sua população veda (sic), o que. V. Ex^a. melhor poderá conhecer pelos registros da passagem do Joaseiro uma exportação comparativamente proporcional à primazia, e na segunda a abertura de comunicações do Comercio e Rio de Janeiro, e a destruição que o Gado n'essa Província similhantemente sofre com as sêcas, que em geral afligem o nosso continente, ou interior tem desviado dos nossos mercados muitos mil bois, o que outrora seguião para esta Capital.³⁷

Embora inteirados da seca e conflitos internos que ocorriam na província do Piauí, e também de uma nova regionalização, que proporcionava a abertura de rotas econômicas entre Goiás e a província do Rio de Janeiro, os vereadores de Salvador sabiam sobre a presença da seca no interior do território baiano apenas quanto à impossibilidade das boiadas chegarem ao mercado da capital. Nas três primeiras décadas do século XIX a seca e o sertão eram paisagem quase restrita aos sertanejos e àqueles que desempenhavam algum tipo de atividade por tais paragens. Com exceção das boiadas e do comércio realizado pelas tropas, o sertão estava pouco integrado ao litoral, tanto pela precariedade das vias de comunicação, agravada com as intempéries climáticas – a seca e as chuvas –, quanto pela falta de zonas econômicas mais lucrativas, diferentes da clássica atividade da pecuária e mais significativas do que a mineração nas comarcas de Jacobina e Minas do Rio de Contas. Nem mesmo o algodão da Serra Geral conseguia forjar perspectivas mais favoráveis a uma integração entre os dois mundos: sertão e litoral.

Em relação a 1845, há o pouco revelador ofício de Antônio do Rego, escrito na vila de Juazeiro, ao presidente da província, no qual observa que a atividade a ser realizada naquela região, estava temporariamente suspensa:

³⁷ AMS, *Ofícios ao Governo*, vol. 111. 9 (1835-1840), fl. 78.

Não podendo conduzir toda a condução que V. Ex.^a. determinou pello motivos da grande seca resolvi o seguir, com Seis cargas e os dois carpinteiros athe esta Vila (...).³⁸

Sobre a seca de 1845, Góes Calmon ressalta o quanto a farinha de mandioca estava sendo vendida às províncias mais ao norte, alimentando suas populações, mas dificultando o abastecimento desse gênero no mercado soteropolitano.³⁹

No ano de 1848, temporariamente estacionado na vila de Juazeiro, o capitão da Guarda Nacional, Bento José Gonçalves, queixa-se de dificuldades enfrentadas com a seca e da deserção de seus comandados:

“Cumpre-me participar a V. Ex.^{ca}, que tendo apressado a minha marcha aqui cheguei hontem pelas seis horas da tarde sub carregado com alguns Saldados doentes, dando lugar a isso a grande seca que labora por estes lugares, e assim como terem desertado mais dois Soldados alem do que já havia eu participado a V. Ex.^a., em meo officio de cinco do corrente, e tenciona seguir amanhã em barcado, para a Villa do Pilão Arcado (...).⁴⁰

Ainda em 1848, o professor público de primeiras letras da povoação de Mirandela, João Neville de Passos, lamenta-se com o conselheiro Francisco Gonçalves Martins, sobre o pequeno número de alunos que freqüentaram a escola, pois,

este anno temos Sido victimas aqui, de bexigas, que no principio tivemos, e a Secca, que ainda hoje sofremos (...).⁴¹

Tendo se agravado no ano seguinte, a seca desorganizava o cotidiano do centro da província. Em 1849, José Antônio Saraiva, travando as primeiras experiências de sua vida política, é nomeado Juiz Municipal de Órfão de Jacobina, onde, no ano que havia passado, já havia ocupado o cargo de promotor público da comarca. Próximo de assumir o novo encargo, o juiz nomeado assusta-se com as notícias que chegavam a Salvador:

³⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial, *Seca*, 1607. Ofício de Antônio do Rego ao presidente da província, 24 de outubro de 1845.

³⁹ CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia*, p. 64.

⁴⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial, *Seca*, 1607. Ofício de Bento José Gonçalves ao presidente da província, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, 25 de agosto de 1848.

⁴¹ APEB, Seção Colonial e Provincial, *Instrução Pública*, 2565. Ofício de João Neville de Passos à presidência da província. Mirandela, 31 de janeiro de 1849. Documento gentilmente indicado por Urânia Santa Rosa.

“(…) e aqui me acho a partir para Jacobina onde (me dizem) reina grande sêcca e o preço dos viveres tem augmentado consideravelmente (…)”. Logo depois, recebe informações mais precisas: “Em verdade que a sêcca é extraordinária, principalmente em Jacobina, onde a farinha vende-se já a 8\$ a quarta, mas pretendo fazer a viagem sem supportar muito o sol ardente, e com todas as cautellas necessárias”. Chegando a Jacobina, desanima-se com a situação: “A sêcca é extraordinária... Já se póde dizer que morrem pessoas de fome. Tive a infelicidade de ser nomeado, e vir em tal tempo”.⁴² Apesar de sujeita às fortes estiagens, Jacobina, na opinião de Saraiva, era uma vila quase tão desenvolvida quanto a cidade de Santo Amaro, no Recôncavo, necessitando apenas de um comércio mais ativo, pois se o tivesse, “seria um oassis de civilização nos sertões desta Província”.⁴³

Na década de 40, o Império formalizou os primeiros dispositivos legais permitindo ao governo central conceder recursos pecuniários às províncias em dificuldades provocadas por calamidades, dando margem a várias interpretações, inclusive a da seca. As províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba receberam alguns benefícios através de tal artifício, durante os anos de 1846, 1847 e 1848.⁴⁴

Na Bahia, a ocorrência de secas não proporcionava muitos debates entre as autoridades provinciais. A seca resumia-se a episódios de ocorrência extemporânea a prejudicar o abastecimento, tanto pelas boiadas que não conseguiam atravessar um sertão esgotado de recursos para o sustento do gado, propiciando a atuação de intermediários que inflacionavam ainda mais o preço da carne, quanto pela farinha de mandioca, produzida nas comarcas do sul e, desviadas às províncias do norte, oferecida

⁴² Cartas de José Antônio Saraiva a seu avô materno, o Brigadeiro Herique Pinto de Madureira; respectivamente em 14 e 23 de janeiro e 19 de fevereiro de 1849. ver PINHO, Wanderley. *Política e políticos no império: contribuições documentais*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1930, p. 42.

⁴³ PINHO, op. cit., carta de 22 de junho de 1848, p. 39-40.

⁴⁴ AGUIAR, Pinto de. *Nordeste: o drama das secas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 55-56. O autor apresenta um panorama sobre a legislação relacionado à seca, desde o século XIX.

a um preço mais elevado que o do Celeiro Público de Salvador, dando margem também à atuação de intermediários.⁴⁵

Em resposta a um ofício do então presidente da província, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, o proprietário Manuel Pinto da Rocha, descrevia as prováveis causas da carestia e escassez dos gêneros alimentícios que atingiu a província em 1857. Um ano em “que a falta de inverno, que fora do costume houve nos mezes de Maio, Junho e Julho, surpreendeo a muita gente acostumada, e a não usar de alguma arte na plantação e na conservação dos cereaes em annos seccos”.⁴⁶

O correspondente delimita o espaço produtivo de alimentos da província em duas paisagens: “campo”, ou seja, o Recôncavo e as áreas mais ao sul do litoral, tradicionalmente responsáveis pelo abastecimento da farinha de mandioca ao mercado de Salvador; e o que ele denomina de “interior da Província”, ou seja, o sertão e sua clássica representação de espaço afastado do litoral.

Quanto ao “campo”, o missivista acredita que a participação dessa área sobre a elevação de preços dos alimentícios cabia à ociosidade de grande parte de sua população, do “grande número de vadios que vivem do que espontaneamente dá a natureza do solo, e juntamente ao furto que faz hoje a ocupação de centenas de indivíduos, com quem a polícia do campo pouco se tem emportado, a coro, assim os malandrins, e diminuindo se em prejuízo da prosperidade, e do bem publico, a classe dos productores”. Enfatiza também o abandono gradual das lavouras voltadas ao comércio interno de alimentos, pelas de produtos exportáveis e com boa cotação, provocando a “aplicação exclusiva à cultura do tabaco de folha à que se tem dado a

⁴⁵ Sobre as crises alimentícias em Salvador no século XIX, ver SOUZA, Afonso Rui. *História da Câmara Municipal da Cidade de Salvador*. Bahia: Câmara Municipal de Salvador, 1953; MATTOSO, Kátia. *Bahia: a Cidade de Salvador e seu Mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978; RIBEIRO, Ellen Mello dos Santos. *Abastecimento de farinha da Cidade do Salvador, 1850: 1870: aspectos históricos*. Dissertação de mestrado, Salvador: UFBA, 1982.

⁴⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Abastecimento: gêneros alimentícios*, 4631. Ofício de Manuel Pinto da Rocha ao presidente da província. Engenho Velho, 26 de dezembro de 1857.

parte mais laboriosa da população fascinada pela imensa procura, e alto preço do tabaco, lavoura que em trez meses aprompta-se e vae ao mercado, entretanto que a mandioca demanda um anno para chegar ao estado de dar farinha”⁴⁷. A reação à chamada vadiagem, vinculava-se às tentativas de obrigar os despossuídos a aceitar o trabalho assalariado, objetivando ordenar uma mobilidade que era inevitável, condicionando-os ao trabalho agrícola em um contexto que se encaminhava ao fim da escravidão.⁴⁸ Porém, o continuo abandono das lavouras voltadas ao abastecimento interno de gêneros alimentícios e a falta de uma política econômica favorável ao pequeno produtor de tais culturas, pesava de forma mais considerável nas crises alimentícias de Salvador, cada vez mais recorrentes na segunda metade do século XIX.⁴⁹

Quanto ao “interior da Província”, a elevação de preços dos produtos alimentícios pela população – “a farinha, o milho, o feijão, e a carne verde” –, com exceção das áreas mais diretamente atingidas pela seca, ou seja, dos “habitantes das Câmaras que ficão ao norte da Província, os quaes perdão (sic) quase todo gado, e virão-se na necessidade de refugiar-se para os lugares onde encontrão águas”,

não procede, ao meu ver, da irregularidade da estação, nem da falta de braços, e nem da dislocação destis, porque todos os lavradores, que plantarão cereaes colherão para o seu consumo; e os que tiverão o cuidado de ter tanques sobressellentes, não perderão o seu gado na crise por que acabou-se de passar.⁵⁰

⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁸ Ver FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec, Salvador: EDUFBA, 1996.

⁴⁹ Thales de Azevedo enfatiza o processo de reajustamento tanto da economia baiana, quanto a das demais províncias do Norte às exigências do mercado externo. Com as dificuldades enfrentadas pelas tradicionais culturas de açúcar, do algodão e também do fumo durante a primeira metade do século XIX, as tentativas de adaptação a novas culturas e modernização das antigas tornam-se mais significativas a partir da década de 50, emergindo um interesse crescente sobre o café, o cacau, o algodão e o fumo. AZEVEDO, Thales de, e LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 16.

⁵⁰ APEB, *ibidem*.

Realmente, os meses secos de 1857 não representaram um grande peso às fazendas de gado localizadas fora da área semi-árida da província – cujas localidades, a exceção de Jeremoabo, zona de criação de gado para o mercado de Salvador, ocupavam-se com uma produtividade de caráter agrícola⁵¹ –, entretanto, pesaram em 1859 e 1860, pois de esporádica e localizada, a estiagem de 1857 aos poucos torna-se um mal enraizado, implacável, não se restringindo ao norte, abrangendo todo o território do interior da Bahia e prolongando-se até 1861.

Uma crescente falta de chuvas, comum a todo o interior da província, drenando as reservas de gêneros alimentícios, água e pasto, provoca uma falta generalizada dos meios necessários à sobrevivência do sertanejo entre os anos de 1858 a 1860. Diferentemente dos períodos anteriores, 1818/1819, 1833/1834, 1844/1845, 1848/1849 e 1857, a migração torna-se extraordinária.

Mas, em 1857, a seca ainda não se mostra aterradora, capaz de gerar um número considerável de exilados do sertão. As considerações de Manoel Pinto da Rocha tendem a caracterizar um equilíbrio entre a seca e sua presença no sertão, demarcando as áreas, populações e culturas atingidas por sua ocorrência sem grandes prejuízos ou influência sobre as demais paisagens do território baiano. A seca ainda é vista à distância, assim como o sertão, e relativamente confinados a uma temporalidade e espacialidade específicos, com poucas semelhanças e pontos de contato com o litoral bastante delimitados e recorrentes:

“a carestia da carne verde não procede da falta de gado, sim do monopólio, e também do retardamento do gado, que não tem podido descer para o litoral da Província por falta de água nas estradas por onde tem elle de passar”, provocando aumento de preços “tanto nos

⁵¹ Ibidem.

mercados grandes, como nos pequenos, e até nos lugares da produção os preços continuam ainda elevadíssimos”.⁵²

A seca e sua força desregularizadora do ambiente sertanejo, potencializando as dificuldades cotidianas, até 1857, permaneciam pouco compreensíveis àqueles que não viviam seus efeitos dia após dia, encarando-a enquanto um mal acessório às dificuldades que atormentavam a província: a agonia do declínio da produção e preço do açúcar; as constantes crises de alimentos em Salvador, sob o risco de tensão social entre as camadas pobres; as dificuldades da praça comercial de Salvador em expandir seus lucros e fronteiras de atuação. A seca estava restrita à categoria de intempérie climática, restrita às áreas semi-áridas e em equilíbrio com a paisagem do sertão, emergindo e retraindo-se dentro da organização social e econômica desse espaço; a não ser pelos contratempos da descida de gados ao litoral. Um equilíbrio que se fragilizava cada vez mais e de forma irremediável, à medida que o século XIX decorria.

CAPITULO 2

1857-1861: UMA EXPERIÊNCIA COM A SECA.

“Poucos, da atual geração de baianos, desconheceu, pelo menos de tradição, o que foi, para o povo sertanejo, o ano de 1860. De quantas secas periódicas têm devastado os sertões

⁵² Ibidem.

brasileiros, raros legaram horrível memória, como a geralmente conhecida por *seca de 60*, aliás 59, de que resultou a crise alimentícia denominada *fome de 60*.⁵³

Opinião também compartilhada por Francisco Marques de Góes Calmon, caracterizando-a “de terrível seca, finalmente, jamais repetida em extensão e inclemência”, entre as que ocorrem no século XIX.⁵⁴ De acordo com as correspondências enviadas à presidência da província, no período de 1858/1861, o interior da Bahia parece ter sido calcinado pela seca, destruindo a lavoura, matando a criação, transformando sua paisagem. As migrações de sertanejos pelo interior baiano, em direção a outras províncias (Sergipe, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais), ou à cidade de Salvador e Recôncavo, provocaram comoção e desregularizaram o cotidiano do sertão em proporções até então nunca registradas. Em 1860, as autoridades provinciais viram-se em meio a uma crise com efeitos sobre todo o interior da Bahia (ver mapa), tendo que organizar e controlar socorros públicos para remediar a fome, as doenças, o desemprego e a migração. Tornou-se impossível ignorá-la. E, diferentemente das outras secas, ela atingiu, de várias formas, “a gente mais desvalida”, “as pessoas de medianas posses” e “as pessoas abastadas”.

No ano de 1857, a seca faz-se presente em parte considerável do território baiano quando “a falta de inverno, que fora do costume houve nos meses de Maio, Junho, e Julho, surpreendendo a muita gente acostumada á espera somente pela ação da natureza”,⁵⁵ interrompeu a estação chuvosa – que no sertão ocorre entre novembro e abril –, e continuou em 1858. Sem a chuva, não há possibilidade de desenvolvimento da lavoura, nem da renovação da água dos reservatórios, destruindo o pasto, ressecando a vegetação e forçando a migração da fauna da caatinga e do cerrado. Nos primeiros

⁵³ ROCHA, Lindolfo, *Maria Dusá*. São Paulo: Ática, 1980. p. 16-17. A primeira edição dessa obra é de 1910. Grifos do autor.

⁵⁴ CALMON, Francisco Marque de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia*, 1926, p. 72.

⁵⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Abastecimento: gêneros alimentícios*, 4631, Ofício de Manuel Pinto da Rocha ao presidente da província, Engenho Velho, 26 de dezembro de 1857.

meses de 1859, o *Jornal da Bahia*, noticiava as primeiras conseqüências das chuvas do ano anterior – exageradas em algumas áreas e ausente em muitas outras –, caracterizando situação de seca em algumas localidades da província:

“Ja vai sendo extraordinaria a secca pelo sertão; logares ha nos quais, depois das abundantes chuvas de setembro, ainda não cahio uma gota de agoa! O gado já começa a morrer, as faltas de viveres vão apparecendo, e a carestia tornando-se insuportável”.

De Purificação dos Campos (hoje Irará), uma missiva informava: “A seca por cá está no último apuro; ao vendo se pode crer! não há mais o que dar a um animal para comer: si não cahir alguma chuva temos de ver muita cousa feia”.⁵⁶

Em Vila Nova da Rainha (hoje Senhor do Bonfim), o sol mostrava-se inclemente, pastos e água diminuía, provocando uma “mortandade espantosa do gado; e, de efeito, si as chuvas não cahirem por todo este mez, teremos uma calamidade geral, porque não há um anno que pasamos com a maior secca conhecida nesta terra”. Agravando ainda mais a situação, a farinha de mandioca, o milho e o feijão aumentaram de preços, sob o risco de duplicarem no futuro.⁵⁷ A memória de secas passadas que os sertanejos guardam e usam enquanto referência, comparando-as com a estiagem que vivem no presente, não tendeu a desmentir a previsão do missivista de Vila Nova da Rainha.⁵⁸

Em Feira de Santana, na época um importante ponto de passagem entre Salvador e o norte e centro da província, longe do “misero povoado” visitado em 1819 por Spix e Martius, os armazéns estavam cheios de mercadorias enviadas da capital para serem distribuídos no interior, conseqüentemente, o

importante commercio da Feira de Sanct’ Anna, e dahi para o sertão, acha-se para bem dizer parado por causa da grande secca. (...) Os carreteiros actualmente recusam 60 \$ de frete por

⁵⁶ BPEBa, *Jornal da Bahia*, 07 de fevereiro de 1859, p. 1.

⁵⁷ BPEBa, *Jornal da Bahia*, 09 de fevereiro de 1859, p. 1.

⁵⁸ Phelippe e Theophilo Guerra fazem uma descrição da ocorrência de secas no Rio Grande do Norte fundamentada no resgate de memórias acerca de períodos de estiagem na obra *Secas contra a Secca: Rio Grande do Norte. Secas e invernos. Açudagem, irrigação. Vida, costumes sertanejos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Typ. da Livraria Cruz Coutinho, 1909.

uma pipa de vinho da Cachoeira à Feira com o receio de lhes morrer o gado debaixo da carga, pois o capim está todo secco.⁵⁹

Situada no caminho mais acessível entre o Recôncavo e as pastagens do Mundo Novo, Jacobina e do médio São Francisco, Feira de Santana não era a única localidade com dificuldades em vencer longos percursos sem pastos e suprimento de água, provocando prejuízos no comércio e desabastecimento de mercadorias às povoações do interior. Por exemplo, pelas estradas da Chapada, viajantes e animais de carga também enfrentavam privações.

Em 1859, a Comercial Vila dos Lençóis, localidade próspera do interior da Bahia, centro do mais forte comércio interior da província – o da região das Lavras Diamantinas –, desde a descoberta de diamantes na década de 40; as conseqüências da seca iniciada em 1857 assolavam toda aquela área e as circunvizinhas. Referência de riqueza e trabalho fáceis, Lençóis não sabe o que fazer com a população de famintos e desempregados em decorrência da estiagem:

A seca, que flagella este termo e seo sertão há mais de nove meses, tem produsido tamanha escassez de viveres, que a classe menos favorecida da fortuna, que é aqui muito numerosa, está redusida a deplorável miséria. Faltas de trabalho, pela mingoa d'água pela Serra, onde elles mineravão, os meseraveis garimpeiros, que não emigrar para o Rio de S. Francisco, mendigão o pão de porta em porta, esfarrapados, e cahindo a fome!!⁶⁰

Conseqüentemente, o ambiente cotidiano da Vila dos Lençóis é desestruturado, revelando a frágil situação de sobrevivência dos meias-praças e suas famílias, obrigados a dividir o produto da lavagem do cascalho com um patrão em troca de meios de subsistência.

⁵⁹ BPEBa, *Jornal da Bahia*, 10 de fevereiro de 1859, p. 1. Sobre os caminhos e estradas que comunicavam Feira de Santana a Cachoeira e a diversas localidades do interior da província, ver POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Trad. Arquimedes Pereira Guimarães. Bahia: Itapuã, 1968, p. 67-73.

⁶⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial, *Seca*, 1607, Ofício do delegado substituto de Lençóis, Aristides Farias Moreira ao vice-presidente da província, Manuel Messias de Leão, em 22 de agosto de 1859.

(...) Mulheres e creanças abandonados por aquelles, que lhes servirão d'arrimo, esmolão pelas ruas desta Villa em repugnante estado de nudez, e opprimidos pela doença. E felices d'aquelles, que poderão achar um canto aqui onde s'abrigassem; porque ao menos não morrem á fome, pois sempre achão mãos compadecidas, que lhes dêem um punhado de farinha; por que os que morão pelos garemos e roças soffrem horrivelmente, e muitos tem morrido a fome!! O commercio d'esta Villa, que foi tão prospero, está completamente paralisado, e os negociantes em geral alcançados em seos pagamentos. Os gêneros alimentícios estão por preços fabulosos (...).⁶¹

Anos atrás, em 1845, com a abertura do garimpo no rio dos Lençóis, o então povoado, foi também centro de um intenso movimento migratório, atraindo pessoas de várias classes e officios de toda parte da província e das áreas mineradoras de Minas Gerais. Locais até então despovoados, apenas com os roceiros vistos por Spix e Martius em 1818, ganharam em pouco tempo um contingente de 1.800 a 2 mil garimpeiros. Na Serra do Sincorá, às margens do rio Macugê, em menos de seis meses, a população aumentou para 25 mil pessoas.⁶² População que, aos poucos, se distribui em torno da Serra do Sincorá, “antes erma e deserta”, na Vila de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Macugê), nas povoações de Xique-Xique, Andaraí, Lavra Nova ou Serra Negra Cravada, Passagem, Comercinho, Barro Branco e Estiva. Segundo João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, as “lavras foram para os homens do interior o que tinha sido a California para os povos de todos os paizes”, mudando as condições de vida de grande parte dessa população, abrigando homens

que viviam na pobreza, alguns empregados no então pouco lucrativo ramo da criação do gado, outros fazendo a vida de tropeiros e ocupados em transportar para o litoral os productos da grosseira industria do sertão, outros finalmente ociosos, que vagueavam pelas

⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁶² SILVA, Eduardo. *Dom Oba II d'África: o príncipe do povo*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 31.

margens de S. Francisco de districto em districto, sem emprego, nem ocupação certa, todos esses braços inúteis, e até nocivos tornaram-se de repente productores (...).⁶³

No final dos anos 50, novamente as Lavras Diamantinas presenciavam intensos fluxos migratórios: daqueles que fogem da seca em busca de paisagens mais acolhedoras e, principalmente, dos que se atulhavam nas principais vilas em busca de algum alento que tais pontos comerciais, movimentados, símbolos de abundância e sob constante fiscalização do governo provincial, pudessem dispor.

Lençóis representava um oásis à população com poucos recursos que tentava desesperadamente sobreviver à seca. A intensidade da estiagem, generalizada por vasto território, minando as reservas do comércio, caminhos cada vez mais intransitáveis, afastando as tropas e elevando o preço dos alimentos, além do ininterrupto fluxo migratório – Lençóis não possuía meios de alimentar a população desabrigada de seu termo, incapaz de dar continuidade às atividades cotidianas relacionadas ao garimpo, e muito menos àquela adventícia, proveniente de outras localidades, em busca da efervescência econômica dos tempos de normalidade climática. Escassez, desânimo, fome e migração parecem caracterizar a paisagem, o presente e as expectativas futuras dos indivíduos do sertão.

I.

Em visita política a Bahia em 1859, excursionando até a Cachoeira de Paulo Afonso e estendendo-a pelo Recôncavo, D. Pedro II, estabeleceu um precedente na problemática da seca até então, quando deixa nos cofres públicos da província os primeiros recursos a serem distribuídos com as localidades assoladas pela seca no interior. Fez uma doação de 5:000\$000 de réis a serem divididos entre os desvalidos da Comarca de Minas do Rio de Contas. Uma atitude que em si não possuía nada de nova –

⁶³ Segundo Sinimbu, a população de Lençóis era de aproximadamente 6.000 pessoas, enquanto na região das Lavras Diamantinas não era inferior a 30.000 pessoas espalhados por uma área de 25 a 30 léguas, do rio Una à Chapada Velha, na fronteira com a Vila de Macaúbas. APEB. Fala do presidente de província, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, (1857), p. 58-59.

uma caridade do “paternal” monarca –, mas como foi aplicada em uma determinada circunstância sócio-econômica, provocou efeitos singulares na presença da seca no interior baiano, formalizando a necessidade de intervenção do governo no problema e fortalecendo a obrigação moral da prática da caridade de particulares com os necessitados diante de uma calamidade de origem natural.

Além da quantia doada – distribuída pelo presidente da província da seguinte forma: 1:800\$000 réis para a vila de Lençóis; 1:600\$000 réis a vila de Santa Isabel do Paraguaçu; 800\$000 réis a povoação de Minas do Rio de Contas; e a mesma quantia a de Andaraí –, o Imperador autorizou o Ministério do Império a conceder créditos a serem aplicados na compra e remessa de gêneros alimentícios.⁶⁴

A súplica das autoridades de Lençóis – “outrora tão florescente” – ao governo da província, buscava legitimidade no fato de tratar-se de uma região de grande riqueza e participação no comércio provincial, com relevante quota na arrecadação do fisco. A importância das Lavras Diamantinas na economia baiana, forçou a interferência do governo na busca de soluções às conseqüências da seca de 1857/1861, provocando uma generalização da atuação governamental em demais localidades da província onde a seca também se fazia presente, como que inaugurando uma política voltada ao enfrentamento das longas estiagens, tornando-se uma referência nas secas posteriores.

Mais do que a pressão da Chapada Diamantina sobre o governo, os anos secos de 1857/1861 demonstraram o quanto às conseqüências das fortes estiagens não podiam mais se restringir às responsabilidades locais, ou conter-se no espaço sertanejo. A idéia da seca enquanto um divisor de tempo e espaço, separando o sertão do litoral, voltada a

⁶⁴ APEB. Fala do presidente de província Herculano Ferreira Penna (1860), p. 28 e apensos C, D e E. Em Lençóis, o 2º delegado suplente distribuiu a quantia de 1:800\$000 réis destinada as “pessoas mais necessitadas” “na razão d’ mil reis por cada indigente. A principio marquei vinte cinco mil reis por dia; mas tem afluído tantos carecidos que tenho augmentado a quantia a proporção dos pobres, que apparecem”. Idem, Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1607. Ofício do 2º delegado suplente, Aristides Farias Moreira, ao presidente de província, Lençóis, em 3 de novembro de 1859.

uma temporalidade, paisagem e memórias circunscritas ao sertão, um dos elementos a transportar a carga histórica desse território, tem agora que ultrapassar tal tradição e reivindicar o envolvimento das autoridades provinciais. A estiagem de 1857/1861 e sua enorme repercussão (temporal, espacial, humana, econômica), até então pouco vista, indo além da clássica falta de boiadas provenientes do sertão nos mercados litorâneos, deslocou o significado da seca, encerrado ao interior, para um problema a exigir a participação do governo provincial (e central), que dividiria com as autoridades locais e camada proprietária, a gerência de sua dimensão e os custos dos prejuízos.

Antes mesmos da doação de dinheiro feita pelo Imperador e de sua intervenção junto ao Ministério do Império, em Lençóis já se discutia uma provável fonte de recursos para remediar a fome da população, solicitando que o governo provincial

(...) da quantia votada pela Assembléia Provincial para ser distribuída pelos pobres, destine alguma parte para socorrer os indigentes desta Villa, que se achão colocados em peiores condições do que os do litoral; pois que por aqui não há casas de Misericórdia.⁶⁵

Tem inicio a tarefa do governo provincial em dispensar esforços com a distribuição de farinha de mandioca “para as quatro pontas da Comarca do Rio de Contas” – Lençóis, Andaraí, Minas do Rio de Contas e Santa Isabel do Paraguaçu –, tendo que lidar com as dificuldades em transitar por estrada desprovidas de águas e alimentos para os almocreves e animais de carga. De São Félix iniciava-se uma perigosa travessia em direção as Lavras:

(...) presentemente há muita falta de tropas, as que chegarem, e que não quiserem pegar, é mister a intervenção da Policia local, que n'esse sentido deve vir ordem a Authoridade respectiva com quem em caso taes me deverei entender.⁶⁶

⁶⁵ APEB, Seção Colonial e Provincial, *Seca*, 1607, Ofício do 2º delegado suplente, Aristides Farias Moreira, ao presidente de província, em 22 de agosto de 1859.

⁶⁶ APEB, Seção Colonial e Provincial, *Seca*, 1607, Ofício do major Francisco Martins Curvello ao tenente coronel Theodoro Texeira Gomes, São Felix, em 15 de novembro de 1859.

Todavia, a situação só foi remediada quando da organização de Comissão de Socorros Públicos sob a tutela do governo provincial e de funcionários e potentados locais. Aceitando as sugestões do juiz de direito do distrito do Rio de Contas, em 27 de janeiro de 1860, o presidente da província formou uma Comissão Central com sede em Salvador, composta em sua maioria por negociantes dessa praça. Nas vilas de Rio de Contas, Santa Isabel, Lençóis e povoação de Andaraí foram estabelecidas comissões locais, com “pessoas abonadas, e interessadas pelo bem estar público”, segundo as palavras do juiz de direito. Quanto aos inconvenientes no transporte dos gêneros, foi criada uma comissão em São Felix, encarregada em levar os alimentos até os povoados de Currallinho (atual Castro Alves), João Amaro e Rosário do Orobó, onde comissões também criadas em tais localidades, se encarregariam de fazer chega-los as comarcas do Rio de Contas. De acordo com o magistrado,

Na destribuição dos gêneros entendo, que se deve socorrer com maior quantidade a Vila do Lençóis, para o qual [...] maes crescido numero de Garimpeiros, alem de interessantes estabelecimentos de meneração, ou Companhias, ali existentes, que presentemente mal se podem sustentar com os preços fabulosos a que se tem chegado os gêneros de primeira necessidade (...).⁶⁷

Foram estabelecidos critérios à distribuição dos gêneros alimentícios. Aqueles que estivessem em “estado de indigência” deveriam recebê-los gratuitamente, enquanto as que não se encontrassem em tal situação, poderiam comprar “pequenas porções dos mesmos gêneros pelo seu custo, (incluindo o frete) enquanto for isso possível sem prejuízo do sustento dos pobres”.⁶⁸

A principio foram enviados 800 alqueires de farinha de mandioca e 300 de feijão, como pediu o juiz de direito. Em algumas áreas houve a precipitação de chuvas,

⁶⁷ APEB, Seção Colonial e Provincial, *Seca*, 1607, correspondência do juiz de direito do distrito de Minas do Rio de Contas, Gaspann (sic) Srarim (sic) de Castro, Salvador, em 1º de novembro de 1859.

⁶⁸ APEB, Fala do presidente de província, Herculano Ferreira Penna (1860), aponso D.

todavia a seca não cedeu e essa primeira remessa, foi apenas a primeira de outras que o governo provincial viu-se obrigado a continuar enviando alimentos àquelas localidades.⁶⁹ Os pedidos de socorros públicos não só para a Chapada Diamantina, mas também para as demais localidades do território baiano que se encontravam em situação semelhante serão crescentes. Não apenas os representantes das Lavras Diamantinas, mas também os de outras localidades que enfrentavam a seca, interpretaram que em tempos difíceis devia-se apelar ao governo, dividindo com ele o ônus e as obrigações sociais e econômicas provocadas por um período de estiagem. Tratava-se de um esforço de relembrar o quanto eram importantes atitudes e práticas ‘paternais’ por parte do governo provincial na manutenção e reprodução das relações sociais existentes, reforçando o exercício da caridade nessas localidades. Sem recursos para reforçar, ou até dar continuidade a práticas assistenciais, nunca era demais temer-se a perda de prestígio na localidade e o relaxamento da disciplina social diante de uma população com crescente número de indivíduos famintos. Em carta a um amigo de Cachoeira, o tenente coronel José de Souza Botelho, proprietário na vila de Maracás, expunha seus temores:

(...) Estamos na maior penuria! O Maracá debaixo da pressão esmagadora desses dous tremendos fagellos - a fome e a sede - apresenta um aspecto assustador e miserano. Ao passo que o governo envia socorros alimenticios para outros logares do centro, e deste modo allivia as dores pungentes e terríveis da fome, que torturavam os habitantes daquellas localidades. O Maracá é inteiramente esquecido, apesar de seu estado deploravel. Como é possível aos proprietarios abastados proverem as necessidades externas das classes pobres, que pedem o seu amparo si elles soffrem a mortalidade do gado em suas fazendas, se o sol ardente redusio à poeira as plantações, se mandam vir a farinha de logar distante por preço exorbitante, se agoa desaparece, se as lagoas secção!

⁶⁹ APEB, Fala do presidente de província, Herculano Ferreira Penna (1860), p. 28. Os primeiros socorros enviados correram por conta de um crédito de 20:000\$000 concedido pelo Ministério do Império e por uma subscrição organizada por Francisco Gonçalves Martins, Barão de São Lourenço, junto a negociantes da praça de Salvador no valor de 5:270\$000.

(...) Se o governo não vir em auxilio desta villa, como accudi[do] tem a outro[s] logares, o desfeicho desta crise nunca vista não cabe nos calculos humanos.⁷⁰

Os receios do tenente coronel Botelho eram compartilhados por moradores de outras povoações, gerando protestos. Por exemplo, uma missiva de Curralinho reclamava sobre a postura de descaso da administração provincial em providenciar algum tipo de lenitivo à numerosa população que migrava de várias partes àquela vila, pois

limita-se a mandar alguns mantimentos para a Chapada e unicamente para la, no entanto que outros lugares morre-se a fome, e não se cuida delles nem ha uma providencia!... Nós pagamos impostos, e impostos onerosos, e por isso é de urgente necessidade que o governo tambem contribua para minorar os males que soffremos. Até quando esperaremos?⁷¹

Assim como havia deveres mútuos entre o governo e a camada proprietária, existiam também entre esta e os grupos subalternos, sem necessariamente implicar igualdade de responsabilidades ou obrigações, pois desenvolvia-se entre forças sociais desiguais. E na crise de 1857/1861 os “proprietários abastados” somente poderiam “prover as necessidades extremas das classes pobres que pedem seu amparo”, atendendo a uma espécie de relação de “obrigação – deferência” com o apoio do governo.⁷² “Obrigação – deferência” era o processo em que os sujeitos históricos atuavam e inseriam-se de forma desigual nas relações sociais, uma mediação que se convencionou chamar de “paternalismo”.⁷³

⁷⁰ BPEBa. *Jornal da Bahia*, em 29 de abril de 1860, p.1.

⁷¹ BPEBa. *Jornal da Bahia*, em 16 de maio de 1860, p.1.

⁷² Sobre a relação de “obrigação – deferência” ver THOMPSON. *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.260.

⁷³ A utilização de tal conceito deve-se à dificuldade em forjar um outro termo que expresse a mediação das relações sociais e a concentração de autoridade cultural e econômica, que cabe a um dos grupos sociais, que tal termo tenta apreender. Thompson sustenta que caracterizar sociedades como paternalista ou patriarcal significa não atentar para a especificidade histórica de uma sociedade qualquer. O conceito de paternalismo não pode ser categorizado em termos universais, pois trata-se de um conteúdo particularizado por cada época histórica, estando sujeito a mudanças. Mesmo assim, admite o uso da expressão “relações paternalistas” enquanto tentativa de atentar à multiplicidade das relações sociais, enquanto o termo “paternalismo” está vinculado às expectativas dos próprios paternalistas. THOMPSON,

Diante das circunstâncias apresentadas pela seca, atitudes e valores eram invocados dentro do equilíbrio particular das relações sociais existentes no sertão, manifestadas cotidianamente em um ambiente de trabalho, em que a exploração e a resistência à exploração eram “mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência”, criando significados e expectativas em relação a um contexto específico como o de escassez. Diante da fome e desabrigo proporcionados pela estiagem, eram necessários ajustes entre a camada proprietária e rendeiros, agregados e jornaleiros. O ritual do assistencialismo, da caridade, funcionava como uma espécie de compensação às classes subalternas em tempos de escassez.⁷⁴

A assistência aos pobres funcionava enquanto um apaziguamento entre aqueles que a praticavam – a camada proprietária –, inibindo as ocorrências de contestação à ordem vigente e respondendo ao papel que lhes cabia diante da seca; e os que a recebiam – os grupos subalternos –, um direito referendado pelo costume e justificado pela deferência que dedicavam aos poderosos. O equilíbrio entre os grupos sociais dependia dessa negociação entre a autoridade paternalista e as classes subalternas.⁷⁵

Mesmo o “furto”, tão comum às épocas de fortes estiagens, era mais uma atitude legitimada pelo costume de se atender à emergência da penúria a que os pobres haviam sido reduzidos em decorrência da seca, do que a apropriação indevida de um bem privado.

(...) crei [sic] um asylo, onde se sustentão tambem com muita economia, meninos, velhos, doentes e *todo aquele que bem precisão absoluta do obolo do Governo*, ficando

E.P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?” In: *Tradición, revuelta y consciencia de clases*. 3 ed. Barcelona: Crítica, 1979, p.13-61.

⁷⁴ THOMPSON. *Costumes em comum*, p.68-69 e 169. A expressão *classes subalternas* é utilizada na mesma acepção de Ginzburg em *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p.243; ou seja, termo gramsciano que por sua significação ampla se adequa à diversidade das relações e práticas dos indivíduos pobres que convivem efetivamente com a seca, apresentando variações desde o estatuto jurídico do indivíduo, passando por diferenças de ocupação e sexo, até às questões de estratificação econômica; e também, como enfatiza Ginzburg, por ser “despida das conotações paternalistas de que está imbuída *classes inferiores*”.

⁷⁵ THOMPSON. *Ibidem*.

excluidos desse favor outros, que affluem de todas as partes, como persuadidos, de que d'ara em diante devem viver do socorro publico ou das esmolas dos *particulares*.

Parece que o pedir já não causa pejo, e o furto, que outr'ora envergonhava o próprio ladrão, vae passando por um direito, sancionado pela crise.⁷⁶

Tratava-se de uma resposta a expectativas marcadas pelo costume, legitimando determinados usos e práticas diante das dificuldades surgidas com a seca. Em 1857/1861, a tradição de “proteção” diante da generalizada escassez de alimentos e da falta de recursos ao exercício da caridade privada, tenderá à mudança, a elementos conflitantes entre *particulares* e o *Governo*, entre estes e os *particulares*, entre os *excluidos* e o *Governo*, entre os *particulares* e os *excluidos*, entre o *Governo* e *todo aquelle* [s] *que bem precisão*, entre estes e os *particulares*.

II

O principal problema das localidades do interior da comarca de Minas do Rio de Contas era a crise alimentícia provocada pela seca, difícil de ser remediada não pela “falta de braços empregados na agricultura”, mas pela “falta absoluta de estradas fáceis e rapidas que unam os logares centraes ao litoral”. Por exemplo, em Lençóis, importante localidade da província localizada à distância de 60 léguas de Caetité “único municipio que a estação favoreceo”, os preços dos fretes do transporte dos alimentos quase alcançavam os altos valores dos gêneros alimentícios. À medida que a água e as pastagens desapareciam das estradas, os moradores da vila iam ficando sem alternativas para prover o abastecimento:

Dos tres caminhos que levam a S. Felix, que são: do Paraguassu, Rosario e Monte-Alegre, so este ultimo oferece ainda algum meio de transitar-se, mas tem 90 legoas de extensão: a

⁷⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Comissões de Socorros Públicos*, 1583, Correspondência do Comissário Geral de Socorros, Pedro da Silva Rego, ao presidente de província, Minas do Rio de Contas, 3 de fevereiro de 1861. Grifo meu.

estrada do Paraguassu não tem pasto algum, e ja tem travessia de 10 leguas sem agua , e a do Rosario é absolutamente impossível: para Caetitê o trilho está nas mesmas, sinão peiores circunstancias! ⁷⁷.

Tormento comum às demais localidades do interior. Na fala de 1860, fervilhavam pedidos para a construção e término de estradas que comunicassem o litoral ao sertão e melhorassem a comunicação entre os municípios situados no interior.⁷⁸ O incentivo à migração da população excedente e adventícia a “qualquer parte onde não se morra de fome” e o abastecimento promovido pelo governo provincial, vendendo farinha e feijão a um preço fixo, seriam soluções ao problema. Assim, os trabalhos de mineração recomeçariam e o comércio voltaria a funcionar, pois

Nada tem valor, de nada se cura senão da alimentação; diamantes não aparecem, porque os garimpeiros não tendo comida para levarem para as serras ficam nas povoações desanimados, e as proprias companhias de mineração vão se dissolvendo.⁷⁹

Segundo um anônimo observador da crise climática e da situação do comércio da Bahia, a safra em 1860 era menos de 1/3 da safra regular produzida na Bahia. Reflexo da seca do ano anterior, não permitindo que a maior parte dos lavradores colhessem sequer metade do que haviam plantado, enquanto outros nem chegaram a colher alguma coisa. Conseqüentemente, “um proprietario sem safra, com familia a educar e compromissos no commercio a cumprir em que collisão se não verá, quando o commercio sem recursos por este mesmo motivo geme conjuctamente com a lavoura! (...) O que resta pois ao lavrador sinão mandar boi para o açouge e escravo ao credor que não pode esperar, porque tambem tem compromisso?”⁸⁰. Em Cachoeira, a “exportação de escravos é como nunca se vio nesta cidade”:

⁷⁷ BPEBa. *Jornal da Bahia*, 10 de março de 1860, p.1.

⁷⁸ APEB. Fala do presidente de província, Herculano Ferreira Penna (1860), p.83-147.

⁷⁹ BPEBa, *ibidem*.

⁸⁰ *Idem*. *Jornal da Bahia*, 12 de março de 1860, p.2.

Consta-nos que no dia 17 do corrente o Sr. tenente-coronel Antonio Martins de Castro levava a bordo do vapor Cachoeira mais de 20 para dispor que recebera em pagamento de dividas; ainda que outros affirmem que são seus, e que os fora vender em razão da crise inaudita que nos opprime.⁸¹

Assim como as epidemias, a presença da seca provocava uma crescente venda de escravos, tornando-se uma alternativa aos proprietários com dificuldades econômicas, sem meios para mantê-los e atividade produtiva em que ocupá-los, buscando compensar os prejuízos através da venda dos cativos, os quais alcançaram preços altos após a proibição do trafico em 1850.⁸²

Essa parecia ser a situação dos comerciantes e proprietários do interior da Bahia, principalmente os das Lavras, que deveriam ter um grande número de cativos ocupados no trabalho de mineração. Nas companhias metalúrgicas, “os fundos únicos (...) são escravos, cada um dos quaes representa tres acções; ora, tendo sido estas acções compradas a 1:500\$rs. cada uma, vê-se que os accionistas retiram agora escravos custando cada um 4:500\$rs.!!!”⁸³ Nessa época, o preço de um escravo alcançava, no máximo, 1:200\$000 réis, no Alto Sertão da Bahia e em Salvador.⁸⁴ Na vila de Santa Isabel do Paraguassú a exploração diamantífera estava paralisada, assim como as demais atividades cotidianas, a “vila está deserta”.

(...) As casas estão se alugando por mais de 60% menos que dantes. As collectorias não tem dinheiro . A repartição diamantina há três mezes que não é paga de seus ordenados.

A família do Sr. capitão José Botelho de Andrade, e a do Sr. major Francisco Antônio d'Atahide retiram-se agora para a capital: a primeira no maior desespero, pois tem quarenta e tantos escravos, e ja não pode com o sustento delles.⁸⁵

⁸¹ Idem. *Jornal da Bahia*, 30 de maio de 1860, p.1.

⁸² ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1888*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, p.164

⁸³ BPEBa *Jornal da Bahia*, 10 de março de 1860, p.1.

⁸⁴ NEVES, Frivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio*, Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998, p.260-262. ANDRADE, Maria José de Souza. op. cit., p. 202-214.

⁸⁵ BPEBa. *Jornal da Bahia*. 27 de janeiro de 1860, p.1.

Continúa a mesma carestia de gêneros, a mesma miseria, o mesmo desanino. Ha muita pobreza aqui: o povo não acha nem quem lhe pague so o sustento. Algumas pessoas que tem escravos não os podem sustentar (...) ⁸⁶

De 5.000 ou 6.000 pessoas que aqui havia; restarão 2.000, se tantas, incluindo escravos. ⁸⁷

Apesar de ser a primeira a beneficiar-se com a distribuição de recursos pelo governo provincial, as Lavras não era a única área a conviver com a seca, pelo contrário, esta estendia-se a vários pontos do interior da Bahia, trazendo prejuízos, escassez, fome e também a impossibilidade de se conviver com o problema sem ajuda da administração provincial.

Na freguesia de Nossa Senhora de Brotas, termo da vila de Macaúbas, 1/3 de sua população havia migrado, entre os migrantes muitos morriam antes mesmo de chegar ao destino almejado e, entre os que permaneciam na freguesia, os óbitos também eram altos.

(...) é a mor parte das victimas, sepultadas pelos diferentes Cemiterios que ha nos diversos pontos dessa Freguesia, e não pequeno numero dellas (...) pelas matas e estradas, onde acontece deixarem as vidas, faz que eu não possa indicar ao certo o seo espantozo numero: dos que tem sido sepultado no Cemiterio dessa Matriz sobe seo numero para cima de cento e vinte, coisa atterradoura, attendido a ser essa Freguesia (...) de (...) natureza pouco populosa em razão da aridez do seo terreno. ⁸⁸

De acordo com as perspectivas mais otimistas, somente a partir de abril de 1861, caso as chuvas que começaram a cair continuem, “poderá o povo, aliviado por um pouco do actual estado, a que o tem redusido a secca, alimentar-se com ligumes de nossas proprias siaras”. Enquanto tais expectativas não se confirmavam, a estiagem atingia preferencialmente a população pobre, composta de “trabalhadores e empregados

⁸⁶ BPEBa. *Jornal da Bahia*. 9 de fevereiro de 1860, p.1.

⁸⁷ BPEBa. *Jornal da Bahia*. 25 de fevereiro de 1860, p.1.

⁸⁸ APEB . Seção Colonial e Provincial, Seca, 1607. Correspondência do vigário da freguesia de N.S. das Brotas, Manuel Florêncio, ao delegado de polícia da vila de Macaúbas, em 18 de novembro de 1860.

na lavoura”, cujos meios de subsistência foram progressivamente destruídos em três anos de seca e sujeitando-se “a mendigar o pão da caridade publica, perecerá igualmente a fome, por que nem o publico pode hoje levar a effeito seos bons sentimentos de caridade pela deficiencia de meios, e nem esses infelizes tem ao menos onde se abriguem das entemperas do tempo”.⁸⁹

Segundo os cálculos parciais do vigário, cerca de 500 pessoas já haviam falecido em 1860, provenientes tanto da freguesia de Macaúbas, quanto das vizinhas. Na igreja matriz 203 pessoas haviam sido sepultadas no pátio, pois não havia recursos para a construção de um cemitério. Muitos corpos tinham que ser inumados nos cemitérios das povoações próximas: Santa Rita, Lagoa Clara, São Sebastião da Tapera, Santa Bárbara, Algodões, Catolé, Brejo Grande, São Joaquim e Brejo.⁹⁰ Pesquisando sobre o Sertão da Ressaca, sudoeste da Bahia e região atualmente chamada de Serra Geral da Bahia, Erivaldo Fagundes Neves encontrou os seguintes dados: em Caetitê, o vigário fala sobre a morte de “centenas” de pessoas de fome; o cônego José de Souza Barbosa fez uma relação com 1.044 vítimas da fome e 3.274 de indivíduos que migraram; em Gentio, o cura Pedro Orlando Jatobá, apresentou a estimativa de 350 a 400 mortos; em Santo Antônio da Barra, acredita-se que mais de mil pessoas pereceram diante da fome.⁹¹

As conseqüências de uma seca eram seletivas, dizimavam sobretudo os pobres. No distrito de Baixa Grande, pertencente à vila do Camisão, onde o gado é a grande fortuna do lugar,

allí tudo soffre, tanto o pobre como o rico, este alem de ser preciso mandar buscar água potavel na distancia de trez e mais leguas, vê-se perseguido pelos incessantes furtos de gado

⁸⁹ Idem, ibidem. Correspondência do padre coadjutor da matriz de Macaúbas, Sebastino Alves Maenardes, ao delegado de polícia, em 19 de novembro de 1860.

⁹⁰ Idem, ibidem.

⁹¹ NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sertanejos que se venderam: contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada?” In. *Afro-Ásia*. Salvador 19/20, p. 239-250, 1997 p. 240.

vaccum, lanigero, etc. contribuindo poderosamente para a aniquilação de sua fortuna a espontosa mortandade que vai devastando as fazendas de criação desses gados, que são objecto primordial da riqueza do nosso centro; aquelle, coberto de andrajos, anda de porta em porta a esmollar um pouco de pão para sua subsistencia!

O commercio está completamente paralisado. Os fazendeiros procuram e tomam dinheiro a premio de 4% ao mez para se abastecerem de farinha!⁹²

A escassez e o aumento de preços dos alimentos ao longo da ocorrência da seca possuíam um peso diferente à “pobreza” e ao “povo mais abastado”, fruto da desigualdade de acesso aos meios de sobrevivência. A destruição e queda de produção de alimentos provocadas pela estiagem acumulavam-se a uma rede de relações políticas e sociais. Alguns se permitiam continuarem no local onde residiam, apesar da seca, pois dispunham de recursos suficientes para enfrentar os altos preços alcançados pelos gêneros alimentícios, mandando-os vir de outras localidades, ou migrar de forma planejada e sem grandes agruras às áreas mais abastecidas: às cidades litorâneas ou às margens do rio São Francisco, por exemplo. Mesmo em anos normais, parte significativa da população do interior da Bahia subsistia sem dispor de alimentos suficientes. Mais do que a seca e sua interferência sobre a destruição da lavoura, mortandade da criação e esgotamento da natureza, está o direito socialmente diferenciado dos grupos sociais do sertão em obter alimentos; direito que envolve sistemas de poder e propriedade.

No termo de Caetité, os efeitos da seca somavam tanto a quase destruição da colheita com a da pecuária: “aquella em quasi sua totalidade foi devorada, e esta se tira, apenas, a decima parte. Ora (...) fazendo esses dous objetos a parte principal da sustentação do centro, (...) qual não será a collizão do povo hoje neste lugar”. O mesmo correspondente encarrega-se de expor as conseqüências da falta de gêneros no termo de

⁹² BPEBa. *Jornal da Bahia*, 2 de maio de 1860, p.1.

Caetité e nos termos próximos. A migração “espantosa de gentes das lavras, Rio de Contas e outros lugares, que açoitados ali pelo flagello da fome em desespero fogem dessa miséria, e assim reunidas, formando grupos de vinte, trinta e cinquenta pessoas, quase todas armadas e municadas, se derramam por este Termo, e aboletadas nas imediações das Fazendas a qualquer hora e publicamente espingardeiam as criações dos proprietários para lhes servirem de Sustento, arrasando igualmente alguns pés de mandioca que ainda restam”. Com medo, os proprietários respondiam mantendo gente armada em suas fazendas para defenderem suas famílias e “os legumes que em seus paões existirem”. A delegacia encontrava-se impossibilitada de ajudá-los, pois achava-se sua força reduzida a quatro soldados e um sargento, os quais deveriam dar conta de quarenta criminosos e vários fugitivos do recrutamento. A Guarda nacional só entraria em ação por ordem do presidente de província e como não há “nesta Vila proletário por mais insignificante e miserável que não seja Guarda Nacional, não há portanto pessoas do povo para coadjuvarem a vigília da prisão”, os proprietários teriam que se defenderem sozinhos.⁹³

Caetité era uma das últimas povoações próximas ao centro da província que ainda possuía alguma reserva de víveres, ainda que conservada “reservadamente” por alguns, pois a maioria da população encontrava-se “desolada pela terrível seca e ameaçada dos estragos da fome”. Os “lavradores pobres” já não podiam mais comprar sementes para o plantio do milho, feijão e arroz, caso a chuva chegasse, devido ao alto preço desses grãos. A invasão de numerosa população “adventícia” à “outro’ora florescente Villa”, entrando em conflito com a camada proprietária, os últimos a disporem de recursos, parece demonstrar, pelo caráter de belicosidade em que os migrantes das Lavras os enfrentavam, a ausência de qualquer relação de proteção –

⁹³ APEB. Seção Colonial e Provincial, *Seca*, 1607, Correspondência do 1º delegado suplente de Caetité, Propercio de Brito Gondim, ao presidente de província, em 27 de fevereiro de 1860

deferência entre os dois lados. O fato de serem estrangeiros, não terem qualquer relação de obrigação aos proprietários, assim como estes não lhes deviam qualquer tipo de proteção, tornou o embate armado necessário, jogando-se com a sobrevivência de grupos sociais que não mantinham entre si qualquer “relação paternalista”.⁹⁴

Na Imperial Vila da Vitória, a seca destruiu a lavoura, assim como nos termos circunvizinhos. Confiantes no fértil terreno, “conservador de mandiocas por muitos anos”, guardando “grandes plantações velhas que chegariam certamente para sustentação de seus habitantes”, os moradores da vila surpreenderam-se com o fluxo de “centos de pessoas de diversas partes” que ou compravam grandes quantidades de farinhas “ate a força” ou furtavam as plantações, até que “muitas famílias inteiras fugirão espavoridas para aqui, mirradas de fome”, esgotando as reservas do termo. Conseqüentemente, os habitantes antes seguros do seu sustento, viram-se privados de suas reservas e tendo que pensar em formas de alimentar numerosa população adventícia, além de compartilhar da fome que traziam para a vila. Para a Câmara Municipal, o lenitivo era a distribuição de algum dinheiro pelo governo provincial, permitindo a compra de gêneros alimentícios em Canavieiras, Ilhéus e Areia.⁹⁵

Em Jacobina, a Câmara Municipal, impossibilitada de dispor de recursos próprios que diminuíssem a fome de grande número de sua população, recorreu aos “paternais cuidados que, em iguais crises” a presidência da província concedeu à Comarca do Rio de Contas, especialmente à vila de Lençóis.⁹⁶ Atentando para o esgotamento da lavoura e da criação, provocando uma crescente alta de preços dos alimentos desde que a seca se instalou à dois anos, “poucos são os particulares em

⁹⁴ Idem, ibidem. Ofício de juiz municipal e delegado em exercício, Felipe Rodrigues Ladira, ao presidente de província, Caetité, em 3 de abril de 1860. Ofício do juiz de direito interino, José Antônio Gomes Mello, ao presidente da província, Caetité, em 10 de agosto de 1860.

⁹⁵ Idem, ibidem. Ofício da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória ao presidente de província, em 12 de janeiro de 1860.

⁹⁶ Idem, ibidem. Ofício da Câmara Municipal de Jacobina ao presidente de província, em 24 de abril de 1860.

circunstancias de os mandar vir de outros lugares para si.” Antes a “alimentar a ociosidade”, a ajuda do governo seria utilizada no melhoramento da estrada que comunica a vila de Jacobina à de Feira de Santana, aproveitando o trabalho da população válida. E advertia que quais “sejão as cauzas d’estes soffrimentos, ou resultem somente da secca, ou também da imprevidencia (...) dos agricultores, que não tem achado ainda meios de tornar mais productivo seo acanhado trabalho, não ha duvida de que elles existem e exigem remedios promptos.”⁹⁷

Na freguesia de Morro do Chapéu, comarca de Jacobina, a situação não era diferente, pelo contrário, havia o agravante da seca já durar a 5 anos.⁹⁸ Desde dezembro de 1859 a farinha de mandioca, o feijão, o milho e o arroz pilado não eram mais comercializados em Morro do Chapéu. A lavoura da freguesia há muito havia se extinguido. As estradas de acesso à localidade estavam intransitáveis, impedindo a descida do gado e prejudicando a economia local, pois Morro do Chapéu “he um dos pontos importantes desta Província pelo grande numero de bois que annualmente se solta para o atraso. Dia e noite temos em vista um quadro aterrador, às ruas, às portas apinhadas de crianças quasi nuás, homens, mulheres de toda condição, e idade mendigando um pedaço de pão, e raras vêzes o acha; porque rara he a pessoa que o terá para dal-o!”.⁹⁹

Na vila de N.S. do Remanso, a população experimentava as conseqüências da falta de gêneros alimentícios e da carestia da farinha de mandioca que chegava em

⁹⁷ Idem, *ibidem*. Ofício da Câmara Municipal de Jacobina ao presidente de província, em 2 de maio de 1860.

⁹⁸ Na Bahia, os períodos de seca podem variar entre 2, 3 e até 10 anos consecutivos, embora a maioria das secas seja de curta duração, menos de um ano, contribuindo para o não registro das mesmas. Ver SEPLANTEC. *Riscos de Seca na Bahia*.

⁹⁹ APEB, *ibidem*. Abaixo-assinado dos cidadãos de Morro do Chapéu ao presidente de província, em 21 de abril de 1860. Ao contrario de Jacobina, que teve que insistir para conseguir a atenção provincial, mesmo assim somente concretizada porque o governo generalizou a destinação de recursos para quase todas as localidades do interior, Morro do Chapéu recebeu uma imediata e favorável resposta aos seus apelos. Provavelmente, a presidência estava preocupada com a posição econômica ocupada pela freguesia na atividade pecuária da província.

quantidades diminutas. Os proprietários da vila, em sua maioria oficiais da Guarda Nacional, estavam “retirando-se de Suas fazendas com Suas famílias, escravos, e gados, afim de rimir os gados da terrivel Seca, falta d’agua e de pasto, empregando-se alguns em grandes escavacaçoens avér Se a descobrião, para os mesmos gados, afim de não sofrerem ritirada para a beira do rio, que está tão falto de pasto, pela Seca que aqui Se Sofre, a (...) 3 annos, que the o da beira do Rio esta em termos de acabar-se.” Aqueles mais preocupados, retiravam-se de suas fazendas em direção ao Piauí, levando também a família, os escravos e o gado “afim de os rimir da Seca”, e lá permanecendo até o término da estiagem. Quanto aos “povos da classe mais pobre”, restava-lhes tentar não morrer de fome consumindo frutas silvestres como a da carnaúba, a papa de caroço de oiti e a massa da polpa e caroço da fruta do Jatobá. As embarcações que fazem o comércio fluvial entre Salgado, província de Minas Gerais, e o porto de Juazeiro, na Bahia, pouco contribuían para amenizar a falta de alimentos, pois além dos altos preços, destinavam suas mercadorias às cidades localizadas rio abaixo, onde se padecia das mesmas dificuldades. E a despeito da proximidade do rio São Francisco, capaz de provocar miragens de fartura e abundância em populações residentes no interior, acostumadas a economizar o pouco que mirrados riachos e aguadas ofereciam a sua sobrevivência, viver às margens do grande rio não significava estar livre da penúria. Acostumados a apelar “para as roças de vazantes, plantadas nas Ilhas deste Rio, cuja fartura he de Dezembro the Fevereiro” os lavradores foram obrigados a desistir delas “em razão da nova inxente”. E apesar das plantas serem resistentes às águas do rio, o plantio não pôde ser feito pelo fato da Câmara Municipal ter arrendado as mesmas ilhas “a particulares que Se Servem dellas (...) para Seos ánimais, ficando o povo, quem he que abastesse o mercado publico, privado deste grande recurso, dado pela providencia a

grande população das margens deste rio.” As margens do providencial rio ou possuíam donos, ou sua utilização dependia da posição ocupada na estratificação social.¹⁰⁰

Na freguesia Velha de S. Antonio da Jacobina (hoje Campo Formoso), município de Vila Nova da Rainha, não havia mais milho nem feijão, e o pouco da farinha de mandioca que aparecia, alcançava altos preços “que apenas chega para uma ou outra peça a comprar: já tendo até morido peças de fome”, pois a alimentação destes reduziu-se ao bró, espécie de massa retirada do caule das folhas do ouricorizeiro, cuja ingestão provoca inchaços e até a morte dos mais debilitados pela falta de alimentação adequada. Situação a exigir a “benevolência atenção” do presidente da província, principalmente diante de “mulheres, e meninos a mendigarem de caza em caza, cujos donos não podem socore-lhes com uma esmola por estarem nas mesmas circunstancias pois he aqui geral a miséria.¹⁰¹ Em Vila Nova da Rainha a escassez de víveres provocava a migração de várias pessoas em direção à Vila de Feira de Santana, na esperança de “algum lenitivo” para a situação em que se encontravam.¹⁰²

Em Monte Santo as fazendas de gado tiveram várias perdas, e o gado que restava está tão magro que não permite que os proprietários o vendam obrigando-os a lançar mão do que ainda resta de recursos naturais: o pó do ouricorizeiro, o miolo do xique-xique, a raiz e semente do mucunã, etc. E se os “proprietários das fazendas soffrem os rigores da fome, com mais força pegão elles sobre as pessoas que vivião do seu trabalho, e que não achão emprego para os seus braços (...)”.¹⁰³ Situação semelhante viviam os moradores da vila de Capim Grosso (hoje Curaçá), “cuja maior

¹⁰⁰ Idem, ibidem. Correspondência de Antonio de Albuquerque e Mello Montenegro, “Tenente Coronel Comandante do Batalhão 85 da Guarda Nacional da vila do Remanço e Chefe mais antigo da Freguesia de Pilão Arcado”, ao presidente de província, em 26 de março de 1860.

¹⁰¹ Idem, ibidem. Correspondência do subdelegado Antonio Pereira Guimarães, ao presidente da província, Freguesia Velha de S. Antonio da Jacobina, em 6 de julho de 1860.

¹⁰² Idem, ibidem. Ofício do juiz municipal de órfãos e delegado de polícia de Vila Nova da Rainha, Caetano de Almeida Galvão, ao presidente de província, em 25 de outubro de 1860.

¹⁰³ Idem, ibidem. Correspondência do delegado de Monte Santo, Felisberto José Pinheiro, ao presidente de província, em 13 de outubro de 1860.

riqueza consiste nas criações de gados vaccum e cavalar”. Com as perdas na criação e a crescente dificuldade em manter o já deficiente abastecimento de farinha de mandioca, o apelo à presidência da província tornou-se inevitável.¹⁰⁴

Até mesmo em Nazaré, localidade próxima ao litoral e beneficiada por um regime regular e abundante de chuvas, a estiagem se fez presente, surpreendendo a população e um desalentado missivista, acostumado a uma paisagem bucólica, e agora tendo que lidar com o alto preço dos gêneros alimentícios e a falta de chuvas, prejudicando as atividades agrícolas e dando um aspecto até o momento inusitado àquelas paragens: “(...) as planícies que outr’ora viamos cobertas de rica e formosa vegetação offerecendo às nossas vistas encantadores paineis e á vida todos os recursos de subsistência, vemos hoje desbotada, mirrada e offerecendo nos o mais triste espectáculo! A vida campestre que nos outhorgava um teatro de glórias, um thesouro de prazeres sem fim, tornou-se hoje uma peregrinação enfadonha, amarga e insuportável”. Temerosos da paisagem e falta de alimentos, os moradores realizaram uma procissão em louvor ao Senhor dos Passos para que este se compadecesse da sorte da população diante da seca.¹⁰⁵

Vendo-se sob um fogo cruzado de queixas, pedidos e lamentações, a presidência da província viu-se forçada a intervir no que parecia ser o caos no interior da Bahia. A exigência de medidas por parte do poder público para minorar a escassez de gêneros alimentícios na Comarca do Rio de Contas chegou à presidência em agosto de 1859. Empossado na administração da província em setembro do mesmo ano, Herculano Ferreira Penna inicia seus esforços em fazer chegar alimentos àquela comarca. Todavia, tal benefício só se estendeu às demais localidades em novembro de 1860, na administração de seu sucessor, Antônio da Costa Pinto, quando tornou-se

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*. Ofício do juiz municipal 1º suplente da vila de Capim Grosso, José Jacome Bezerra de Carvalho, ao presidente de província, em 2 de julho de 1860.

¹⁰⁵ APEB. Seção Republicana. *Jornal da Bahia*, em 13 de abril de 1859, p.2.

impossível ignorar as freqüentes reclamações de uma intervenção mais ampla por parte do governo provincial.

Antecedida por epidemias de febre amarela em 1848/1849, 1858 e pela cólera em 1855/1856, além do motim contra a carestia de víveres em 1858 nas ruas de Salvador, a seca de 1857/1861 foi mais um adendo aos problemas enfrentados pelas autoridades provinciais. Além de demonstrar que embora a Bahia vivesse em um momento de recuperação econômica (1842-1860), o empobrecimento de sua população era crescente, não só na cidade de Salvador, mas também na zona rural.

III.

Consultados sobre que meios seriam necessários para o socorro daqueles indivíduos e famílias inteiras que se aglomeravam em algumas vilas do interior, enquanto outros se aproximavam do litoral, Francisco Gonçalves Martins, barão de São Lourenço, João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe e o conselheiro José Antônio Saraiva – políticos influentes e bem informados das especificidades da política baiana –, completaram as medidas já iniciadas na Comarca de Minas do Rio de Contas e influenciaram a atuação da presidência da província, agora sob responsabilidade de Antônio da Costa Pinto.¹⁰⁶

Resolveram que as populações migrantes deveriam ser encaminhadas ou a estabelecimentos de particulares ou a alguma colônia. Nas “povoações hospitaleiras que se pode chamar fronteiras”, ou seja, aquelas receptoras de numerosa população migrante, foram formadas comissões encarregadas do alistamento dessas pessoas. Assim, além de receberem a ajuda dispensada pelo governo – alimento, roupa,

¹⁰⁶ Idem. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1607. Correspondência dos barões de São Lourenço e Cotegipe e de José Antônio Saraiva ao presidente de província, Salvador, em 26 de outubro de 1860.

tratamento médico e às vezes algum dinheiro –, poderiam ser encaminhadas a prestar algum tipo de trabalho em outras áreas, pois “em vista dos relatórios, e dos indivíduos em disponibilidade, se estudará com as empresas de obras públicas, com especialidade das estradas do Juazeiro e Santo Amaro, para o emprego dos mesmos”.¹⁰⁷

As “Comissões fronteiras” – em Lençóis, Vila de Santa Isabel do Paraguassu e Feira de Santana – informariam sobre quais os tipos de “socorros” seriam mais eficientes e “a maneira de os realizar, ajudados dos testemunhos da própria emigração”. Também era conveniente que os recursos enviados às “comissões fronteiras e as comissões municipais, sejam

(...) do governo, que desta sorte provara sua paternal solicitude, até mesmo para que os recursos que o commercio offerecerá não poderão ser aproveitados por infelizes hoje reduzidos a mais extrema mezeria”.¹⁰⁸

À aproximação da estação das chuvas – a partir de outubro –, deveriam ser remetidas sementes a serem repartidas com quem não às tivesse, principalmente entre os lavradores pobres. Médicos e ambulâncias seriam enviados ao interior para cuidar da saúde daqueles mais debilitados em consequência da fome. As “comissões fronteiras” foram o destino desses médicos. Estes também teriam a tarefa de recolher “de acordo com as autoridades os meninos abandonados remetendo para esta Cidade [Salvador] aqueles que ahi não podessem achar abrigo e proteção, sendo este um dos mais importantes serviços de um Governo Paternal”.¹⁰⁹ Idosos, enfermos, as mulheres e seus filhos, ou seja, aqueles não habilitados para o desempenho de algum tipo de trabalho, ou incapacitados de seguir os respectivos parentes que se deslocavam à execução de algum serviço em outra localidade, seriam ou sustentados pela caridade particular, ou continuariam a receber os recursos destinados pelo governo até o fim da crise.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*.

A construção de pontes, açudes e estradas no interior, sob a orientação de “autoridades zelozas” diminuiria as conseqüências de futuras secas. Promovendo a abertura em localidades do Recôncavo e mesmo na capital, aproveitando-se “o serviço da emigração” e evitando o “perigo da ociosidade”, o governo amenizaria o quadro de crise a que se havia reduzido o interior da província:

“No interior só existem povoações inteiramente abandonadas tendo morrido boa parte de seus habitantes e emigrado outra, que provavelmente não regressará; com esta deslocação forçada, esta perda de braços, completa cessação da cultura e comercio não pequeno deve ser o prejuízo dos cofres publicos, sendo portanto de grande economia toda a despeza para prevenir ou minorar taes males além de ser as particulares, dos quais muitos se prestarão ou por caridade, ou mesmo por interesse bem entendido, na penuria de braços a receber não pequeno número; fazendo-os transportar à seus destinos, e socorrendo-os durante o trajecto”.¹¹⁰

A seca de 1857/1861, parece ter colocado em dúvida qualquer impressão que associasse o sertão a uma área de pouca densidade demográfica, assemelhando-o a quase um deserto. A estiagem parece ter revelado uma população eventualmente excedente, desempregada, desamparada e ociosa como nunca antes visto em um período de seca. E, portanto, forçada a migrar de seu território de origem e talvez de alguma utilidade em outras áreas com carência de mão-de-obra.

Os barões de S. Lourenço e Cotegipe e o conselheiro José Antônio Saraiva, entendiam bem dos melindres da política e relações de poder que atuavam no interior. Chamado a intervir pelas próprias autoridades locais, inconformadas com os problemas provocados pela longa seca em suas áreas de influencia política e preeminência econômica, era impossível ao governo provincial, no início dos anos 60, dizer não. Daí a formação de comissões “locais” e “fronteiras”, delimitando a ação de uma política publica assistencialista e também migratória, circunscrita a espaços determinados,

¹¹⁰ Idem, *ibidem*.

criando-se uma espécie de regionalização na administração do problema pelo governo, na qual, o sertão, o interior, o centro da província tinham suas fronteiras estabelecidas no que toca às medidas de enfrentamento da seca.

Não há dúvida de que se trata de uma defesa da importância da continuidade das chamadas “relações paternas” e do importante papel do governo provincial em assegurá-la. “Algumas dezenas de contos de reis, em que a despesa possa importar, nenhum valór tem, ou é elle muito inferiôr, quando se confrontar com as vantagens rezultantes do amôr a um governo, e as instituições paternaes e com os perigos de um previsto abandono”.¹¹¹

Proposto tudo isso, não surpreende que o presidente da província colocasse em prática tal política de enfrentamento da seca, formalizando-a em *Instruções* a serem seguidas pelas administrações provincial e municipais, propondo uma regionalização do território baiano através de uma política de abastecimento de gêneros de primeiras necessidades e da administração e controle de um fluxo migratório até então nunca visto, através da formação das comissões gerais e municipais espalhadas pelo interior. Afirmando-se uma territorialidade já existente e tentando se impor sobre uma agora recente e bastante fluída, ou seja, aquela construída pelos caminhos da migração e sujeita a estabelecer outras formas de ocupação do espaço e de comportamento social, ainda que temporariamente, enquanto durasse a estiagem.

A Comissão Central era presidida por Francisco Gonçalves Martins, João Maurício Wanderley e José Antônio Saraiva. Em seu auxílio estava uma Comissão de Compras, formada em 1859 para atender às necessidades da Comarca de Minas do Rio de Contas, sob a responsabilidade do tenente coronel Gonçalo do Amarante Costa e do negociante Geminiano Ferraz Moreira. Ambas estavam sediadas em Salvador. À

¹¹¹ Idem, *ibidem*.

Comissão Geral criada em São Félix por Herculano Ferreira Penna, também em 1859, se juntou a de Feira de Santana. A primeira funcionava como uma subsidiária da Comissão de Compras de Salvador, distribuindo alimentos e dinheiro no interior, principalmente na região das Lavras. A segunda, desempenhava as mesmas funções da comissão de São Félix, mais concentrando seus esforços sobretudo nas localidades mais ao norte da província – Vila Nova da Rainha, Monte Santo, Tanquinho, Juazeiro –, além de ser responsável pela acomodação e destino de centenas de migrantes que para aí se dirigiam, funcionando como uma espécie de última fronteira entre o que seria o território do sertão e o do litoral.

As comissões de São Félix e de Feira estendiam suas operações às vilas dos Lençóis, Urubu, Barra do Rio São Francisco, Juazeiro e Jeremoabo, onde se haviam formado Comissões Municipais. Por sua vez, cada uma dessas vilas era responsável por um determinado número de localidades, fazendo chegar a elas os recursos despendidos pelo governo. Além de seu próprio território, a Comissão Municipal de Lençóis compreendia o de Rio de Contas e Maracás; a de Urubu, o de Caetité e Montes Altos; a da Barra do São Francisco, o de Xique Xique. Essas comissões estavam sob a responsabilidade dos Comissários Gerais de Socorros Públicos, Pedro da Silva Rego, comerciante da praça de Salvador, e o coronel Antônio de Souza Spínola, político de Lençóis. A Comissão Municipal de Juazeiro, além de seu próprio termo, também era responsável pela de Sento Sé e Jacobina; e a de Jeremoabo também se encarregava pelas de Monte Santo e Itapicuru. Tais comissões, dependiam do Comissário Geral de Socorros Públicos de Feira de Santana, o capitão Leonardo José Pereira Borges.¹¹²

Tal regionalização obedecia tanto à proximidade geográfica, às relações políticas e sócio-econômicas construídas historicamente, quanto às condições mais

¹¹² APEB. Fala do presidente de província, Antônio da Costa Pinto (1861), p. 22-27.

favoráveis de comunicação em uma época de caminhos intransitáveis, de alimentos e fretes a preços altos. Não faltaram alternativas elaboradas pelas próprias localidades, como fez a Câmara do Município de Capim Grosso, às margens do rio São Francisco, na fronteira com Pernambuco:

“(…) qualquer somma em dinheiro será quase nenhum proveito; porque ainda na distancia de muitas legoas d’este Municipio não se encontrarão gêneros alimentícios; não há animaes capazes de conduzir cargas, em que se possa hir buscal-os no Crato e Cariry da Província do Ceará; um cujas circunstancias será completo e muito proveitoso os Socorro do governo, vindo huma carregação de farinha e feijão para cidade do Penedo embarcada, por que dali subirá ahinda pelo Rio São Francisco athe o porto das Piranhas, d’onde com hum curto trajeto por terra athe a varze Redonda, embarcará de novo e virá pelo dito Rio athe esta Vila para ser distribuida”.¹¹³

O exemplo de Capim Grosso ressalta o quanto à presença da seca podia afetar o cotidiano dessas localidades com produção local destruída ou afetada pela seca, restritas a poucas vias de comunicação e com um abastecimento condicionado a outros centros produtivos que não o da própria vila e, às vezes, ultrapassando os limites do próprio território baiano, sendo mais fácil estabelecer relações fora do que dentro da província da Bahia. Em tempos de normalidade climática, seria mais viável à população de Capim Grosso enviar tropas para comprar mantimentos nos sertões cearenses do Crato e do Vale do Cariri.

O relatório dos “comissionados” barão de S. Lourenço e Cotegipe e do conselheiro José Antônio Saraiva, provavelmente é produto das observações e queixas dos potentados locais, sugerindo não só uma regionalização administrativa do abastecimento, mas também as medidas de controle sobre a mobilidade dos habitantes das áreas em crise. Indicaram também as pessoas que estavam à frente das comissões

¹¹³ Idem. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1607, Correspondência da Câmara Municipal de Capim Grosso, em 26 de junho de 1860.

municipais. Um primeiro ensaio de apropriação da problemática da seca pelos grupos dominantes.

As medidas do governo provincial durante a seca de 1857/1861, através de uma rede de relações territoriais e políticas estabelecidas pelas comissões de socorros públicos, ocorreram de uma forma centralizada, as relações se davam entre poder local e poder central. Todos recorriam à “paternal” proteção do governo, ou se queixaram de sua falta. Houve também a preocupação em se adotar medidas de controle social, principalmente com o governo interferindo na migração, aprovando o *Regulamento de emigração: os meios de prover a emigração*, organizando-a, decidindo seus rumos e forçando o sertanejo a migrar, mesmo contra sua vontade.

Segundo o regulamento, os comissários gerais e municipais teriam “por dever auxiliar, e promover a emigração por caravanas de cem pessoas para cima”. Os sertanejos seriam conduzidos para o “litoral”, principalmente para as cidades de Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré e Valença, em caráter temporário. Após o término da estiagem, era facultado ao retirante voltar ao seu município de origem, ou permanecer caso tivesse se estabelecido através de um emprego ou tornado-se colono em algum projeto de colonização de particulares ou do governo. Tais migrações deviam ser realizadas sob o controle de um guia, acompanhado de uma ambulância e por alguns praças. Era proibido ao migrante estabelecer-se em uma das várias vilas em passagem ao destino determinado pelos agentes públicos, a não ser que fosse impedido de continuar a marcha devido a alguma enfermidade grave.¹¹⁴ Em março de 1861, uma dessas caravanas fez uma breve parada na vila de Feira de Santana, proveniente de Vila Nova da Rainha e com destino provável ao Recôncavo. Seu diretor, José Longuinho da Silva, requisitou tecidos, farinha, feijão, carne e medicamentos para dar continuidade à

¹¹⁴ Idem. *Colonos e Colônias*, 4607 Regulamento de Emigração: os meios de prover a emigração. Luiz Antônio [...] de Almeida, Salustiano Ferreira [...], Abílio César Borges. Salvador, 22 de dezembro de 1860.

viagem, deixando seis indivíduos doentes e impossibilitados de prosseguir aos cuidados da Enfermaria São Luís, instalada em Feira e voltada a cuidar dos migrantes da seca com enfermidades.¹¹⁵ Além das migrações espontâneas, tais caravanas devem ter pesado na presença nada desprazível de migrantes nas vilas do Recôncavo.

A Colônia do Salto do Rio Pardo, a principio idealizada pelo presidente de província, João Luís Vieira Cansanção Sinimbu, em 1857, com o propósito de ocupar terrenos devolutos entre Canavieiras e o rio Pardo, desenvolvendo o comércio entre essas duas áreas, aproveitando a população já existente e a que se deslocava para essa região¹¹⁶, passou a ser uma alternativa ao fluxo de pessoas que se retiravam em direção às matas fugindo da seca e em busca de “refrigério”. O tenente coronel Joaquim José de Araújo Fonseca até que tentou, “abriu a Estrada, e já deitou duas roças e fez uns poucos de ranchos. Já se acha mais de vinte Canoas navegando, e as tropas passando o Sal de um salto para outro (...) e o commercio augmentando”.¹¹⁷ Apesar de ser uma alternativa ao refugiado da seca “interessado no peiche e na caça”, salvando muitas famílias da morte, o projeto não foi adiante em razão do pouco interesse do governo em somar forças com a iniciativa de particulares. Ainda em 1859, o presidente de província considerou que a colônia “não tem correspondido ao fim de sua criação (...) acha-se agonizante”.¹¹⁸ Em 1857/1861, a colonização enquanto alternativa à mão-de-obra desocupada e desabrigada em decorrência da seca não era uma alternativa a despertar entusiasmo no governo provincial, nem nas autoridades locais dos municípios atingidos pela estiagem. Estas, deveriam estar preocupadas em como ter de voltar parte dessa mão-de-obra assim que a situação se normalizasse. Daí as tentativas de controlar a

¹¹⁵ Idem. *Comissões de Socorros Públicos*, 1583. Ofício do Comissário Geral de Feira de Santana, Leonardo José Pereira Borges, ao presidente de província, em 12 de março de 1861.

¹¹⁶ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O Tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. São Paulo: USP, 1998. Tese de doutorado, p. 625.

¹¹⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1607. Ofício do juiz de paz Antônio Barbosa Coelho, ao presidente de província, Aldeia do Cachimbo, em 6 de outubro de 1859.

¹¹⁸ Idem. Fala do presidente de província, Francisco Xavier Cães Barreto (1859). P. 14.

circularidade dos trabalhadores através de levas migratórias organizadas pelas autoridades.

“Estradas”, era a palavra de ordem, principalmente entre os grupos dominantes locais. Segundo Rollie Poppino, um benefício ocasionado pelas fortes estiagens foi à melhoria das estradas entre Feira de Santana e o Recôncavo, onde eram empregados os fugitivos do sertão em seca. Os anos secos das décadas de 1840, 1850 e 1860, inauguraram uma cronologia de melhoramento das estradas da província. “A primeira estrada carroçável mecadamizada, entre Feira de Santana e Santo Amaro, no Recôncavo, foi construída nessa época. Iniciada em 1849, completou-se durante a sêca de 1859-1861”.¹¹⁹

Feira de Santana transforma-se em abrigo dos migrantes da seca. O recém eleito Comissário de Feira, e na época, presidente da Câmara Municipal, coronel Leonardo José Pereira Borges, contou, no início, o número de 507 famílias, para um mês depois informar que “tem-se elevado o numero de emigrados a mais de mil, e contuão a chegar de diversos lugares, hontem appresentarão-se, e forão soccoridas duzentas e utenta e duas familias representadas por seos chefes, e trinta indivíduos solteiros”. Além de abrigar uma numerosa população de passagem para trabalhar em alguma estrada ou propriedade, os enfermos e aquelles que se recusavam a prestar algum tipo de serviço permaneciam na vila ou nas estradas que davam aceso à vila, esperando a estação da chuva e concorrendo à distribuição de gêneros promovida pelo governo.¹²⁰

Entre 1860 e 1861, Feira de Santana enfrentou a ocorrência de vários casos de febre amarela entre os migrantes. A origem do “surto epidêmico” foi as constantes levas

¹¹⁹ POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Trad. Arquimedes Pereira Guimarães. Bahia: Itapuã, 1968, p. 66-67.

¹²⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1607. Correspondência do Comissário Geral de Feira de Santana ao presidente de província, em 13 de outubro e 28 de novembro de 1860.

migratórias do “centro” da província para a vila. A fome e o desgaste por longos caminhos e a aglomeração de muita gente em condições nada propícias, pesaram sobre a proliferação da febre amarela e no aparecimento de casos de oftalmia que atingiram não só os migrantes, como também pessoas residentes na vila de Feira de Santana e áreas circunvizinhas. As enfermarias auxiliaram a mais de 300 indivíduos.¹²¹

Migrações internas também se processavam de Vila Nova da Rainha e Vila Velha para Juazeiro; de Lençóis e Minas do Rio de Contas para Urubu (atual Paratinga); da Serra do Assuruá para Xique Xique, às margens do Rio São Francisco; de várias localidades da Comarca de Minas do Rio de Contas para Tapera (atual Santa Terezinha), Amargosa, João Amaro, à vila de São Gonçalo dos Campos e à freguesia de Santo Estevão de Jacuípe. Nos arredores de Curralinho (atual Castro Alves), concentrou-se uma numerosa população adventícia, sobrevivente da caridade e à espera de alguma atenção do governo. Para Cachoeira afluía, todos os dias, pessoas provenientes de Santa Isabel, Lençóis, Rio de Contas, Vila Nova da Rainha, Camisão (atual Ipirá), Santa Bárbara, Purificação (atual Irará), Maracás e adventícios de Curralinho.

Apesar do incentivo das autoridades à migração, não se pode dizer que houvesse um planejamento de acolhida certa mesmo para aqueles que migrassem nas caravanas organizadas por recursos e funcionários da administração pública. Em Salvador, o presidente de província responsabilizava-se em dar abrigo às crianças abandonadas e órfãs do interior em decorrência da seca. Os meninos com idade apropriada eram admitidos na Companhia de Aprendizes do Arsenal de Marinha. Alguns chegavam a ser recolhidos na Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. A Casa de Correção foi transformada em abrigo, alojando famílias inteiras, principalmente

¹²¹ Idem, *ibidem*. *Seca*, 1608. Relatório do dr. Domingos Carlos da Silva, ex-comissionado na vila da Feira de Santana, ao presidente de província, Salvador, em 16 de abril de 1861.

aquelas que tinham enfermos entre seus membros. Da Casa de Correção, os migrantes que se encontravam aptos ao trabalho eram encaminhados para trabalhar no Engenho da Conceição, de propriedade de Francisco Gonçalves Martins, ou a outras propriedades. As mulheres podiam ser requisitadas ao trabalho doméstico em casa de particulares. Não houve grande afluência de sertanejos para a capital da província. As caravanas não tinham como ponto final de seu itinerário a cidade de Salvador, a não ser em algumas exceções. Os guias foram orientados a levarem os grupos de migrantes às vilas do Recôncavo. Mesmo assim, pode-se imaginar que a seca de 1857/1861 inaugurou em novo cenário de atuação das camadas subalternas acoçadas pelas grandes estiagens do interior: Salvador e seu Recôncavo. Cenário que até o final do século tenderá a aumentar sua participação enquanto espaço alternativo às levas migratórias.

Adiantando-se à política de aproveitamento da mão-de-obra do migrante da seca, o proprietário de engenho na foz do rio Jequiçá, Hygino Pires Gomes, imprimiu um folheto intitulado *Aviso*, chamando “esses infelizes (...) corridos da seca” que procuravam recursos em São Félix a engajarem-se em sua propriedade em troca de alimento, “caza de vivenda, terras férteis e sementes para todo o gênero de cultura (...); e igualmente lhes proporcionará trabalho a jornal em quanto não poderem subsistir por si (...)”. Estava interessado em contratar até 100 famílias, as quais deveriam ser contratadas por Francisco Coelho Gomes e embarcadas a sua fazenda com as despesas de alimentação e passagem a serem custeadas pelo presidente da província até que chegassem a sua propriedade.¹²²

Interessado em estabelecer uma colônia no município de Jequiçá através do sistema de parceria, instalando 200 famílias européias no cultivo de café e cana, vedando o trabalho escravo, o empresário provavelmente passou a considerar a idéia de

¹²² Idem. *Colonos e Colônias*, 4606. “Aviso”. São Félix, 22 de outubro de 1857, Francisco Coelho Gomes. Cachoeira Typ. de José Bruno.

utilizar trabalhadores livres e nacionais para concorrerem em substituição ao trabalho escravo, já que fracassou seu intento quanto aos estrangeiros, os quais nem devem ter chegado à Bahia.¹²³

Em 1860, estava ele a insistir junto às autoridades de Ilhéus e ao Comissário Geral de Socorros de Feira de Santana para que fossem enviadas algumas famílias de migrantes a sua propriedade da Barra do Rio de Contas, o Engenho dos Bateis, e a outra localização em Cachoeira, no Recôncavo. Como ele, “alguns fazendeiros de Ilhéus “querem ficar com algumas para trabalhadores”. Tarefa nem sempre fácil aos comissários municipais, pois muitas famílias recusavam a oferta de trabalho oferecidas pelos particulares: “repugnação para ahi seguir, dizendo que melhorando de Saúde pretendem voltar para suas cazas”.¹²⁴ As famílias cobiçadas por Higino e demais proprietários (Quadro 1 e Quadro 2), eram de migrantes da seca que se refugiavam nas matas entre a Aldeia das Ferradas e os Quiriçós, onde “vivião em completo abandono” e de outros que se abrigavam às margens do Rio da Cachoeira, e estavam aos cuidados das autoridades de Ilhéus.¹²⁵

Quadro 1. Distribuição por idade e sexo das pessoas que migram do interior da província para Ilhéus (1860).

Idade	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
0 a 10	3	16,67	7	29,17	10	23,81
11 a 20	5	27,78	7	29,17	12	28,57

¹²³ Idem. *Colonos e Colônias*, 4606. Correspondência de Hygino Pires Gomes ao presidente de província, Álvaro Tebério de Moncavo Lima, Salvador, em 17 de março de 1856.

¹²⁴ Idem. *Seca*, 1607. Correspondência do juiz municipal e de órfãos de Ilhéus, Luiz Jacinto Vergne de Abreu, ao presidente de província, em 31 de setembro de 1860.

¹²⁵ Idem, *ibidem*. Correspondência do subdelegado do 1º distrito da Vila de São Jorge dos Ilhéus, Sebastião Furtado da Silva, ao juiz municipal e de órfãos desta comarca, em 25 e 30 de outubro de 1860.

21 a 30	3	16,67	5	20,83	8	19,05
31 a 40	2	11,11	1	4,17	3	7,14
41 a 50	1	5,56	1	4,17	2	4,76
51 a 60	4	22,22	3	12,50	7	16,67
Total	18	100,00	24	100,00	42	100,00

APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1607. Lista dos Emigrados do Sertão. Ilhéus, 30 de outubro de 1860. Sebastião Furtado da Silva, subdelegado do 1º distrito de Ilhéus.

Ao todo, eram 10 famílias e um indivíduo sozinho. A maioria era de pessoas aptas ao trabalho, com núcleos familiares que variavam de 2 a 7 membros, propícios às tarefas agrícolas e, provavelmente acostumados à agricultura de subsistência com base na organização familiar do trabalho. Entre 30 e 40 famílias foram deslocados de Ilhéus e de Feira de Santana às duas propriedades do fazendeiro. As que aparecem nos Quadros foram coptadas em Ilhéus e encaminhadas ao Engenho dos Bateis na foz do Rio de Contas.

Quadro 2. distribuição por sexo e estado civil das pessoas que migraram do interior da província para Ilhéus (1860)

Estado Civil	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Solteiros	7	38,89	15	62,50	22	52,38
Casados	7	38,89	7	29,17	14	33,33
Viúvos	2	11,11	1	4,17	3	7,14
Ignorado	2	11,11	1	4,17	3	7,14
Total	18	100,00	24	100,00	42	100,00

APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1607. Lista dos Emigrados do Sertão. Ilhéus, 30 de outubro de 1860. Sebastião Furtado da Silva, subdelegado do 1º distrito de Ilhéus.

Embora o coronel Hygino Pires Gomes alegasse que seus motivos eram caritativos, já que possuía “mais de 200 escravos”, talvez estivesse experimentando como seria a convivência e a produtividade dos trabalhadores livres com os cativos e os resultados de um trabalho coletivizado e livre. Algo que havia experimentado em 1856, em sua tentativa frustrada de estabelecer uma colônia em Jequiriçá. Sua única exigência aos agentes públicos na remessa dos migrantes era “que para evitar que estas famílias

me sejam pesadas por mais de um anno, é de indeclinavel precisão que em cada uma d'ellas tenha ao menos duas pessoas que se prestem aos trabalhos d'agricultura".¹²⁶

A grande obra de investimento público a em pregar um grande número de migrantes foi a Estrada do Pé Leve em Santo Amaro. Os sertanejos alojados em Feira de Santa eram preferencialmente encaminhados aos trabalhos de sua construção. Muitos devem ter conseguido ocupação em propriedades próximas ou que margeavam a estrada. Em dezembro de 1860, dona Maria Joaquina Aragão, proprietária do engenho Santa Anna, localizado no final da Estrada do Pé-Leve, não só concorda em franquear madeiras à construção de “cabanas que abriguem os emigrantes” que seriam utilizados nos trabalhos da estrada, como “aos que tem procurado minhas propriedades, tem sido agasalhados e mandado dar terras para plantação a todos que o tem querido”.¹²⁷

Os recursos necessários à intervenção do governo provincial na seca de 1857/1861 foram conseguidos junto ao governo imperial. Além do crédito de 20:000\$000 de réis concedido pelo Ministério do Império por ordem direta de D. Pedro II, as autoridades provinciais recorreram ao artigo 179, parágrafo 31, da Constituição de 1824 e ao decreto nº 158 de 07/05/1842, que autorizam a concessão de recursos pelo governo imperial a situações de calamidade. Foi aberto então um crédito no valor de 40:000\$000 de réis por ordem do Ministério do Império em 23/10/1860. E a partir de 22/12/1860 a concessão de crédito deixou de ter um limite prévio e foi estendido ao “que fosse indispensável conforme as exigências da situação”.¹²⁸ Ao todo, foram gastos entre outubro de 1860 e janeiro de 1861 por conta do crédito concedido pelo Ministério do Império, 2:910\$000 com gratificação a médicos; 60:751\$340 com medicamentos e gêneros alimentícios ; 32:400\$000 foi o dinheiro passado às comissões municipais para

¹²⁶ Idem, *ibidem*. Corresp. de Hygino Pires Gomes ao presidente de província, Salvador, em 9 de outubro de 1860.

¹²⁷ Idem, *ibidem*. Correspondência de dona Maria Joaquina e Aragão ao dr. Luiz Maria Alves Falcão Muniz Barreto, Salvador, em 14 de dezembro de 1860.

¹²⁸ Idem. Fala do presidente de província, Antônio da Costa Pinto (1861), p. 25-26.

distribuir entre os desvalidos e 4:470\$000 com a compra e aluguel de animais, fazendo um total de 100:531\$340 réis.¹²⁹

Além de doações espontâneas de particulares e de vários eventos realizados por sociedades beneméritas em Salvador, as dificuldades enfrentadas pelo interior da Bahia também provocaram doações provenientes de outras províncias.

Apelando à população do Rio de Janeiro através do *Jornal do Comércio* em favor das “populações flageladas pela seca”, o marquês de Abrantes, o barão de Muritiba, José Thomas Nabuco de Araújo, Luis Antônio de Sampaio Vianna, José Maria da Silva Paranhos, Francisco Bonifácio de Abreu, José Antônio de Magalhães Castro e José Ferreira Santos, “Bahianos aqui residentes”. arrecadaram entre o final de 1860 e meados de 1861, aproximadamente 78:000\$000 de réis. Saldo das subscrições promovidas na Corte e remetido em montantes e períodos diferentes, à medida que iam sendo angariados.¹³⁰

Além dos habitantes do rio de Janeiro, a seca na Bahia sensibilizou aos moradores de Fortaleza, no Ceará, que no início de 1861, remeteram a quantia de 2:550\$000 reis, resultado de uma subscrição em favor dos “necessitados que nos certos dessa Província luctão com a fome”.¹³¹ O barão de Mauá fez uma doação de dez contos de réis à Comissão Central de Socorros Públicos para ser utilizada também no enfrentamento da seca.¹³² A distribuição dos recursos obedecia à hierarquia econômica e prestígio social dos chefes locais das cidades, vilas e freguesias atingidas pela seca.

Veja ou outra o governo provincial era obrigado a conviver com algumas irregularidades. O envio de gêneros e dinheiro público às localidades nem sempre

¹²⁹ Idem, *ibidem*.

¹³⁰ Idem. *Seção Colonial e Provincial. Seca*, 1607. Vários officios e Letras do Banco do Brasil entre dezembro de 1860 e abril de 1861, enviados do Rio de Janeiro à presidência de província da Bahia.

¹³¹ Idem. *Comissões de Socorros Públicos*, 1883. Correspondência de Miguel Fernandez Vieira ao presidente de província, Fortaleza, em 8 de fevereiro de 1861.

¹³² Idem. *Seca*, 1607. Correspondência de Francisco José Carinho ao presidente de província, Salvador, em 11 de dezembro de 1860.

ocorria de forma regular. Há reclamações contra as comissões municipais que não repassam os socorros a distritos e freguesias que lhe eram filiados; reiteradas reclamações quanto ao envio de qualidade duvidosa, imprestáveis ao consumo humano e enquanto sementes de novas plantações. E, sobre o comissário de João Amaro e subdelegado da povoação, José Henriques Rodrigues, pesava a acusação de ter-se aproveitado da confiança e prestígio de sua nomeação pelo governo, para forjar contas, fazendo pagamentos de compras que não chegaram a ser realizadas. Sobre o comissário geral, Pedro da Silva Rego, ventilavam notícias que teria utilizado seu cargo para alcançar bons resultados em processos eletivos à Assembléia Legislativa.

Com a chegada das chuvas no primeiro semestre de 1861, restabelecendo logo o cotidiano de algumas localidades nos primeiros meses do ano, enquanto outras tiveram que esperar até meados de 1861, inicia-se o retorno para casa. Uma volta lenta, principalmente para os habitantes da Comarca de Minas do Rio de Contas, pois as chuvas aumentaram o volume dos rios e destruíram as estradas trazendo as febres, àquelas que transitavam nas suas margens. Um pouco a contragosto o governo manteve por algum tempo o envio de gêneros e os asilos criados nas localidades de maior aglomeração de migrantes. Levava algum tempo para o restabelecimento do comércio e da lavoura. Para os mais otimistas três a quatro meses, para os mais realistas, um ano.

Na vila da Barra do Rio Grande “as chuvas, que tinham cahido em abundancia chamavam muitos braços ociosos à empregarem-se nos trabalhos da lavoura, como porque o engêdo das esmolos, que se distribuía na Villa do Urubu e outros lugares attrahiam a mendicidade, que nos flagellava. Hoj’ em dia os preços dos gêneros acham-se reduzidos à pouco mais do das carestias ordinarias, e o numero dos mendigos não excede em muito, ao que custuma vagar pelas nossas ruas (...)”¹³³

¹³³ Idem. *Seca*, 1608. Correspondência de Carlos Mariani ao presidente de província, Vila da Barra do Rio Grande, em 1º de junho de 1861.

IV.

A intervalos próximos, variando mais ou menos entre 4 e 10 anos, episódios de medo se manifestam de forma mais contundente entre a população sertaneja sempre que uma seca surge. Desestruturando o ambiente cotidiano e obscurecendo o futuro, a forte estiagem transforma comportamentos e expectativas, estimulando desde o desespero a estratégias de sobrevivência.

Diante da seca, a princípio, instala-se o medo e à medida que o tempo passa, as chuvas não vêm, a vegetação ganha aspecto cinza, o céu é de um azul abrasador, a água desaparece e as reservas alimentícias acabam, o medo transforma-se em angústia e em insegurança por um presente vivido enquanto espera dolorosa, e por um futuro incerto, que pode não existir. Mas, segundo Delumeau, a angústia é ambivalente, ou seja, “pressentimento do insólito e espera da novidade; vertigem do nada e esperança de uma plenitude. É ao mesmo tempo temor e desejo”.¹³⁴ A experiência da angústia sempre esteve presente entre os sertanejos que viveram (e vivem) a seca, seja entre aqueles que a custo de sacrifícios permaneciam em seus lares, convivendo cotidianamente com a fome, a sede, a doença e a morte, seja entre os que tendo também ao seu lado os mesmos flagelos, migravam para locais não calcinados pela estiagem ou melhor assistidos pela caridade de particulares e do governo.

Um aspecto relevante quanto à problemática da seca até 1857/1861, é que para o sertanejo o importante não era simplesmente travar uma luta de vida e de morte contra a estiagem, mas aprender a conviver com a escassez de chuvas, sobrevivendo e dando continuidade à existência cotidiana. A presença da seca é um fenômeno secular e o seu reconhecimento é algo que ocorre no dia a dia: das chuvas que não aparecem nos meses

¹³⁴ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, 1300-1800, uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo; Cia. das Letras, 1989, p. 26.

correspondentes à estação chuvosa, de um vento desfavorável à aglomeração de nuvens, do comportamento diferente dos animais da caatinga.¹³⁵ A não precipitação das chuvas, renunciando um ano sem colheita, magreza e morte da criação, escassez da água e das reservas alimentícias, criava um clima de expectativa em quantidade suficiente para as culturas presentes nas áreas semi-áridas, enchendo os depósitos de água e revigorando o pasto para o gado, impunha um ritmo ao trabalho e também ao tempo. Este, estava intimamente relacionado à rotina das tarefas na lavoura, pastoris e domésticas e a sua relação com os ritmos da natureza. A medição do tempo entre os pequenos agricultores ocorria com o desempenhadas tarefas diárias. Com a seca, essa notação ou era interrompida, ou modificada, impondo uma outra temporalidade, na qual, a “espera” pelo restabelecimento da natureza a era mais comum.

A forma de vida no interior semi-árido apresenta as mais diversas praticas – moradores, arrendatários, fazendeiros e comerciantes –, e sua organização varia do pequeno arraial de poucas casas a vilas e cidades detentoras de prestígio econômico e social, das pequenas propriedades e posses a grandes extensões territoriais improdutivas e a fazendas agropastoris voltadas à comercialização de sua produtividade tanto nas áreas onde se localizam e circunvizinhas, quanto em outras regiões, até mesmo com outras províncias. A vida rural no sertão sujeito a seca tinha muitos significados, tanto em termos de sentimentos e atividades, quanto no espaço e no tempo.

A presença da seca e a impossibilidade que ela traz temporariamente ao transcorrer do cotidiano, modificava em muito a vida das pessoas no interior da Bahia. A começar pelas dificuldades em prover alimentação. Bem estudada na cidade de

¹³⁵ Trata-se de um saber ligado a pratica cotidiana, indiciário e transmitido pela oralidade. Ver GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”. In: - *Mitos Emblemas, Sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 143-179. Há uma seleção de saberes de reconhecimento da seca fundamentados na observação da natureza em FROTA, Luciara Silveira de Aragão. *Documentação oral e temática da seca: estudos*. Brasília: Senado Federal, 1985.

Salvador, a análise historiográfica ainda não dimensionou as crises de gêneros alimentícios sentidas no interior, se os moradores do campo eram capazes ou não de alimentar a família com sua exploração agrária. A crise de 1857/1861, demonstrou que não, pois além da estiagem, haviam outras circunstâncias agravantes, como o crescimento demográfico e as condições materiais de produção (terra, sementes) refletindo-se sobre as culturas de cereais e criação de animais. Havia uma debilidade de rendimentos agrícolas, pois eram poucos aqueles que conseguiam acumular reservas alimentícias que sobrevivessem a um longo período de seca, ameaçando de morte uma numerosa população: os indigentes, os jornaleiros que se refugiavam na mendicância diante da falta de trabalho, todos aqueles que dependiam da produção de suas roças, ou seja, pequenos posseiros e proprietários que, em anos de forte estiagem, nem tinham sementes para o plantio. Os grãos eram consumidos no sustento familiar e em tentativas frustradas de plantio, aproveitando o aparecimento de algumas chuvas que infelizmente eram insuficientes para remediar a seca. Com o restabelecimento das chuvas, os pedidos de envio de sementes feitas ao governador eram numerosas, pois os pequenos lavradores não só tinham esgotado suas reservas como não possuíam meios de comprá-las. À seca, aliavam-se as dificuldades cotidianas de sobrevivência de uma numerosa população, pois eram muitos os que viviam no limiar da pobreza, convivendo com a penúria e uma subalimentação crônica. Com a seca, acossados pela fome, mulheres e homens procuravam formas de mediar tal situação.

Segundo um missivista, na vila de Santa Isabel do Paraguaçu a “miseria e a fome estão flagellando tudo. A falta quase absoluta de generos alimentícios, os altos preços por que se vendem os poucos que apparecem e a falta de dinheiro tem despovoado esta villa, e também a dos Lençóis. Os homens andam pelas ruas pedindo para serem admitidos em trabalhos, sejam de que natureza forem, independente de salário, e contentam-se

unicamente com o sustento; mas não acham quem os queira aceitar. É tal a quantidade de mulheres e crianças a pedirem esmola, que causa dó.¹³⁶

Vivendo a apreensão de morrer de fome e privados do trabalho que desempenhavam no dia a dia, a sujeição a relações trabalhistas que lhes proovessem apenas o sustento não era incomum, principalmente se em tempos de normalidade climática a independência e subsistência do trabalhador rural estavam condicionadas ao tipo de vínculos que estabeleciam com a terra e com as pessoas de situação do lugar. Em 1832, Antonio Moniz de Souza, um viajante sergipano que percorria os sertões brasileiros a procura de plantas para estudo, expôs, em uma representação dirigida à Assembléia Geral do Império, as condições de trabalho dos habitantes do campo sem terra, sujeitos às determinações dos grandes proprietários. Durante o ano de 1817, o naturalista havia percorrido os sertões baianos de Cachoeira, Santo Estevão de Jacupe, Camisão, Orobó e Jacobina e, no de 1819, os sertões de Sergipe. Alguns proprietários após ocuparem vastas e férteis terras, por métodos até ilegais, ou não as cultivavam ou estabeleciam condições desfavoráveis para os agricultores pobres que quizessem cultiva-los. Além do alto preço, os contratos de arrendamento apresentavam condições que impossibilitavam a fixação do arrendatário à terra: tempo limitado, não permitindo que o trabalho desenvolvido sobre a terra lhe proporcionasse algum lucro; a proibição da realização de benfeitorias na terra arrendada e, caso as fizesse, as perderia quando o proprietário o expulsasse; não era permitido o cultivo de lavouras de café, algodão e demais gêneros com alguma expressão na expansão de uma economia agrícola mercantil. Tais condições, somadas à presença de intempéries climáticas, provocavam a expulsão mais rápida desses rendeiros.¹³⁷

¹³⁶ BPEBa. *Jornal da Bahi*, 27 de janeiro de 1860, p. 1.

¹³⁷ SOUSA, Antônio Moniz de “Viagens e observações de hum brasileiro”. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 72, 1945, p. 71.

Com a seca, a posse de culturas e benfeitorias praticamente deixava de existir, contribuindo para a quebra de qualquer contrato de arrendamento. Tais acordos, mesmo que realizados formalmente eram muitos fáceis de serem desfeitos, independente até do conflito de interesses entre o arrendatário e o proprietário. Daí o crescido número de pessoas desabrigadas e dependentes da interferência de outros para prover seu sustento.

Em 12 de abril de 1858, Francisco Martins Moreira foi preso na Fazenda Cavaco, voltada à criação de gado e de propriedade de um tal Luis Gonçalves de Oliveira, localizada na freguesia da Conceição da Feira, sendo levado como recruta para Salvador. Morador na freguesia de Santo Estevão de Jacuípe, vivendo da lavoura em um sítio de terras arrendadas denominado Virassão, em companhia da mulher e três filhos, “por Cauza da Ceca, Çahio em procura de alimento, e arranxoce na dita Fazenda”, onde se empregou, levando o sustento de sua família, ainda em Santo Estevão, todos os domingos e vivendo a expectativa de na Fazenda Cavaco estar a formar um “novo Citio para morada de sua família”.¹³⁸

Situação semelhantes viviam agregados, rendeiros e meeiros no interior da Bahia. A fragilidade provocada pela falta de vínculos sólidos com a terra, impeli os arrendatários, moradores e jornaleiros à transitoriedade das migrações, passando de uma propriedade a outra, buscando a cada nova área em que pedia acolhida estabelecer práticas de reciprocidade entre a vizinhança e travar boas relações com os poderosos, pois disto dependia a sua estabilidade, acesso à terra, à justiça e permanência no local. Provavelmente, foram tais vínculos que ajudaram Francisco Martins Moreira a recorrer junto às autoridades, revertendo a condição de vadio que a polícia havia lhe impingido.

A tal situação de fragilidade estava intimamente ligada a migração. A mobilidade durante períodos de seca não era novidade, e assim que a estação chuvosa se

¹³⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Recrutamento*, 3495. Ofício de Francisco Martins Moreira, por seu procurador José Martins de Santana, para o subdelegado de Santo Estevão de Jacuípe, em abril de 1858.

estabelecia, aqueles que haviam se afastado para locais mais férteis, voltavam a seus lugares de origem. Em 1857/1861 a situação se modificou, pois de um número nunca visto antes de pessoas obrigadas a migrar, foram muitas as que não voltaram. Mesmo assim, não é estranho que outros tantos tenham simplesmente resistido às prerrogativas do governo de transferir populações para outras áreas. A tentativa de organização e controle da migração provocou estranhamento nas populações sertanejas. Em Feira de Santana, por exemplo, foram adotadas normas de distribuição dos recursos disponibilizados pelo governo e o encaminhamento das pessoas em condições de trabalhar para algum tipo de ocupação. Tarefa difícil segundo o Comissário Geral de Socorros Públicos:

Os emigrados que actualmente recebem socorros são em numero de dusetos e quarenta e duas famílias, d'estas a maior parte são compostas de mulheres e creanças, por que não se distribue socorros aos homens robustos, e nem aos rapazes que estão em estado de trabalharem; esta gente vive sem emprego algum; entregue a occiicidade, esperando somente o dia que tem de receber a farinha e carne (...).¹³⁹

Negando a distribuição de gêneros alimentícios aos homens que podiam se dedicar ao trabalho, as autoridades acreditavam forçá-los a se dirigirem aos locais onde eram oferecidas algumas atividades. Dos que eram encomendados aos trabalhos da estrada de ferro em Santo Amaro, apenas metade chegavam ao seu destino, ocorrendo o mesmo com os destinados ao Engenho Conceição, de propriedade do barão de São Lourenço. Os outros retornavam a Feira de Santana, vivendo de que era distribuído entre as mulheres e crianças, ou escondiam-se nas proximidades da vila, “ficando nas estradas pedindo esmolas, e ahi fazendo ranchos de palha para só viverem do pão da caridade”.¹⁴⁰

¹³⁹ Ide. *Seca*, 1608. Correspondência do comissário Leonardo José Pereira Borges ao presidente de província, Feira de Santana, em abril de 1861.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*. Correspondência de Leonardo José Pereira Borges ao presidente de província, Feira de Santana, em 22 de dezembro de 1860.

A insistência em permanecer nas vilas e cidades mais desenvolvidas do interior, recusando a possibilidade de trabalhar no litoral, não significa ociosidade e acomodação diante da precária ajuda provincial. Essas pessoas esperavam pelas chuvas, pelo retorno a suas moradas e ocupações anteriores logo que a seca acabasse. Recorrer à esmola, instalar-se provisoriamente à beira das estradas, exigindo sustento temporário por parte das autoridades, mesmo que de forma muda e que beirasse o “não fazer nada”, levando “as crianças a pedir esmollas” às escondidas, aproveitando-se da escuridão noturna, escondidas dos olhos e censuras das autoridades, não se restringe à questão localizada da fome que os migrantes evidentemente sofriam, ou de simplesmente terem se acostumado à comida e eventuais roupas distribuídas com recursos provinciais. Mas foi a estratégia adotada por pessoas angustiadas em voltarem para casa, por mais humilhante e disforme que tal situação fosse. Expectativa que também dizia respeito a uma obrigação das autoridades para com os que sofriam as agruras de uma calamidade de aspectos naturais, como confirma o próprio comissário: “Só a prática de lidar com estes homens he que pode dar hum pleno conhecimento de que elles sejam, logo que começo a receber socorros julgão que à forçosa obrigação de os sustentar de todo, dominados pela idéia de que voltarão brevemente, não querem trabalhar, entendem que deverão ser sustentados como hospedes ate que voltem as suas antegas moradas; e ex a razão de terem assim procedido”.¹⁴¹

A seca de 1857/1861 e sua enorme repercussão – espacial, temporal e humana – tornou mais viável um dado senão novo, ao menos relevante e decisivo: uma migração considerável que ultrapassou as fronteiras do sertão. Fator importante não apenas à atuação de uma política pública de enfrentamento do problema, mas principalmente no aparecimento de uma considerável massa popular forçada a readaptar-se.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*.

A abrangência da crise climática de 1857/1861 sobre o território baiano provoca uma fluidez migratória que ultrapassa fronteiras locais e regionais. Se antes esses limites também eram superados, a diferença ocorre em grande número de pessoas que se deslocam do local onde residiam para tentar a sobrevivência em outras áreas, percorrendo longas distâncias, buscando proteção em vilas e cidades, atentos à intervenção do governo, à proteção oferecida por particulares e apegando-se a estratégias de sobrevivência, que variavam da “esmola” ao “furto”.

Não se pode ignorar que as condições naturais foram significativas ao agravamento das formas de sobrevivência no interior. Apesar das chuvas irregulares ao longo do período, estas não ocorreram em ritmo e distribuição geográfica que permitisse o renascimento da paisagem. Muito além do recorte temporal de 1857/1861, estava uma secular agressão ecológica ao sertão. Iniciada desde o início do povoamento do interior baiano no século XVII e consolidado no XVIII, através da criação de gado e da agricultura itinerante com práticas extremamente relacionadas à queimada. O aumento sucessivo da população humana no sertão, desde o século XVII, agravou mais a depredação de sua biota. Com as periódicas secas, o esgotamento do mundo natural e a agressiva atuação do homem sobre o meio ambiente, conferiram a cada nova estiagem um efeito acumulativo, o qual, tornou-se mais manifesto a partir do século XIX, explodindo na longa estiagem de 1857/1861.

Provavelmente, até o final do século XVIII, a perda de vidas humanas e de criações e lavouras era bem menor do que as verificadas na segunda metade do século XIX. Possivelmente, apesar de seu crescimento, essa população não representava uma grave ameaça ao equilíbrio do ecossistema; o número de cabeças de gado existente era o necessário para iniciar o repovoamento da criação à medida que as boiadas eram levadas ao litoral; as matas e aguadas garantiam a alimentação e a sobrevivência de

parte da fauna, havendo uma convivência mais equilibrada entre o homem e o ecossistema.

No século XIX, o crescimento da população sertaneja, a demanda por água, pasto, terras apropriadas ao cultivo e quantidades cada vez maiores de gêneros alimentícios – produzidos por métodos antigos e inalterados – exerciam mais pressão sobre a natureza, principalmente nas longas e fortes secas. Tal panorama era agravado pela inadequação das vias de comunicação, dificultando medidas de socorro público às áreas de maior concentração de população migrante.

A partir de 1857/1861, seja através de desordenamento do ambiente cotidiano das populações pobres, seja na ênfase de um discurso “paternal” por parte das autoridades locais para provocar a atenção do governo, seja na sua abrangência climática, a seca ganha mais relevância entre os elementos da paisagem que transformam a carga histórica do sertão baiano.

CAPITULO 3

**1869/1870 e 1877/1879:
EXPECTATIVA E FRUSTRAÇÃO**

No início da década de 70, a forte estiagem iniciada em 1857 e prolongada por quase quatro anos, ainda produzia reflexos, afinal, ela havia alçado o fenômeno da seca ao status de um problema de significância na vida econômica e política da província, à medida que interagiu com outros fatores. Em 1868 descortina-se novamente a seca, todavia, diferente de 1857/1861, a zona das Lavras Diamantinas não possuía a mesma importância no contexto provincial. Após vinte anos de intensa exploração, os diamantes tornaram-se cada vez mais escassos e com a corrida aos diamantes descobertos na África do Sul em 1866, na região do Transvaal, passando a dominar o mercado em 1870, a hegemonia da Chapada tem fim, desencadeando um progressivo abandono da região por parte dos grandes proprietários em direção, principalmente, ao sul da província, onde havia possibilidade de desenvolvimento de uma nova fronteira econômica: a lavoura e comércio do cacau.¹⁴²

Contínuos protestos exigindo a atuação do governo provincial para mediar os feitos da seca nas Lavras, diferentemente de 1857/1861, deixaram de ocorrer. Não apenas pela diminuição da procura dos diamantes da Chapada no mercado europeu, provocando uma baixa nos preços, ou pelo processo de declínio das vilas de Lençóis e Santa Isabel do Paraguaçu, diminuindo o comércio que para aí afluía, além do desemprego de numerosa mão-de-obra; mas principalmente porque a estiagem, ao contrário do período anterior, não era tão generalizada e não se manifestou por essa zona. Não houve diminuição na precipitação das chuvas sobre os planaltos centrais da Chapada Diamantina. Além disso, as Lavras haviam se tornado um local pouco propício à migração de refugiados da seca. A forte estiagem de 1868/1870 localizou-se nas áreas

¹⁴² SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D'África*, 1997, p. 36-37.

ao norte e nordeste da província, pontuando uma ou outra localidade prejudicada pela distribuição diversificada e constante das chuvas no território baiano.

Em novembro de 1869, Francisco Gonçalves Martins, presidente da província, adotou medidas de enfrentamento à seca semelhantes às de 1860. Voltou a organizar uma Comissão de Socorros Públicos em Salvador e Subcomissões municipais no interior. Da comissão central participavam os deputados Manuel Joaquim Bahia e Dyonísio Gonçalves Martins; os negociantes Pedro da Silva Rego, Antônio Francisco de Lacerda e Joaquim Pereira Marinho; o tenente-coronel Gonçalo de Amarante Costa e o dr. Francisco José da Rocha; e a sede era o Tribunal do Comércio. Foram estabelecidas comissões auxiliares em Cachoeira, Feira de Santana, Purificação, Camisão, Alagoinhas, Inhambupe, Nossa Senhora do Livramento do Barracão (hoje Rio Real) e Monte Santo. Sem qualquer ônus aos cofres provinciais e municipais, a distribuição dos alimentos ganhou o auxílio de várias companhias de paquetes a vapor (nacionais e estrangeiras) e da estrada de ferro Bahia–São Francisco, ainda inconclusa.¹⁴³

Provavelmente, as comissões de Monte Santo, Inhambupe e Feira de Santana tinham que lidar com a fome, doenças e migração de seus próprios termos e das localidades ao norte e nordeste da província; enquanto as demais comissões municipais preocupavam-se como o fluxo migratório em direção ao litoral, prodígio em desregularizar o cotidiano das localidades mais próximas da costa e do Recôncavo, as quais, embora não sentissem os efeitos meteorológicos da seca, conviviam com as levas de sertanejos em busca de algum tipo de abrigo enquanto durasse a estiagem.

¹⁴³ APEB. Fala do presidente de província, Francisco Gonçalves Martins (1870), p. 56.

As Comarcas de Feira de Santana, Inhambupe, Itapicuru e Monte Santo estavam em situação mais crítica.¹⁴⁴

“Na villa de Monte Santo, a secca tem produsido grandes estragos (...)” Na vila do Inhambupe, a comissão solicitava “soccorros para a população indigente da freguesia do Divino Espírito Santo (...)” A Câmara Municipal da vila de Capim Grosso pedia “abastecimento de alimentos para a pobreza, que se acha redusida a miseria, por causa da secca (...)” Enquanto “alguns pontos da Comarca da Feira de Sant’Anna continuão flagellados pela secca, e precizão ainda de soccorros (...)”¹⁴⁵

Em maio de 1869, moradores da freguesia do Coité (hoje Paripiranga) lamentavam as dificuldades em dar prosseguimento às obras de açude, requisitado pelos “habitantes e veandantes desta Povoação”, inclusive contribuindo com a quantia de 150\$000 arrecadada através de uma subscrição realizada entre os próprios moradores, os quais mostravam-se empenhados, prometendo “quadejuvarem no que puderem”. Todavia, a estiagem atrapalhava a conclusão e utilização da obra:

Os Habitantes d’esta Povoação Ex.^{mo} Senhor continuão a soffrerem; por que as chuvas tem sido tão somentes par refriscar as Terras, e nada de ajuntar agoa, por serem muito demenutas.¹⁴⁶

Em consequência da estiagem, o juiz de direito e 1º substituto da comarca de Monte Santo, foi obrigado a adiar sua presença à vila de Jeremoabo para presidir um júri, por

falta de condução, attentas as dificuldades ocasionadas pela secca, que dolorosamente experimentamos (...).¹⁴⁷

¹⁴⁴ APEB, Seção Colonial e Provincial, *Comissões de Socorros Públicos*, 1583, Ato do presidente de província, Francisco Gonçalves Martins, de 24 de novembro de 1869.

¹⁴⁵ APEB, Seção Colonial e Provincial. Respectivamente, as correspondências enviadas ao presidente da província são: *Seca*, 1607, Ofício do presidente da Comissão Central Manoel Joaquim Bahia, Salvador, em 16 de dezembro de 1869; *Seca*, 1608, *idem*, em 18 de dezembro de 1869, em 31 de dezembro de 1869 e em 3 de janeiro de 1870.

¹⁴⁶ APEB, Seção Colonial e Provincial, *Comissão de Socorros Públicos*, 1583, Ofício da Comissão encarregada de dirigir a construção do açude da Freguesia de Coité ao presidente da província, em 15 de maio de 1869.

Jeremoabo, assim como as localidades de Inhambupe, Itapicuru, Monte Santo, Jacobina e Feira de Santana, formava uma das zonas de produção e comércio de gado da província, cuja qualidade das boiadas que desciam aos seus mercados consumidores, dependia da regularidade das estações: a seca diminuía o número de reses e dificultava o trânsito por estradas sem aguadas e pastos, provocando mais mortandade; enquanto seguidos anos de chuvas, “á raça dos gados é tão má, e a produção tal mal regulada que nunca chega para fazer abastecer o mercado que é o da Feira de Santa Anna”.¹⁴⁸ Basicamente era esse o papel econômico e social do norte da província, o chamado ‘sertão de baixo’: participar, juntamente com as comarcas do ‘alto sertão’, ou vale do rio São Francisco, e com as províncias de Goiás e Piauí, no abastecimento de carne bovina ao mercado consumidor da Bahia. Embora não concorresse em importância, nem em participação demográfica quanto às vilas da Chapada Diamantina na seca de 1857/1861, a forte estiagem iniciada em 1868 e prolongada até 1870, afetou particularmente essa tradicional zona de ocorrência secular das secas.

Ainda um alferes, Durval Vieira de Aguiar, presenciou os rigores da seca em 1869 enquanto percorria as estradas de Curral dos Bois e da Cachoeira de Paulo Afonso em perseguição a uma quadrilha.¹⁴⁹ Em Inhambupe, também no sertão de baixo, após um biênio de forte estiagem, escassez e carestias dos alimentos, a população, “extenuada de forças”, teve que conviver com uma epidemia de “febres”, talvez a icterícia relacionada à desnutrição, havendo mais de 100 doentes. Em meados de 1870 o cenário era de

¹⁴⁷ APEB, Seção Colonial e Provincial, *Juizes*, 2493, Ofício do juiz municipal Ernesto Cailon (sic) Maciel Monteiro ao juiz de direito, 1º substituto da Comarca de Monte Santo, vila de Jeremoabo, em 31 de dezembro de 1870. Documento gentilmente indicado por Urânia Santa Rosa.

¹⁴⁸ APEB, Seção Colonial e Provincial, *Abastecimento: gado, carne*, 4630, Correspondência de José Azevedo Almeida ao presidente da província, Salvador, em 5 de janeiro de 1865.

¹⁴⁹ AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979, p. 77.

Famílias inteiras prostradas por terra, e outras cobertas de andrajos em míseros leitos, definhão e morrem, mais a falta de meios e de socorros, do que da gravidade da moléstia!

Sem hyperbole, nunca o Inhambupe apresentou um quadro tão triste e doloroso, como actualmente; porque, se no tempo do Cholera–morbus a mortandade era maior e o terror grande, outros erão os recursos, e menos penoza e afflictiva era a sorte da população indigente, que via morrer a esposa e os filhos sem poder ao menos mitigar-lhes a fome, nem ministrar-lhes os últimos Socorros da vida¹⁵⁰

Mesmo sem o impacto climático e migratório da seca de 1857/1861, cada nova estiagem demonstrava o crescente pauperismo rural, fragilizando o ambiente cotidiano, cuja resistência à presença de uma intempérie climática era menor à medida que o século XIX avançava. Um período de seca, representava uma espécie de ruptura existencial no cotidiano dessas populações pobres, cuja sobrevivência dependia de sua relação com a terra, de sujeitar-se ou não à migração, das alternativas de prover o sustento e de resistir à fome.

A documentação encontrada sobre este período de estiagem é muito rarefeita, não há aquela volumosa correspondência insistindo sobre as obrigações ‘paternais’ do governo provincial, nem a comoção de um “theatro da miséria e desalento”, mas o contexto de uma extensa área do território provincial, que apesar de sua abundância em anos de normalidade climática, estava irremediavelmente presa às conseqüências da seca, desestruturando seu cotidiano e potencializando ainda mais a sua falta de alternativas econômicas. Porém, repetindo 1851/1861, novamente, e de forma irremediável, as conseqüências da seca não se continham mais dentro dessa extensa zona semi-árida e áreas de refrigério circunvizinhas. O aspecto que parece se sobressair à formação de tal conjuntura é um crescente aumento da população residente nesta área. Entre 1812 e 1857, três freguesias foram criadas, um desmembramento significativo de

¹⁵⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial, *Comissões de Socorros Públicos*, 1683, Ofício do delegado suplente, Theodoro Ferreira Coelho ao chefe de Polícia, Antero Cícero de Assis, em 22 de junho de 1870.

paróquias que possuíam em vasto território, todas em área de risco de seca. Na década de 70 são criadas quatro freguesias, fragmentação que apontava para a proliferação de arraiais, povoados e vilas, distribuídos por um considerável território que se estendia de Juazeiro, ora correndo às margens do rio São Francisco até Paulo Afonso, ora descendo a Morro do Chapéu, Monte Alegre e Jacobina, até fechar nas freguesias de Jeremoabo, Pombal e Itapicuru. No censo de 1872, cerca de 195.728 pessoas estavam residindo nesta área; em 1892, estimava-se que a população havia crescido para 264.192 habitantes.¹⁵¹

E se esta região, antes negligenciada no que diz respeito à seca, ganha destaque na política salvacionista do governo imperial, é porque os anos de 1857/1861 irremediavelmente, marcaram a presença da seca no rol de preocupações da vida provincial, além de ter assustado às autoridades com o considerável número de migrantes a perambular em busca da sobrevivência, fragilizando o controle sobre a mão-de-obra livre e colocando dúvidas sobre a manutenção da ordem social.

Além disso, haviam dois fatores conjunturais ligados àquela região e que ganhavam destaque na política de busca de alternativas às atividades produtivas da província: a Estrada de Ferro Bahia – São Francisco, um projeto messiânico – no dizer de Evaldo Cabral de Mello – a atravessar tabuleiros, veredas e caatingas daquela região; e a emergência da Colônia de Comandatuba, formada por colonos fugitivos da aridez dos terrenos das vilas do Conde e de Itapicuru, aventando às possibilidades de se remediar a emergência social desencadeada pela seca e o florescimento da colonização na Bahia, até então, com exemplos mais voltados para o fracasso do que para o sucesso.

Todavia, apesar de não apresentar um fenômeno meteorológico generalizado por todo o interior baiano, a seca não se restringiu ao norte da província e a esse arco de

¹⁵¹ SILVA, Cândido da Costa e. “Uma leitura missionária da seca nordestina”. In: SILVA, Severino Vicente da (org.). *A igreja e o controle social nos sertões nordestinos*. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 58-60.

círculo – como caracteriza Pinto de Aguiar – em que o governo estabeleceu comissões de socorros públicos. Atingiu tanto outras localidades pertencentes a essa área – Queimadas e Itiúba –, quantos pontos mais distantes e com mais dificuldades em serem atendidos pelo grande afastamento em que se encontravam da política de enfrentamento, circunscrita ao norte, desenvolvida pelo governo.

Em Maracás não chove “desde o dia de Natal, pelo que não se espera ser bom este anno, os mantimentos tem se perdido quasi todos pela falta da chuva, os lavradores estão muito desanimados e sem esperança de recuperarem o seu trabalho (...)”.

“Está a entrar n’estes dias uma tropa de bestas vindas de S. Paulo, e dizem que as maes estão ainda muito distantes, devido a grande secca. (...)”.¹⁵²

“O calor tem sido excessivo e os generos continuam a subir de preço”.¹⁵³

Na vila de Carinhanha, às margens do rio São Francisco, na fronteira com Minas Gerais, “continúa uma secca horrível. Não chove desde 26 de dezembro, e estamos ameaçados de fome”.¹⁵⁴

No Iguape – Recôncavo –, a falta de chuvas coincide com a estiagem do sertão: “A secca está continuando a causar serior receios e graves prejuízos; os engenhos estão quasi sem agoa para moer, e os depósitos e tanques para os animais quasi seccos”.¹⁵⁵

Em Vila Velha de Minas do Rio de Contas (hoje Livramento do Brumado):

“Com o grande sol que tem havido desenvolveram-se muitas doenças”.

“Com a secca perderam-se grandes roças, e reciam-se novos prejuízos no gado”.¹⁵⁶

Nessas localidades, ainda não havia se caracterizado uma crise de subsistência, diferentemente do norte da província, onde o “povo” da freguesia de Santo Antonio das Queimadas convivia com a fome; em Itiúba a maioria de seus habitantes tinha se mudado; e em um lugar chamado Cajá, meninos faleceram em consequência da

¹⁵² BPEBa, *Jornal da Bahia*, 29 de janeiro de 1870, p. 1.

¹⁵³ BPEBa, *Jornal da Bahia*, 19 de fevereiro de 1870, p. 1.

¹⁵⁴ BPEBa, *Jornal da Bahia*, 2 de abril de 1870, p. 2.

¹⁵⁵ BPEBa, *Jornal da Bahia*, 6 de fevereiro de 1870, p. 2.

¹⁵⁶ BPEBa, *Jornal da Bahia*, 1º de junho de 1870, p. 2.

fome.¹⁵⁷ E, com a seca, aparecem outros ‘males’ a inviabilizar ainda mais a agricultura. De Feira de Santana informavam...

Continua o flagello da secca. Há dous mezes que não chove, e alem disso está dando na mandioca a lagarta em grande escala, o que vai trazendo o desanimo aos nossos lavradores.¹⁵⁸

Ao contrário da conjuntura de recuperação em que ocorreu a seca de 1857/1861, com a comercialização do diamante e do café aumentando as exportações, pontuando valores positivos na balança comercial baiana até 1872, as estiagens posteriores transcorreram em uma conjuntura de crise econômica até meados da década de 90, não só na Bahia, mas com proporções nacional e internacional.

Desde a década de 50, o principal problema da grande lavoura do norte era os “auxílios à lavoura”, ou seja, as políticas de crédito fiscal e de investimentos à realização de obras de infra-estrutura voltadas à modernização das técnicas de fabrico do açúcar (engenhos centrais) e à instalação de ferrovias e melhoramento dos portos, beneficiando a agricultura e o comércio. Todavia, excluindo os setores não ligados diretamente à exportação – por exemplo, a pecuária (com exceção do comércio do couro) –, deixando à parte certos setores das economias provinciais e excluindo a pequena lavoura e a de subsistência, comercializadas no mercado interno, premiando a grande propriedade escravocrata e negligenciando a pequena propriedade e o trabalho livre. Portanto, o problema básico da grande lavoura das províncias do norte – voltada à exportação – não era a falta de mão-de-obra, mas a escassez de capital e meio de transporte.¹⁵⁹

As reivindicações de “auxílios à lavoura” tornaram-se mais freqüentes a partir da década de 70 quando o término da guerra com o Paraguai deixou de concentrar sobre

¹⁵⁷ BPEBa, *Jornal da Bahia*, 7 de abril de 1870, p. 2.

¹⁵⁸ BPEBa, *Jornal da Bahia*, 10 de fevereiro de 1870, p. 2.

¹⁵⁹ MELO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império, 1874-1889*, 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 101-102.

tal conflito as atenções e recursos do governo imperial e com a grande depressão de 1873-1896. Provocada pelo rápido desenvolvimento do sistema mundial de transporte – ferrovias e navegação a vapor –, possibilitando comunicações mais rápidas e de baixo custo entre as regiões produtoras de matérias-primas e alimentos e os mercados consumidores urbanos e industriais da Europa e dos Estados Unidos, provocou uma queda de preços, afetando a taxa de lucros e de juros, causando uma baixa do fundo do mercado agrícola nas áreas importadoras e também nas exportadoras de gêneros tropicais. Enquanto o café sofreu menos perda devido à posição de preeminência alcançada dentro da produção mundial, tendo sido beneficiada por uma alta de preços nos períodos de 1868-1873, os preços do açúcar e algodão despencavam no mercado internacional, agravando ainda mais a situação desses produtos.¹⁶⁰

Na Bahia, a depressão econômica desenvolveu-se em crise bancária, comercial e das finanças públicas, além de diminuir a produção de açúcar, café e algodão. Somando-se à falta de recursos, tecnologia defasada e queda de preços, a seca – na avaliação de Pinto de Aguiar –, “fora, certamente, uma causa conjunta importante”.¹⁶¹

Novamente, chamado a intervir nas conseqüências da seca, o governo provincial, tendo à frente o experiente Francisco Gonçalves Martins, à exceção da organização das Comissões de Socorros Públicos e em comparação aos anos de 1860 e 1861, foi econômico quanto à destinação de recursos. Foram remetidos pela Comissão Central aos pontos “mais flagellados pela secca” 240 arrobas de carne, 1.328 alqueires de farinha de trigo, 741 arrobas de feijão, 200 alqueires de milho e 6 fardos de tecidos para vestir os desabrigados com a seca. Recursos distribuídos entre Feira de Santana, Alagoinhas, Itapicuru, Soure, Inhambupe, Monte Santo, Capim Grosso, Pombal, Tucano e Vila Nova da Rainha. Totalizando um gasto de 11:711\$440, de uma receita de

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 115-116.

¹⁶¹ AGUIAR, Pinto de. *Abastecimento: crises, motins e intervenção*, p. 73.

12:155\$000 disponível pela Comissão Central: 10\$511\$440 foram gastos na compra dos gêneros alimentícios e tecidos e 1:200\$000 na condução desses recursos de Alagoínhas às localidades determinadas pela mesma comissão. Essa quantia, com exceção de 155\$000 obtidos através da doação de particulares, era proveniente da Tesouraria da Fazenda da província.¹⁶² Atentando para o artigo 179, parágrafo 31 da Constituição de 1824 que previa a intervenção do governo imperial em casos de calamidades, garantindo os socorros públicos, o presidente de província assegurou recursos a uma nova intervenção na questão da seca, concentrando-se em uma região específica do território da Bahia e acalentando a possibilidade do estabelecimento de colônias enquanto solução ao problema. Apesar de alegar não dispor de recursos, mas impressionado pelo desenvolvimento alcançado pela Colônia de Camandatuba, fundada em 1867, incentivou a criação da Colônia de Cachoeira em 1870¹⁶³, tentando definir, em linhas gerais, a colonização nacional, enquanto política pública adequada ao enfrentamento e solução às conseqüências da seca:

Meu pensamento de facilitar a emigração para as camarcas do sul deve ser sustentado embora se restabeleça o estado prospero d'aquellas flagelladas localidades, porque o mal volta com frequencia e o que se observa, e que tenho por vezes repetido, é que os habitantes dos sertões ao norte da província vegetam na pobreza quando não soffrem a miseria.¹⁶⁴

A instalação de colônias em áreas pouco exploradas, com boas terras, sem o espectro da seca, deveria ser uma alternativa à grande propriedade, lançando bases à policultura em pequenas lavouras, contornando as dificuldades enfrentadas pelas culturas de gêneros alimentícios nas áreas semi-áridas periodicamente castigadas pela estiagem e assentando os habitantes que freqüentemente ficavam desprotegidos, sem sustento, ocupação e residência fixa durante a ocorrência da seca.

¹⁶² APEB. Relatório do presidente de província, Francisco Gonçalves Martins (1870), Apenso J.

¹⁶³ Idem. Relatório do presidente de província, Francisco Gonçalves Martins (1871), p. 47-49.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 56-57.

Desde muitos annos que os males da seca se tem repetido ao Norte e Oeste da provincia; se há n'essas paragens terrenos de extrema fertilidade outros há em vasta extensão que se prestam mais á criação, por onde vegeta uma população numerosa sem propriedade, porque as estensas fazendas pertencem á senhorios muitos dos quais as não habitam, e sem uma residência fixa. Taes campos estão sujeitos á seccas continuas, cujos males agrava a habitual preguiça; é a parte mais infeliz do nosso centro, comprehendendo – Inhambupe, Itapicurú, Pombal, Monte Santo e Geremoabo. É por tanto de reconhecida vantagem a emigração d'esses povos quasi sem domicilio, para situações ao Sul, ás margens de rios navegaveis, abundantes de mattos, e de uma fertilidade admiravel.¹⁶⁵

Ainda, segundo o barão de São Lourenço, em sua tentativa de racionalizar o enfrentamento da seca, remetendo-se a questões levantadas durante o período de 1857/1861, as políticas publicas voltadas à emergência provocada pela estiagem, teriam que estar relacionadas a melhoramentos de carácter mais duradouro, com vistas ao futuro da provincia e à resolução gradativa dos aspectos mais evidentes das agruras ambientais.

A secca de dous annos tem muito concorrido tambem para impedir o augmento rasoavel que se devera esperar da marcha actual de um pais novo. Observa-se hoje o contrario do que succedia, importando-se pouco do interior, e para ali se conducindo numerosas cargas de generos alimentícios.¹⁶⁶

Aliada à colonização, estava o estabelecimento de um sistema viário. E a Estrada de Ferro Bahia – São Francisco, constituía-se em uma esperança, pois além de cortar a região de maior ocorrência de secas dentro do território baiano, facilitando o abastecimento e o transporte da mão-de-obra desocupada, foi um exemplo pioneiro na provincia, acalentando a possibilidade da instalação de outras vias férreas em áreas com outras especialidades regionais. Todavia, além das dificuldades de recursos que

¹⁶⁵ APEB. Relatório do presidente de provincia, Francisco Gonçalves Martins (1870), p. 54.

¹⁶⁶ APEB. Fala de Francisco Gonçalves Martins (1870), p. 32.

retardavam o andamento da E. F. Bahia – São Francisco, a seca também trouxe transtornos à execução das obras.

A estrada de ferro Bahia – São Francisco, e seu intento de alcançar o comércio desenvolvido em torno do grande rio, reforçando o controle do sistema exportador – importador da praça de Salvador sobre o alto sertão – minando qualquer outro projeto que levasse a produção do São Francisco a outra província, por exemplo, a de Alagoas, através da desobstrução do médio São Francisco e do melhoramento do porto da cidade de Penedo, exigia mais paciência do que a companhia inglesa responsável pela elaboração e construção de seu traçado possuía; e também recursos que o governo provincial não dispunha, prolongando seu término até a cidade de Juazeiro ao ano 1895.

A perspectiva era de que a Bahia – São Francisco estabelecesse novas fronteiras econômicas para a província, cabendo a esta, o controle sobre o comércio dos sertões do Piauí, do norte de Minas Gerais e os chapadões de Goiás, entre os rios São Francisco e Tocantins. Ao reconhecer as dificuldades que se apresentavam à realização de um caminho de ferro sobre território sem perspectivas imediatas de lucro, em uma paisagem de tabuleiros e caatinga, a companhia inglesa desiste do prolongamento de Alagoinhas a Juazeiro, passando tal encargo ao governo, e, investiu no ramal do Timbó que se estendia a Sergipe, visando a produção dos vales de Subaúma, Inhambupe e Itapicuru. Ao contrário de João Maurício Wanderley, entusiasta do projeto, cujo apoio contribuiu para sua aprovação, Francisco Gonçalves Martins defendia que qualquer estrada ferroviária a ser construída na Bahia, primeiro deveria ser realizada de modo a atender as freguesias açucareiras.¹⁶⁷ E não escondia sua insatisfação quanto ao ônus do projeto e a demora do caminho de ferro em atingir o vale do São Francisco, paralisado

¹⁶⁷ MELO, Evaldo Cabral de. op. cit., p. 209-210, 229.

entre a falta de dinheiro e a seca, sem vistas imediatas à concretização das rendas que seu projeto inicial visionara:

“Esta empresa, sem duvida a primeira da Província já por seu ponto objectivo, de ligar o litoral com as agoas do S. Francisco pelo caminho mais curto e de mais facil realização, tem soffrido e continuará a soffrer por muito tempo o erro de sua direcção.

Com o tempo e com o desenvolvimento ainda que vagaroso da industria agricola, tudo agravado pela terrivel secca por que tem passado a Província, principalmente a zona que a estrada atravessa, melhora a sorte da referida empresa. (...)”¹⁶⁸

Mesmo restrita a área em torno de Alagoinhas, o presidente de província foi obrigado a admitir que a estrada de ferro facilitou a execução da distribuição de gêneros alimentícios à localidade atingidas pela seca no norte da província, diminuindo o fluxo migratório, amenizado a escassez de alimentos, não transtornando por completo o ambiente cotidiano das localidades:

A via ferea tem n’este ponto sido muito util para o supprimento dos municipios proximos, que sem ella teriam visto a emigração completa da população.¹⁶⁹

Mudanças ocasionais da economia regional, proporcionando conjunturas ora de prosperidade, ora de depressão – vide a exploração diamantífera na Chapada e a cultura do algodão, no início do século XIX e durante a Guerra Civil nos EUA (1860-1865), no sertão da Serra Geral –, aliadas à predominância da agromanufatura do açúcar entre os interesses econômicos da época, minimizavam a importância da diversificação agrícola. A instalação da E. F. Bahia – São Francisco no norte e de outras ferrovias, principalmente uma que atendesse as áreas mais ao centro e a sudoeste da província, representava uma tentativa de aproveitamento do impacto potencial da diversificação agrícola aí existente. Todavia, qualquer projeto de expansão da economia agrícola que não priorizasse a tradicional zona açucareira do recôncavo, era visto com desconfiança,

¹⁶⁸ APEB. Relatório do presidente de província, Francisco Gonçalves Martins (1871), p. 44-45.

¹⁶⁹ APEB. Fala do presidente de província, Francisco Gonçalves Martins (1870), p. 32.

provocando conflito entre a nostalgia dos tempos áureos do açúcar e o temor em arriscar, em confiar-se a um outro porvir. Em sua avaliação sobre o desempenho da E. F. Bahia – São Francisco, o barão de São Lourenço parecia embaralhado entre essas duas fronteiras.

Nas décadas seguintes a escolha foi pela continuidade de investimentos na produção açucareira do Recôncavo em crise. A hegemonia da agro-indústria do açúcar invadiu a República. Com a fundação dos engenhos centrais no final da década de 70, a isenção de impostos para o açúcar em 1888 e melhoramentos no processo produtivo, houve um certo ânimo nos preços internacionais, alcançando um bom momento durante a grande guerra de 1914-1918.¹⁷⁰

Colonização

As tentativas de estabelecimento de uma política de colonização nacional na Bahia iniciaram-se na década de 50 do oitocentos. Em 1857, o presidente de província, João Vieira Lins Cansação de Sinimbu criou as colônias Nacional do Rio de Contas, Salto do Rio Pardo, Nacional Agrícola e uma outra, batizada de Sinumbu. Eram projetos financiados pelo governo da província e que tiveram pouca duração por razões que gravitavam em torno do pouco interesse da administração provincial – provavelmente ressentindo-se da falta de apoio do governo imperial – e da decepção dos colonos, abandonando-as após perceberem a ausência de organização e de uma produtividade capaz de justificar a permanência nas mesmas.¹⁷¹

¹⁷⁰ ALMEIDA, Rômulo. “Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio”. In: *Planejamento*. Salvador, v. 1, n. 1, p. 19-54, set./out. 1973, p. 30-32.

¹⁷¹ Sobre informações específicas de tais colônias ver LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Colonos e Colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado, Salvador: UFBA, 1982.

No final da seca de 1857/1860, a estratégia era a promoção da migração dos acoissados pela seca ao litoral ou regiões próximas, “onde haja abundância de viveres, e os emigrantes possam achar recursos, trabalho e pão”. Preocupados em dispersar a população aglomerada em determinados pontos da província, a existência de colônias no litoral sul abria o precedente de que esses migrantes, desempregados e dependendo de socorros públicos e da caridade privada, pudessem se transformar na mão-de-obra necessária à continuidade e expansão da colonização na Bahia.

Mediante avaliação das terras, do clima e da quantidade de água existente em diversos pontos das áreas propícias ao direcionamento do fluxo migratório, seriam instaladas as colônias. Religiosos “Benedictinos”, “Lazaristas” e “Barbadinhos” seriam os administradores tolhidos à tarefa de organizar e dirigir comissões encarregadas de iniciar os preparativos para receber os primeiros migrantes.¹⁷²

Idéia retomada em 1870 pelo presidente de província, Francisco Gonçalves Martins, quando estabelece a Colônia da Cachoeira, localizada em Ilhéus, enviando no mesmo ano 20 migrantes, que imediatamente estabelecem o cultivo da mandioca, milho, feijão, arroz e algodão. Logo depois, começaram as construções e a abertura de estradas, uma em direção à província de Minas Gerais e outra até a vila de Ilhéus. Entre 1872 e 1874 a colônia teve seus melhores momentos, produzindo gêneros alimentícios e telhas, sendo também o período de maior crescimento de sua população. Administrada por capuchinhos, muito além de receptora de migrantes dos sertões castigados pela seca, a colônia funcionava principalmente enquanto base para o trabalho de catequese dos índios, juntando forças com os aldeamentos indígenas do sul da Bahia. Também tentava fortalecer as relações comerciais com Minas Gerais e demais regiões do centro Império. A ameaça e ataque dos índios e a interrupção de uma administração voltada ao

¹⁷² APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1608, Correspondência de Salustiano Ferreira Souto e Abílio César Borges ao presidente de província. Salvador, em 22 de dezembro de 1861.

desenvolvimento da colônia, forçaram o progressivo abandono dos colonos, e seu fechamento provavelmente no início de 1877.¹⁷³ Parece que o surgimento de problema internos, incapazes de serem resolvidos pelo distante e pouco dedicado governo provincial, anunciavam o princípio do fim das colônias nacionais instaladas no século XIX na Bahia.

Mas, a colônia que realmente repercutiu das conseqüências de uma seca foi a de Comandatuba. Localizava-se na foz do rio de mesmo nome, entre as comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, tendo ao norte a povoação de Una e ao sul a vila de Canavieiras, beneficiando-se de uma pequena barra para pequenas embarcações. Foi fundada no seco ano de 1867 por “famílias pobres do norte da província”, provenientes da vila do Conde

pouco lucro auferindo das estéreis terras, que lavrarão, começaram a emigrar para alli, de sorte que tendo d’isso sciencia o Dr. Juiz de Direito da Comarca d’Ilhéus, Antonio Gomes Villaça, projectou aproveitar essa torrente de emigração formando com dispêndio dos cofres públicos uma colônia de nacionaes (...).¹⁷⁴

Enquanto a seca devastava “o recôncavo e o interior norte e oeste da Província” no biênio de 1869/1870, a Colônia Nacional de Comandatuba era habitada por mais de 350 pessoas, vivendo do cultivo da mandioca, milho, feijão, arroz, mamona e cocos. Parte dessa produção era destinada ao consumo próprio, e a outra comercializada nas localidades Una, Canavieiras e até Salvador.¹⁷⁵ Não sendo uma remanescente das colônias fundadas em 1857 por Sinimbu, embora essa primeira experiência talvez tenha influenciado ao juiz Antônio Gomes Villaça em direcionar o fluxo migratório a realização da colônia, o papel do governo provincial durante a sua existência foi a de um coadjuvante. Manifestava-se quando era solicitado, mostrando-se muito lento quanto a tomar iniciativa própria.

¹⁷³ Ver LYRA, Henrique Jorge Buckingham. op. cit. P. 105-116.

¹⁷⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Colonos e Colônias*, 4606, Ofício de Paschoal Pereira de Mattos ao presidente de província, s. d.

¹⁷⁵ APEB. Relatório do presidente de província, Francisco Gonçalves Martins (1870), p. 34.

Sob a direção do juiz de direito da comarca de Ilhéus a colônia foi reconhecida pelo governo provincial, conseguindo deste “pequenas quantias” para as obras – Capela, Cemitério, Cadeia –, transformando o cotidiano do que nela se estabeleceram, os quais

emigrarão de Tapicuru para essa Colônia em razão da Seca, que naquele lugar reduziu a extrema penuria, e aqui (...) satisfeitos e contentes vivemos hoje na abundância de farinhas ramo de nossa Vida, e de que fazemos uma exportação mensal excedente de mil alqueires, que vão ter a essa, Villas de Canavieira e Belmonte por navegação fluvial (...)

(...) desfructando em serena paz os dous productos de nossos trabalhos gozando aquella tranquillidade de espirito que provem da Vida Rural, porque achamos em Comandatuba terras em abundancia embora alguma couza estereis, e nos dedicamos a plantação de mandiocas e coqueiros, unicos ramos apropriados ao terreno, mas nos com isso, Ex.^{mo} Senr, viviamos, e vivemos satisfeito.¹⁷⁶

Em janeiro de 1873, os colonos de Comandatuba denunciaram ao presidente de província a pressão que vinham sofrendo por Januário José de Freitas, proprietário de terras próximas ao rio Poxim, a duas léguas de distância dos terrenos nacionais da colônia, obstinado em expulsá-los dali. A ameaça teve início já nas primeiras tentativas de estabelecimento da colônia. Com o reconhecimento do governo provincial, transformando-a em colônia nacional quatro ou cinco anos antes, dispensando ajuda financeira e promovendo a vinda de novas famílias, Januário José de Freitas parecia ter desistido de suas pretensões. Todavia, com o projeto de instalação de uma colônia de famílias européias próxima a Camandatuba, sob a responsabilidade de Policarpo Lopes de Leão e do comendador Egas Muniz Barreto, o antigo desafeto dos colonos associou-se a esta empresa, aproveitando-se para reviver suas antigas ambições sobre as terras.

A pretexto de demarcar os lotes e levantar as cabanas dos futuros colonos, exigiu que os moradores de Camandatuba ou lhe pagassem determinada quantia pelos terrenos ocupados, ou simplesmente os abandonassem. Os colonos denunciaram a

¹⁷⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1608, Abaixo assinado dos moradores da Colônia Nacional de Comandatuba ao presidente de província, em 30 de janeiro de 1873.

irregularidade das ações de Januário José de Freitas, tentando fazer com que o governo acreditasse que a nova colônia seria instalada em terras de sua propriedade, quando na verdade pertenciam ao próprio governo, o qual “dispõe em Comandatuba de milhares de legoas de terreno onde aboletar milhoens de famílias sem tocar em posse particular”. Provavelmente, como as terras de Januário José de Freitas não interessavam ao assentamento da nova colônia, este, decidiu auferir algum lucro dizendo-se dono das terras selecionadas ao novo projeto de colonização. Além de expulsar o que talvez fosse uma vizinhança bastante indesejável: trabalhadores com acesso direto a terra, desenvolvimento de pequenas lavouras com produtividade a ser levada em conta e a busca de autonomia e legitimidade da posse das terras ocupadas pelos colonos, inspirando a divisão da grande propriedade.

Aterrados com as conseqüências da investida irregular de Januário José de Freitas, “que tem proteção e he do Seio do Governo, com o que nos miseros Colonos nada temos”, os antigos migrantes da seca, temiam pelo futuro, a volta ao status anterior:

“(…) e agora na dura necessidade nos vermos de retirarmos, perdendo nossas lavouras, o Sr. Januario já conta suas, e promettendo ate plantar para si os roçados que este anno queimamos, o que nos ficará restando? Procurar novo azilo onde se não dê tal egismo como o do sr. Januario”.¹⁷⁷

Segundo Henrique Lyra, em 1874, a Colônia de Comandatuba era dada como quase dissolvida pelas autoridades. Sua produção havia estacionado e a direção da colônia enfrentava sérios problemas quanto à organização, dificultando, no entender da presidência, os esforços a sua continuidade. Após este ano, o autor não encontrou outras referências sobre a colônia.¹⁷⁸

¹⁷⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1608, Abaixo-assinado dos moradores da Colônia Nacional de Comandatuba à presidência da província, em 30 de janeiro de 1873.

¹⁷⁸ LYRA, Henrique J. B. op. cit., p. 105.

Provavelmente, o juiz de direito de Ilhéus, Antônio Gomes Villaça, não estava mais à frente da direção da colônia, e o núcleo inicial de Comandatuba, formado por migrantes da seca, havia se ‘retirado’, desprotegidos diante das tentativas de Januário José de Freitas e dos interesses envolvidos na instalação da nova Colônia, denominada Muniz, com colonos de origem austríaca, alemã e polonesa, enquanto “muitos nacionais suplicavam essa honra”. O surgimento de uma outra colônia, com aprovação do governo imperial e aos cuidados do conselheiro Policarpo Lopes Leão e Egas Muniz Barreto ofuscou os resultados conquistados em Comandatuba – abrigando mais de 500 pessoas, produzindo vários produtos e até exportando alguns –, colocando um fim às conquistas e expectativas de seus moradores. Estes, ou foram levados a uma nova migração, ou cooptados enquanto empregados nas fazendas próximas. Entretanto, a Colônia Muniz também fracassou, não superando os equívocos administrativos, doenças, escassez de gêneros alimentícios e a crescente insatisfação dos colonos, seguida de “debandada” e “pilhagem”, pondo fim à colônia.¹⁷⁹

É provável que a expectativa do governo provincial em relação ao estabelecimento de uma outra colônia de iniciativa privada tenha provocado desinteresse em relação a Comandatuba, negligenciando a ajuda que ocasionalmente destinava ao desenvolvimento material de seu núcleo, ou abandonando-a por completo. A preocupação dos colonos em rogar “a Deus pela vida do nosso probo e honrado Director, a quem tudo devemos abaixo de Deos, e que tantos sacrificios pessoas tem feito em prol desta Colônia, e de seos habitantes com viagens imcommodativas e dizpendiosas”, revela a posição de constante medo e inconstância em relação ao futuro da colônia, temendo que Comandatuba não passasse de mais uma efêmera experiência na política de *laissez faire* do governo provincial em relação à colonização nacional. O

¹⁷⁹ AGUIAR, Durval Vieira de. op. cit., p. 270-272.

entusiasmo demonstrado por Francisco Gonçalves Martins em relação ao futuro da colonização nacional na Bahia e o engajamento de migrantes da seca em tal iniciativa variava conforme a administração em exercício, repetível anos depois, como a seca de 1877/1879, mas com o patrocínio do Ministério da Agricultura do Império.¹⁸⁰

1877/1879: Os cearenses estão chegando...

A seca de 1877/1879 coincide com a grave crise econômica das províncias do Norte, ou seja, diminuição das exportações e preços do açúcar e algodão e evasão de mão-de-obra escrava para o sul do Brasil, além de uma progressiva perda do poder de suas elites na política nacional.¹⁸¹

No Ceará, cerca de 100 mil pessoas com fome ocuparam Fortaleza, cuja população em 1877 era estimada em 25 mil habitantes. A ocupação definitiva das terras cearenses pelo latifúndio – a partir da lei de terras de 1850 – e o desenvolvimento de uma economia agrícola mercantil baseada na cultura do algodão – provocava pela saída dos EUA do mercado internacional durante a Guerra de Secessão –, impossibilitou a ocupação das terras férteis pelos camponeses “retirantes” da seca sem ter para onde ir, colocando em crise as “relações paternalista baseadas na tolerância e na proteção pessoal e privada”.¹⁸²

O desespero dos sertanejos cearenses transforma-se em levadas migratórias para fora da província, em direção à Amazônia ou às províncias mais ao sul, chamando atenção em âmbito nacional, inflamando nas elites dirigentes regionais discursos em

¹⁸⁰ APEB, *ibidem*.

¹⁸¹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste”, *Revista Brasileira de História*, 28 (1994), p. 112.

¹⁸² NEVES, Frederico de Castro, “Economia Moral versus Moral Econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?)” *Projeto História*, 16 (1998), p. 54. Segundo o autor, “retirante” é um termo usado para o camponês que em tempos de seca deixa de ser um migrante eventual, para se transformar em alguém que não tem para onde ir e depende da proteção das autoridades.

torno da seca, nacionalizando sua repercussão. Jornais e revistas expõem imagens de sertanejos famintos, esqueléticos, vítimas não só da fome, mas também das várias doenças que atingem os aglomerados de retirantes nas cidades.

Na Bahia, as áreas sujeitas à seca sofreram os reveses da estiagem iniciada em 1877, todavia, nada comparado à destruição e fluxo migratório de 1857/1861. Em 1878, moradores de Jeremoabo solicitavam ao presidente de província, o barão Homem de Mello, providências para amenizar o “terrível flagello da seca, que qual medonho phatasma vai ceifando vidas e destruindo tudo no seo horrendo caminhar”. Conseqüentemente, vagavam “pelas ruas (...) bandos de infelizes quasi nus e prestes a desfalecerem”.¹⁸³ Em Caetité, Monte Alto e Riacho de Santana, a seca provocou escassez de gêneros alimentícios destruindo a criação e a lavoura, refletindo-se sobre o aumento dos preços dos alimentos que conseguiram subsistir à crescente escassez. As dificuldades de vias de comunicação adequada e que se tornavam mais acentuadas durante os períodos de irregularidade climática, reclamavam, segundo o juiz de Caetité, a construção de uma ferrovia entre São Felix e o Alto Sertão da Serra Geral. Uma comissão de socorros foi organizada na Comarca de Caetité para tentar minorar as conseqüências da seca enquanto a presidência da província não intervinha. Enquanto isso, os ‘desvalidos’ sofriam diante da fome e ‘crianças’ pereciam.¹⁸⁴ Todavia, a maior preocupação do governo provincial era os numerosos grupos de “cearenses” que chegavam a Salvador, e o destino a ser-lhes dado.

Em 6 de dezembro de 1877, o cearense José Ignacio de Freitas, que veio a Salvador fugindo da seca no Ceará, trazendo consigo sua mulher e cinco filhos menores

¹⁸³ APEB. Seção Colonial e Provincial, *Seca*, 1608, Abaixo-assinado de cidadãos de Jeremoabo ao presidente de província, em 17 de agosto de 1878.

¹⁸⁴ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998, p. 204-205.

“a procura de trabalho, com que pudesse ser útil a sua família tão ameaçada pelo rigor da referida seca”, solicitava a presidência da província algum tipo de ajuda, pois

(...) aqui chegamos com os demais emigrantes, que posteriormente seguirão para a Villa de Jequiriçá, da Comarca de Valença, se deixou ficar na esperança de encontrar serviço d’onde pudesse tirar subsistencia: e como assim não tenha acontecido apesar das diligencias que há empregado, vendo-se em penuria em terra extranha, e afflicto por não poder socorrer a sua família, que vive a mingua (...).¹⁸⁵

Caso desejasse, José Ignácio, seria recomendado também ao trabalho agrícola na Colônia de Jeguiriçá. Como ele, haviam muitos outros. Paulino Anacleto de Lima, maior de 21 anos, migrou junto com o irmão menor, chegando no início de 1878, requeria passagens de volta ao Ceará, onde, segundo ele, já se encontrava melhor de acordo com cartas que recebera de sua mãe viúva.¹⁸⁶ A mesma solicitação fazia Joaquim Freire da Silva para si e seus três filhos.¹⁸⁷

Na década de 80, os pedidos têm continuidade. Manuel Procópio Maranhão, “retirante da província do Rio Grande do Norte, sem recursos para pagar uma passagem de volta, pois a seca já tinha chegado ao fim, tem seu pedido aceito pela presidência”.¹⁸⁸ Em 1882, Alexandre Cardoso de Paiva, natural do Ceará e “retirante em consequencia da seca”, também desejava passagens para “retirar-se para o seo de sua familia”.¹⁸⁹ João Teixeira Havier, que “emigrára por ocasião da seca” não pedia passagem de volta ao Ceará, mas alegava estar “impossibilitado de dedicar-se a trabalhos ao rigor do sol, em consequencia de uma enfermidade de olhos que soffre”, recorrendo ao presidente de província um emprego de “servente” em qualquer repartição publica, possibilitando-lhe

¹⁸⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1608, Requerimento de José Ignacio de Freitas ao presidente de província, Salvador, em 6 de dezembro de 1877.

¹⁸⁶ Idem, ibidem. Requerimento de Paulino Anacleto de Lima ao presidente de província, Salvador, em 22 de setembro de 1878.

¹⁸⁷ Idem, ibidem. Requerimento ao presidente de província, Salvador, em 14 de junho de 1878.

¹⁸⁸ Idem, ibidem. Requerimento ao presidente de província, Salvador, em 14 de abril de 1880.

¹⁸⁹ Idem, ibidem. Requerimento ao presidente de província, Salvador, em 6 de março de 1882.

recursos a sua sobrevivência.¹⁹⁰ No mesmo ano, outro João Teixeira, que também “emigrara (...) por ocasião da seca”, necessitava de subsídios para retornar à província do Ceará.¹⁹¹

Compelido a interferir na seca de 1878, o Ministério Sinimbu propõe, com recursos do governo central, a construção das chamadas ferrovias da seca. Representavam a abertura de várias frentes de trabalho, fácil transporte de socorros às populações famintas e até a possibilidade de favorecer a migração do interior ao litoral, caso fosse necessário. Além de tratar-se de uma solução mais viável que a proposta de desvio das águas do rio S. Francisco por meio da construção de um canal até o rio Jaguaribe, sugerido na época. Com a seca de 1877/1879 construíram-se as ferrovias Baturité e a Camocim – Sobral no Ceará, e a Piranhas – Jatobá, comunicando o médio e o baixo São Francisco. Destinada a ligar as duas seções navegáveis do rio S. Francisco, essa ferrovia sofreu pressões contrárias a sua construção por parte dos interesses baianos, pois não deixava de ser uma ameaça às pretensões da praça de Salvador em controlar o comércio e as comunicações do vale do São Francisco através da ferrovia que ligava a capital baiana a Juazeiro.¹⁹²

Em viagem de estudos pelo rio São Francisco, Theodoro Sampaio presenciou os esforços de construção da via férrea Piranhas – Jatobá. De Penedo, segunda cidade mais importante da província de Alagoas, a Volta Grande, povoado “sem importância” de Pernambuco, as frentes de serviço abertas ao longo da linha férrea em construção, haviam atraído um extraordinário número de “retirantes do alto sertão que a sêca prolongada expelira dos seus lares”.

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*. Requerimento ao presidente de província, Salvador, em 19 de janeiro de 1883.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*. Requerimento ao presidente de província, Salvador, em 8 de maio de 1883.

¹⁹² Ver MELLO, Evaldo Cabral de. *op. cit.*, p. 192-202; AGUIAR, Pinto de. *Nordeste: o drama das secas*, p. 56-60.

Em Penedo, além da fome, também a varíola atormenta a população da cidade, “muito aumentada com a gente emigrada dos sertões (...). Viam-se nas ruas muito povo faminto e sem trabalho, levas de mendigos andrajosos esmolando ou estendidos pelo chão á sombra das árvores (...)”

Em Piranhas as “habitações eram poucas para tanta gente. Improvisaram-se ranchos de palha, pequenas tendas fechadas com esteiras, tudo quanto era possível imaginar-se para agasalhar a população excedente ou adventícia”.

Em Volta Grande o movimento do logarejo havia aumentado devido “ao acúmulo dos retirantes que provocavam serviços”.¹⁹³

Além das ferrovias, o Ministério Sinimbu criou sete colônias para o recebimento do fluxo de “retirantes”: Santa Isabel, no Amazonas; Benevides, no Pará; Limoeiro, no Maranhão; Sinimbu, no Rio Grande do Norte; Socorro, em Pernambuco; São Francisco, em Alagoas, e na Bahia, a Colônia de Jequiriça que chegou a ter 703 migrantes.¹⁹⁴ A ação do governo consistia em fixar a população livre espalhada pelas regiões áridas em colônias instaladas à margem de ferrovias, em áreas de fácil acesso ao litoral e próximas aos engenhos, objetivando a divisão da grande propriedade, incentivando a policultura e a pequena lavoura. O melhor exemplo de tal tentativa foi a Colônia Socorro, fundada no município de Palmares, com boas terras e fácil acesso a estradas ferroviárias, chegou a abrigar 9 mil pessoas, sendo fechada em 1880 quando a política imperial de ajuda aos ‘flagelados’ da seca terminou, assim como a estiagem.¹⁹⁵

Segundo Roger L. Cunniff entre 14 de abril e 14 de novembro de 1877, 92 cearenses embarcaram do porto de Fortaleza em direção a Salvador. E entre 17 de março e 3 de junho de 1878, 1.448 saíram do porto de Aracati, somando um total de

¹⁹³ SAMPAIO, Theodoro. *Os Rios S. Francisco e a Chapada Diamantina*. 2 ed. Bahia: Progresso, 1955, p. 31, 44 e 53.

¹⁹⁴ AGUIAR, Pinto de. op. cit., p. 60.

¹⁹⁵ Ver CUNNIFF, Roger Lee. *The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1880*, University Microfilms, Ann Arbor, 1970, p. 253-254 e 265.

1.540 “retirantes”.¹⁹⁶ Esses migrantes eram alojados no Arsenal de Marinha da Bahia. Aí permaneciam até que se pudesse dar-lhes um destino: ou trabalhar para particulares nas fazendas destes, ou dirigirem-se para a Colônia de Jequiçá, ou simplesmente abandonavam o Arsenal preferindo viver em Salvador em busca de algum trabalho e acalentando o desejo de retornar para o lugar de onde vieram. Aqueles que apresentassem alguma moléstia eram tratados na enfermaria do próprio Arsenal, com exceção daqueles que estivessem com varíola e beribéri. Os primeiros eram transferidos para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia e os segundos à Enfermaria de Beribéricos da Ilha de Itaparica. O contínuo alojamento de retirantes das províncias do velho norte ao Arsenal, por ordem do presidente de província e às custas do Ministério da Agricultura, forçava as autoridades a dar-lhes algum destino.

No quadro a seguir, há um resumo geral do número de migrantes da seca que deram entrada no Arsenal. O mapa foi elaborado por funcionários do próprio Arsenal, todavia, não mencionando aqueles que faleceram no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, nem na Enfermaria de Beribéricos da Ilha de Itaparica por tais dados não terem sido fornecidos por essas instituições.

¹⁹⁶ CUNNIF, Roger L. op. cit., p. 257.

Mapa demonstrativo do recebimento dos migrantes aquartelados no Arsenal de Marinha da Bahia de 25 de fevereiro a 12 de novembro de 1878.

Anos	Meses	Datas de Recebimento			Número de Pessoas Recebidas			Total	Falecidos no Hospital da Marinha	
		Dias	Vapores	Procedências	Homens	Mulheres	Crianças			
1878	Março	24	Pará	Ceará	10	9	22	41		
		29	S. Salvador	Penedo	3	4	5	12		
		31	Bahia	Ceará	12	9	29	50		
	Abril	2	-	Bahia	5	5	3	13		
		9	Pernambuco	Ceará	75	40	77	192		
		13	Gaston d'Orleans	Penedo	67	38	116	221		
		19	Caixias	Ceará	28	24	29	81		
		21	Espírito Santo	Ceará	122	108	151	381		
	Maio	4	Ceará	Espírito Santo	1	1	-	2		
		10	-	Bahia	1	2	-	3		
		19	Bahia	Ceará	75	50	56	181		
		23	Dantas	Penedo	335	270	157	762		
		31	Gls. Martins	Pernambuco	20	16	9	45		
	Junho	1	Espírito Santo	Ceará	1	1	1	3		
		9	Caixias	Ceará	90	91	60	241		
			S. Salvador	Penedo	28	16	15	59		
		16	Pará	Ceará	23	24	22	69		
		18	Ceará	Ceará	15	15	10	40		
	Julho	5	Pernambuco	Rio de Janeiro	1	4	3	8		
		9	Bahia	Ceará	1	1	2	4		
		14	-	Bahia	-	1	-	1		
		19	-	Bahia	1	1	4	6		
		Agosto	7	-	Bahia	1	3	-		4
	11		-	Bahia	2	2	-	4		
										122

APEB, Seção Colonial e Provincial. *Inspecção do Arsenal da Marinha*, 3285, Mapa demonstrativo do recebimento e destino dos cearenses aquartelados neste Arsenal de Marinha de 25 de fevereiro até 12 de novembro de 1878. Repartição do Patrão Mar do Arsenal de Marinha da Bahia, em 12 de novembro de 1878.

Em um total de 2.423 retirantes, 1.054 vinham da cidade de Penedo, em Alagoas, provavelmente um contingente de pessoas proveniente de todas as províncias do norte que para ali se dirigiram na perspectiva de um emprego na ferrovia Piranhas – Jatobá. Não conseguindo, foram obrigados a tentar outros portos, em direção às províncias mais ao sul. Os dois que retornavam do Espírito Santo talvez não tenham

achado alguma colocação ou se adaptado nas plantações de particulares e colônias desta província. O mesmo deve ter ocorrido com os oitos transportados pelo vapor Pernambuco do Rio de Janeiro. São também contabilizados 45 migrantes procedentes de Pernambuco, os quais se recusam ou não conseguiram ingressar na Colônia Socorro, nem nas plantações do litoral, onde os proprietários empregavam trabalhadores segundo contratos estipulados pelo próprio governo provincial: concessão de terra e sementes suficientes ao cultivo da cana e cereais para seu uso, material para a construção de casa. Em troca, os migrantes deveriam trabalhar três dias na semana para o proprietário.¹⁹⁷

Os 31 migrantes provenientes da Bahia abrigados no Arsenal foram compelidos do interior a Salvador em busca de algum tipo de sobrevivência. Deviam representar algum tipo de incômodo nas ruas de Salvador, esmolando e engrossando os tradicionais contingentes de pedintes e mendigos da capital. Como “flagelados da seca” foram recolhidos ao Arsenal e de lá tinham destino parecido ao dos demais. O pequeno número de migrantes no Arsenal talvez fosse um indício de que eles preferissem migrar diretamente para as áreas com possibilidade de oferecer-lhes trabalho, ou seja, as plantações ao longo do litoral sul da província. Mas a grande maioria dos novos residentes do Arsenal de Marinha eram originários da província do Ceará, 1.283 pessoas. A contínua entrada desses migrantes trazia transtorno ao cotidiano do Arsenal, obrigando a presidência da província a dar um destino a essas pessoas.

“(…) no dia 19 recebeo-se neste arsenal oitenta e um emigrantes cuja relação vai inclusa; e no dia 21 recebeo-se trezentos e oitenta e um, que, com os que aqui se achavão, forma o total de setecentos e oitenta emigrantes.

¹⁹⁷ CUNNIF, Roger L. op. cit., p. 254.

“Facilmente V. Ex^a verá que é inteiramente impossível manter-se n’este arsenal semelhante numero de imigrantes; por isso espero que V. Ex^a dará as ordens necessaria para que se retire pelo menos metade”.¹⁹⁸

Na outra parte do mapa os funcionários do Arsenal especificaram os destinos dos migrantes alojados no Arsenal.¹⁹⁹

Destinos dos migrantes aquartelados no Arsenal de Marinha da Bahia
de 25 de fevereiro a 12 de novembro de 1878.

Destinos que Tiveram	Quantidade
Rio de Contas	71
Santa Cruz	53
Aldeia	38
Belmonte	112
Mata de S. João	54
Barcelos	1
Maragojipe	46
Marauá	57
São Roque	148
Jaguaripe	45
Itaparica	105
Jequiriçá	348
Santo Amaro da Purificação	40
Cachoeira	71
Nazaré	49
Valença	35
Rio de Janeiro	3
Ceará	1
Espírito Santo	36
Seguiram para o Hospital da Misericórdia (em diversas datas)	434
Existem no Hospital de Itaparica	23
Seguiram para o Asilo da Mendicidade	72
Seguiram para o Asilo de S. João de Deus	1
Saíram com diversas famílias e retiram-se por si	438
Falecidos no Hospital da Marinha	122

¹⁹⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Inspecção do Arsenal de Marinha*, 3285, Ofício da inspecção do Arsenal de Marinha da Bahia ao presidente de província, conselheiro e barão Homem de Mello, em 22 de abril de 1878.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*. Mapa demonstrativo do recebimento e destino dos cearenses aquartelados neste Arsenal de Marinha de 25 de fevereiro até 12 de novembro de 1878. Repartição do Patrão Mor do Arsenal de Marinha da Bahia, em 12 de novembro de 1878. Entre os 2.423 migrantes que chegaram ao Arsenal e os 2.403 que dele partiram, há uma diferença de 20 pessoas, provavelmente por ainda permanecerem em suas dependências.

Em um total de 2.403 migrantes, 1.238 seguiram para diversas localidades da província, no Recôncavo e litoral sul. Contratados por particulares nas plantações que se formavam no sul da Bahia para trabalharem como assalariados ou mediante contratos semelhantes ao estabelecido pelo governo de Pernambuco. Em troca de ferramentas, sementes e alimentos; enquanto as pequenas roças a que tinham direito de plantar não produziam, os migrantes trabalhariam nas lavouras do proprietário, derrubando a mata, plantando café e cacau. Não se tratava de torna-se proprietário, ou no futuro ter a posse da terra que ocupava mas de trabalhar em troca de sustento para si e sua família. Em 1878, Manoel Fernando Camacho, abrigou na Fazenda Necessidade “um crescido número de Retirantes” com o fim de organizar uma colônia agrícola. Impedido de ir a Jequiirçá por causa de uma “ípedimia que ali reinava”, os imigrantes permaneceram em sua fazenda por 16 dias. Segundo Fernandes Camacho, ele lhes forneceu roupas, remédios e ferramentas, enquanto a alimentação era paga pelos cofres públicos. Todavia, levando as ferramentas consigo, “por hordem da Presidência forão os Colonos retirados da sua Fazenda sem que (...) podesse auferir d’elles o mais pequeno lucro ou vantagem, e só sim grandes prejuisos”.²⁰⁰

Jequiriçá, para quem Fernando Camacho havia perdido os migrantes, era uma antiga propriedade de Hygino Pires Gomes, onde ele havia iniciado uma colônia de estrangeiros, mas que não deu certo. Transformada em colônia nacional sob administração dos capuchinhos, foi o principal refúgio dos ‘retirantes’ que chegavam ao Arsenal. Os 348 que aparecem no mapa não devem representar a totalidade das pessoas enviadas pela presidência às custas do Ministério da Agricultura. Assim como Comandatuba, não foi à frente, tendo fim quando a seca acabou e o governo imperial

²⁰⁰ Idem, *Colonos e Colônias*, 4606, Requerimento de Manoel Fernandes Camacho ao presidente de província, Salvador, em 25 de outubro de 1878.

não deu continuidade à política de colonização que mal havia iniciado nas províncias do norte.

Os 36 migrantes enviados para o Espírito Santo provavelmente foram instalados nas colônias que se desenvolviam nesta província, principalmente no distrito de São Mateus, no norte, e em Guarapari, ao sul de Vitória. O migrante que partiu para o Rio de Janeiro devia atender a perspectivas semelhantes, engajar-se em alguma colônia ou plantação nas províncias do sul. Segundo Roger L. Cunnif, mais de 5.000 cearenses migraram atendendo ao recrutamento e propaganda feitos no Ceará em prol das colônias estabelecidas com o intuito de receber os “flagelos da seca”.²⁰¹

Os migrantes da seca de 1877/1879 funcionaram como uma espécie de mão-de-obra encarregada de dar os primeiros passos na abertura de novas fronteiras agrícolas. Seja no sul da Bahia, tentando ocupar o espaço que pertencia aos aldeamentos indígenas, seja na despovoada província do Espírito Santo, que, na segunda metade do século XIX, ainda era carente de população e seu território pouco explorado. Descortinaram novas paisagens, derrubando as matas e plantando as primeiras culturas até que novos colonizadores, com recursos e voltados a uma produção regulada por interesses comerciais, vendo a terra enquanto uma oportunidade de investimento, forçaram os antigos migrantes ou a uma nova retirada ou a se transformarem em trabalhadores assalariados. As expectativas de consolidação da pequena propriedade, sustentando-se com culturas voltadas à subsistência e uma pequena produção a ser comercializada, têm fim com o fracasso da política voltada à colonização nacional e com a ascensão de grandes propriedades nestas áreas até então pouco exploradas.

Ainda segundo o mapa, 434 pessoas foram removidas ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Um número considerável se levado em conta que para esta

²⁰¹ CUNNIF, Roger L. op. cit., p. 257.

instituição, eram transferidos aqueles com enfermidades graves e que ofereciam o risco de contágio aos outros migrantes, como a varíola. Se o número de mortos contabilizados no Hospital da Marinha foi de 122 pessoas, onde eram tratadas as doenças que não apresentam caráter epidêmico, entre os hospitalizados pela Santa Casa de Misericórdia o número de óbitos deve ter sido superior. Os doentes de Itaparica eram aqueles que sofriam de beribéri, em menor número e com maiores chances de superarem a carência alimentar, caso fossem bem tratados.

Os que foram levados ao Asilo da Mendicidade e Asilo de São João de Deus, deviam ser os que não estavam aptos ao trabalho agrícola oferecido pelo governo e por particulares, como os idosos, principalmente os que não tinham famílias, e que por alguma razão não eram qualificados enquanto mão-de-obra aproveitável na fronteira agrícola que se abria no sul da província. O maior número de migrantes, 438, diz respeito aos que, após algum tempo no Arsenal, recusam-se a ingressar no controle migratório promovido pelo governo. A eles não devia ser nada agradável migrar para lugares cada vez mais distantes, por mais tentadoras que as propagandas fossem. Talvez acalentassem a esperança de voltar ao local de onde vieram depois do término da seca, fosse em alguma província do norte ou em uma pequena povoação do interior da Bahia. Além disso, a cidade de Salvador talvez oferecesse a ilusão de algum meio de sobrevivência, mesmo que fosse a de pedinte, apelando à caridade privada, esperando que a forte estiagem cedesse e pudessem retornar para seus locais de origem. Um desejo comum entre aqueles migrantes que solicitavam passagens para si e seus familiares ao presidente de província. Este, por sua vez, prodígio em recrutar ‘retirantes’ e providenciar o transporte para os projetos de colônias do governo imperial enquanto eles existiam.

Tendo algumas folhas diárias desta capital censurado o tratamento que se tem dado aos retirantes cearenses, cumpre-me informar a V. Ex^a que essas censuras não são justas.

Tendo aqui recebido cerca de dois mil retirantes; a todos se tem dado mantimentos, roupa, sabão, e tratamento medico, e os que se achão gravemente enfermos são remetidos para o hospital da Misericórdia em uma padiola carregada por ganhadores.

Se algumas familias andão famintas pelas ruas é isso devido a se terem retirado voluntariamente deste Arsenal por não quererem seguir com os seus companheiros para Jequiricá.²⁰²

A intensa movimentação dos ‘retirantes’ em torno do Arsenal de Marinha colocou face à população de Salvador um maior número de refugiados da seca. Além dos eventos e festas em prol de recursos aos “flagelados da seca”, os moradores da capital baiana foram obrigados a dividir seu espaço público com os ‘retirantes’. Se eles já estavam presentes na conjuntura de 1857/1861, aumentaram em 1877/1879, crescendo ainda mais na de 1889/1890. A preocupação com a desorganização e os desajustes que estas migrações poderiam provocar no cotidiano soteropolitano passa a ser freqüentes nos jornais. Exige-se a participação da iniciativa pública na distribuição de alimentos e criação de trabalhos à população do interior, evitando que migrações cheguem a Salvador, cabendo à caridade privada contribuir com atitudes assistencialistas fortalecendo as tentativas de manutenção do migrante no espaço rural.

As secas de 1869/1870 e 1877/1879 apresentaram na Bahia intensidade climática e comoção social menor do que as de 1857/1861 e 1889/1890, funcionando como um intervalo entre esses dois períodos de fortes estiagens. Na década de 70 foram pensadas e colocadas medidas emergenciais que iam além da distribuição em larga escala de alimentos e o incentivo da migração sem um destino e objetivo certo, muito menos concentrou-se no gasto de dinheiro público com pequenas obras que não diziam respeito ao problema, como consertos de igrejas, cemitérios e cadeias. Infelizmente, a malha ferroviária havia chegado muito tarde às províncias do norte, não salvando a

²⁰² APEB. Seção Colonial e Provincial. *Inspeção do Arsenal de Marinha*. Ofício da Inspeção do Arsenal de Marinha da Bahia ao presidente de província, em 22 de maio de 1878.

posição do açúcar e do algodão no mercado exterior. Os resultados alcançados com a construção das ferrovias acabaram sendo menores que as expectativas.

E se a seca continuou a movimentar crescentes fluxos migratórios apesar da pequena contribuição dos caminhos de ferro, o que dizer das colônias nacionais. Esperança de assentamento do migrante em terras fora das áreas semi-áridas, desenvolvendo a policultura e assegurando a posse fundiária a trabalhadores despossuídos, as colônias duravam pouco mais do que o período de seca.

A década de 70 e seus anos secos confirmaram o que já havia sido anunciado em 1857/1861: um contingente populacional sem acesso à terra que só tendia a crescer, sem colocação em suas áreas de origem, sendo forçados à migração, e que mesmo com o fim da seca, em sua maioria, não conseguiam mais voltar. Nasce o arquétipo do ‘retirante’ e com ele a memória da seca de 1877/1879 enquanto maior seca do século XIX entre as velhas províncias do norte. Memória que a Bahia de certa forma incorporou em algum momento histórico pós 1877/1879, pós século XIX.

CAPITULO 4

1888/1890 e 1898/1900: O FANTASMA DE SÍSIFO

(...) as crises, produzidas pelas secas periodicas, que com alguã regularidade nos vesitão de 10 em 10 annos, para faser do habitante do Sertão outros tantos sispfhos que, perdendo quanto ganharão em certo periodo, commessão de novo o mesmo trabalho.²⁰³

A seca de 1888-1890 traz o desanimo ao comércio e as atividades agrícolas que começavam a se delinear no interior da Bahia. Com o aumento do consumo mundial, o interesse pelo café começa a crescer entre os agricultores baianos. Com o fumo ocorre o mesmo. O cacau desponta entre os produtos voltados à exportação com o crescimento de sua aceitação no mercado internacional. Felizmente, ao contrario das duas culturas anteriores, o cacau não é atingido pelos reveses da estiagem. Enquanto isso, a tirania da monocultura do açúcar aguarda novos momentos de reanimação dos preços no mercado externo.

A praça do Salvador lutava para continuar na posição de reexportadora de produtos importados aos mercados de Alagoas e Sergipe e auferir mais lucros no interior do território baiano. O comércio continuava a prescindir de vias de comunicação que dinamizassem a circulação de mercadorias, aumentando o montante das trocas e compensando parte da perda da posição de Salvador enquanto entreposto regional monopolizador do período colonial. A malha ferroviária baiana ainda era muito tímida. Com exceção dos caminhos de ferro do Recôncavo, havia apenas a E. F. Bahia – São Francisco, com seu ramal do Timbó em direção a Sergipe, e a ferrovia Central, de São Félix às estações de Machado Portela e Bandeira de Melo, ainda muito distante do

²⁰³ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1608, Correspondência do Comissário Geral de Socorros, Pedro da Silva Rego, ao presidente de província, José Augusto Chaves, Salvador, em 18 de janeiro de 1861.

centro e do alto sertão da Serra Geral. A pecuária e a diversificada produtividade agrícola de Caetité continuavam muito distantes. A atividade mineradora existente na Chapada Diamantina, após quatro décadas de incessante exploração, diminuiu drasticamente. O sertão não apresenta uma zona com produtividade a se destacar no cenário econômico da Bahia.

Segundo dados reunidos por Thales de Azevedo, no final do período monárquico, as coletorias provinciais de maior renda pertenciam ao Recôncavo: em primeiro lugar o município de Santo Amaro, seguido dos de Cachoeira, Nazaré, Feira de Santana, Alagoinhas, Purificação dos Campos, Valença, Barra do Rio Grande, Santo Antônio, Lençóis, Caetité, Caravelas, Ilhéus, Canavieira, Minas do Rio de Contas, Camisão, Porto Seguro, Alcobaça e Viçosa. Em 1887, todo o interior da Bahia contribuiu com apenas 10% de toda a renda provincial, enquanto 90% cabia a Salvador.²⁰⁴

Entre os vários seguimentos da sociedade sertaneja, existia um pequeno número de indivíduos que detinham poder, privilégios e ligações com o mundo exterior. Essas pessoas ocupavam os dois primeiros segmentos da hierarquia social. Eram os proprietários de terras, comerciantes, religiosos e funcionários do governo. A terceira camada era representada pelos pequenos proprietários, almocreves, vaqueiros independentes e os trabalhadores agrícolas que dependiam da regularidade do trabalho, vivendo a insegurança que tal situação demandava, sem necessariamente conviverem com a miséria.

A grande maioria da população ocupava a base dessa hierarquia social. Mais do que a insegurança em relação ao trabalho, essas pessoas conviviam com a penúria. Eram despossuídos sem vínculos com a terra, prestando serviços ocasionais e,

²⁰⁴ AZEVEDO, Thales de, e LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 188-189.

sobretudo, os pedintes e àqueles classificados enquanto “vadios”. Os que tinham acesso a terra, como os arrendatários e os agregados, possuíam algumas pequenas vantagens em prover o sustento cotidiano, todavia, assim como os demais, estavam sujeitos as oscilações das “relações paternalistas” e à mobilidade ocasionada pelo fato de não possuírem terra e emprego fixo, e pela presença da seca.²⁰⁵

Com a República, a Bahia, cuja predominância no governo imperial nem sempre concorria à concretização de melhorias materiais na província, torna-se um Estado relativamente fraco na Federação. As zonas do sertão (e do litoral) começam a sentir a pressão da interferência do governo, preocupado em criar uma receita dentro do território do Estado. Conseqüentemente, o governo se faz mais presente na vida econômica do interior, modificando expectativas tanto da camada dominante, quanto das classes subalternas. A terra torna-se um objeto de negócios e os potentados locais têm seu status modificado. A conquista e delegação de autoridade conseguida no passado, precisa ser renegociada. O fiscalismo, a presença constante do governo a vigiar seus ganhos econômicos, os limita, dando-lhes a sensação de falsa autonomia. Sua situação econômica depende das relações de seus lucros e rendas. No final do século XIX, produzir para exportar continua a ser a tendência política-econômica. Poucos são capazes de burlar as interferências do poder público, sujeitando-se a eventuais entraves da política econômica do governo.

Entre as camadas subalternas, alguns sertanejos conseguiram legitimar suas terras segundo as exigências da Lei de Terras de 1850, apesar de entrarem sujeitos a uma crescente marginalização e penúria. Enquanto outros tantos não conseguiram proceder ao cadastramento das terras que ocupavam. Provavelmente, aos poucos, desenvolveu-se um processo de fechamento ao acesso dos títulos de propriedade, com o

²⁰⁵ LEVINE, Robert M. *O Sertão Prometido: o massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro*. Trad. Mônica Dantas. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 175.

grande proprietário cancelando e absorvendo a posse do pequeno agricultor que não possuísse meio de legalizar sua situação junto ao governo. Número significativo de sertanejos, principalmente durante as secas, devem ter migrado às áreas pouco exploradas e menos sujeitos às estiagens do território baiano, onde devem ter continuado sua vida de foreiro e dependência aos proprietários de terra.²⁰⁶

Apesar de objetivar o povoamento e a colonização através da pequena propriedade com produtividade voltada ao mercado, detendo o latifúndio improdutivo, a Lei de Terras não conseguiu repartir as grandes extensões territoriais. Em alguns aspectos tornou-se até um tormento, quando substituiu o regime de posses – mais favorável aos lavradores sem recursos –, ignorando velhos costumes e “liberdades” de agregados, rendeiros e meeiros: práticas que haviam sustentado todo o mundo sertanejo. Conduzidos, agora, pela política mais restritiva do mercado, à sombra de crises econômicas, as conseqüências da seca se tornaram mais sentidas, estendendo-se não apenas aos despossuídos e pequenos proprietários, mas também aos médios e grandes proprietários. Com a República, apressou-se ainda mais as prerrogativas da lei de 1850 através da chamada Lei de Torrens, de 31 de maio de 1891, que transferia a política de terras públicas para os estados, encarregados de demarcar as terras devolutas e até de desenvolver projetos de povoamento. Na Bahia, tal determinação foi regulamentada pela lei n. 198 de 21 de agosto de 1897, regulando sobre o domínio das terras devolutas e as previamente ocupadas, fiscalizando a aquisição por meio de compra e não permitindo ocupações arbitrárias. Essa lei não impediu a legitimação do latifúndio; pelo contrário, não barrou a monopolização privada de terras devolutas, as quais, muitas vezes eram ocupadas por roceiros, diminuindo o espaço destes e efetivando a noção de

²⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 145-146.

propriedade em detrimento do costume e da ocupação informal da terra por pequenos lavradores.

Todavia, qualquer consideração acerca da propriedade fundiária e das relações sociais trabalhistas que dela se originam, fundamentais à organização de uma sociedade rural, fragiliza-se por ainda não ser possível saber a quantas famílias entre a população do interior baiano pertenciam às terras cultivadas e, portanto, nem qual a dimensão da presença dos pequenos lavradores independentes e mesmo de arrendatários e trabalhadores assalariados. Tampouco precisar como as relações sociais se modificam mediante o processo agrário mercantil que a lei de 1850 buscou incorporar a terra, nem dados precisos sobre o montante de uma produção regulada por um mercado organizado. Provavelmente, muitas obrigações e relações sociais entre as camadas proprietária e subalterna sofreram modificações, principalmente no que diz respeito às novas formas de organização e transformação das questões fundiárias. Anexações de posses e benfeitorias, expulsão de antigos moradores e a crescente opção pelo arrendamento e trabalho assalariado, talvez tenham se intensificado principalmente na última década do oitocentos, levando a um crescente pauperismo uma multidão de roceiros, alimentando um significativo movimento migratório, principalmente durante a seca. Fenômeno de origem climática propício à queda de vínculos sociais e trabalhistas em conjunturas de crise e reestruturação de interesses políticos e econômicos.

A seca de 1857/1861 está compreendida em uma extensão provincial, em um cenário principalmente caracterizado pela lógica interna do sertão, onde Salvador e o Recôncavo participavam enquanto centros de onde demandavam os recursos necessários às dificuldades e exigências provenientes do interior. O mesmo ocorre com as secas de 1869/1870 e 1877/1879, todavia sem a abrangência climática e territorial do período anterior e sob circunstâncias que fugiam às condições internas da Bahia, ou

seja, a migração de “retirantes” das províncias do norte. As estiagens de 1888/1890 e 1898/1900 apesar de seu caráter geral, abrangendo parte considerável do território baiano, e embora as expectativas sejam semelhante aos períodos secos anteriores – intervenção do governo amenizando os prejuízos da seca, dividindo responsabilidades com os potentados locais e controlando a população desabrigada –, apresentam uma sensibilidade diferente. Entre a camada proprietária o sentimento de perda é maior, a memória de estiagens anteriores transforma-se em referencia para afirmar que a seca presente é mais prejudicial que a passada, assumindo o papel de Sísifos que vêm todos os esforços de anos destruídos com a periodicidade da seca e sem perspectivas de melhora. Quanto às camadas subalternas, a migração é maior do que a ocorrida em 1857/1861, ultrapassando os limites da Bahia e chegando de forma mais efetiva às freguesias e vilas do Recôncavo e à cidade de Salvador.

A Seca de 1888/1890.

Em 1889, a seca voltou a desestruturar o cotidiano do interior da Bahia, fragilizado com a falta de chuvas desde o ano anterior. Em termos gerais, o *Jornal de Notícias* assim definia a situação do “centro” da província:

Todos os dias chegam-nos de diversos pontos do sertão notícias desanimadoras. A lavoura abalada por uma crise geral tende agora a desaparecer; a criação cede aos rigores da quadra; e, como efeito de tudo isso, começam as populações a experimentar a miséria, a fome, e quantos males formam o séqüito dessa calamidade de que o Ceará é a mais perseguida vítima.

Nem julguem que carregamos as cores do quadro, quando assim nos exprimimos.²⁰⁷

²⁰⁷ BPEBa. *Jornal de Notícias*, 29 de janeiro de 1889, p. 1

Como nos anos anteriores, esferas da vida – a produção agrícola, o desenvolvimento da criação e as formas de prover o sustento da população –, são temporariamente modificadas e interrompidas pela absolutização da presença da estiagem, desencadeando uma saga de desespero com todos os arquétipos que passaram a ser atribuídos a seca: fome, mendicância, migração, furtos, caridade, calcinamento e até violência.

A estiagem de 1888/1890 foi precedida de um período de seca cuja duração variou entre os anos 1884 a 1886, atingindo apenas o norte da Bahia e não fazendo muito alarde entre as autoridades provinciais e locais. Mesmo assim, sua ocorrência trouxe transtornos a moradores da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, longe da produção de imagens que a imprensa veiculara de forma mais significativa nas duas últimas décadas de oitocentos, e mais próximas da vida material, de desejo e motivações presentes nas pequenas comunidades sertanejas, inviabilizados com a falta de regularidade das chuvas na época das trovoadas e na estação de inverno, “que entretinha a vegetação e garantia aos criadores e lavradores a esperança de verem medrar os seus animais e o seu trabalho”. Segundo um abaixo-assinado, a alimentação estava comprometida pelo fato da produção local de mandioca ser diminuta pelo fato do solo não oferecer boas condições ao seu cultivo, levando ao consumo do milho e feijão que não foi consumido pela estiagem. Todavia, se tais gêneros se esgotam, “onde a classe pobre acharia o numerário para a compra, quando a criação, única fonte de recursos do sertão, esta reduzida a não poder ser aproveitada?” Destes, não foram poucos os que se viram obrigados a adotar um cardápio silvestre, como o umbu. Além dos prejuízos na

produtividade local e a adoção de uma alimentação deficiente, a febre amarela atacava localidades próximas como a vila de Serrinha.²⁰⁸

As secas entre as áreas mais sujeitas a sua ocorrência em determinados períodos podiam alcançar uma frequência anual, trazendo as mesmas dificuldades enfrentadas por Coité entre 1884 e 1886. Todavia, o diferencial às “grandes secas”, àquelas que ganharam destaque em uma cronologia, desencadeando a ajuda do governo e conquistando espaço entre os jornais, ganhando uma repercussão que excedia em muito a zona de sua presença, foi “inaugurado” em 1857/1861, tanto por sua maior abrangência territorial, quanto pelas apreensões e expectativas que despertou na camada dominante de áreas com prestígio social e econômico a ser levado em conta. Em 1888/1890 não foi diferente, o dado novo às populações de poucos recursos que conviviam periodicamente com as estiagens, era que as “grandes secas” as forçavam à migração, muitas vezes sem volta.

Em 1889, para Cachoeira fluía pessoas das freguesias de Umburanas e Santo Estevão do Jacuípe, onde “não chove há perto de seis meses, devendo-se considerar que são aqueles os centros da lavoura e criação de dois municípios”. Os pastos foram destruídos, e junto com eles, a água tornou-se escassa, provocando a mortandade do gado. Os gêneros alimentícios desapareceram, principalmente a raiz de mandioca, base de alimentação da população. Conseqüentemente, “muita gente já anda implorando a caridade pelas portas dos mais opulentos habitantes”. Na vila do Curralinho, o feijão, o milho e a farinha de mandioca deixaram de ser produzidos no termo, sendo importados pela ferrovia, assim como a água, também vinda de longe, alcançaram altos preços. A safra de fumo é pequena e não tem procura de compradores.

²⁰⁸ APEB`Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1608, Abaixo-assinado de moradores da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité ao presidente de província, em 12 de fevereiro de 1886. O despacho do presidente resumia-se ao seguinte comentário: “Não tenho meios de attende-los”.

Já é rara a fazenda que não perdeu todo o gado além da falta d'água, da alta temperatura, a peste dizima o gado às centenas diariamente. É enorme o prejuízo. O ar está viciado com a grande quantidade de animais em decomposição; já estão aparecendo alguns casos graves de febre.

(...)

A torrente emigratória do sertão, acoçada pela fome e pela sede já começa a nos visitar (...).

A bilontragem pôr cobro, á carência de agentes policiais.²⁰⁹

Em Caetité, “a lavoura lucha com grandes dificuldades, parecendo ser exterminada; a escassez das águas faz já o gado emigrar para longe, em busca de uma aguada”. Famílias inteiras sustentam-se por meio de um cardápio silvestre.²¹⁰ A insuficiência de chuvas pôs a perder toda a semente que alguns lavradores se atreveram a plantar, impossibilitando colheita para o ano de 1889. O que existia de gênero alimentícios, eram as reservas da colheita do ano anterior. Não havia esperanças da compra de alimentos nos municípios vizinhos, mesmo pagando altos preços, pois, segundo os relatos, “a secca é geral, abrangendo toda a província”. Em muitas fazendas de gado, principalmente na comarca de Monte Alto, não existe mais água, escassez que vai se tornando comum nas estradas, impedindo neste ano, a ida de uma única boiada sequer aos mercados de Brejo Grande, Maracás, Vitória e Feira de Santana como de costume. Conseqüentemente, aos “libertos”, juntou-se uma “grande população inactiva” que se dedicava principalmente à lavoura. A solução pensada foi à criação de obras que além de ocuparem e sustentarem a mão-de-obra desocupada, fossem útil ao sertão. Neste caso, exigiam-se a construção de estradas que comunicassem Caetité mais

²⁰⁹ BPEBa. *Jornal de Notícias*, 29 de janeiro de 1889, p. 1.

²¹⁰ BPEBa. *Jornal de Notícias*, 20 de fevereiro de 1889, p. 1.

prontamente à Comarca do Rio de Contas e açudes nas comarcas de Monte Alto, para atender a criação bovina.²¹¹

Em Vila Nova da Rainha, a mortandade do gado atingiu números preocupantes e não havia qualquer sinal de chuvas a oferecer alento.²¹² O pequeno riacho responsável pelo abastecimento da cidade não traz mais água. Desaparecimento provocado não só pela seca, mas também pelo “egoísmo feroz de alguns proprietários ribeirinhos, que prendem em cima as águas para irrigação de suas raças”. Aqueles que possuem recursos compram água a 500 réis a carga, e os que não podem pagar tal quantia, têm que percorrer uma distancia de mais de uma légua, pagando aos referidos proprietários, 80 réis por barril de água. Há casos de febres entre a população pobre, mas sem casos de mortes.²¹³

Em Entre Rios à seca já durava cerca de doze meses, destruindo a produtividade do município. “Basta asseverar (...) que os mais abastados proprietários d’alli se vêm hoje quase na miseria, e que a população pobre, representada por trabalhadores ruraes, à falta de serviço remunerado, vaga pelas estradas mendingando um punhado de farinha para matarem a fome, e alimentando-se quase exclusivamente de fructos e raízes sylvestres, impróprias à sua nutrição”.²¹⁴

A exemplo de 1857/1861 e das estiagens da década de 70, inúmeros pedidos chegam a presidência da província, lembrando o quanto a sua participação se faz necessária, reeditando as expectativas de proteção, afirmação das “relações paternalistas” e divisão de responsabilidades entre governo e autoridades locais em abrandar as conseqüências da seca. Segundo o presidente de província,

²¹¹ BPEBa. *Jornal de Notícias*, 27 de fevereiro de 1889, p. 1.

²¹² Idem, *ibidem*, em 6 de março de 1889, p. 1.

²¹³ Idem, *ibidem*, em 16 de fevereiro de 1889, p. 1.

²¹⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1608, Correspondência de Ananias de Assis Batista, ao presidente de província, Antônio Luiz Afonso de Carvalho, em maio de 1889.

Sem recursos para subsistirem, muitos de seus habitantes procuravam as autoridades para que minorassem os seus soffrimentos, causados por esse terrivel flagello, as ques, não dispondo dos meios precisos, dirigiram-se a esta Presidencia solicitando as providencias necessárias.²¹⁵

A estratégia de enfrentamento ao problema concentrou-se novamente na formação de Comissão Central, mas ao contrário de anos anteriores, esta teria sede na cidade de Cachoeira e não em Salvador, sendo dirigida pelo Juiz de Direito, o presidente da Câmara Municipal e pelo comendador Henrique Pereira Teixeira. A essa comissão cabia distribuir gêneros alimentícios às que se formariam nas localidades que conviviam com a seca. Diferentemente de 1857/1861, por exemplo, o presidente preferiu não formar Comissões Gerais que estariam encarregadas de um determinado número de localidades, provavelmente porque não dispunha de recursos suficientes para tal especialização no enfrentamento da seca, como os que foram disponibilizados pelo Ministro do Império em 1860. Também não se encarregou de formular uma lista com os nomes das pessoas mais capazes de assumirem as comissões locais. Cabia aos vigários, juizes de paz em exercício e aos subdelegados de polícia tal tarefa. As despesas com os gêneros alimentícios destinados aos “indifentes flagellados pela secca” e com obras nas localidades, corriam por conta da abertura de um crédito – sob responsabilidade da presidência –, no valor de 20:000\$000 de réis e outro de 5:000\$000 de réis concedido pelo Ministro do Império, destinado, segundo o presidente de província, às freguesias de Santo Estevão do Jacuípe e Umburanas no Recôncavo, pois foram de onde vieram as primeiras reclamações, sendo prontamente comunicadas ao governo central. Essa pequena quantia será alvo de crítica tanto por parte das freguesias do Recôncavo, que quase que inusitadamente enfrentavam a seca, quanto por alguns jornais da capital,

²¹⁵ APEB. Fala do presidente de província, Aurélio Ferreira Espinheira (1889), p. 61.

levando a Assembléia Provincial a fazer uma outra tentativa quanto à destinação de novos recursos por parte do governo imperial.

Mas, a grande mudança da política desenvolvida pelo governo na seca de 1888/1890 foi a participação direta da Associação Comercial da Bahia. Esta instituição se encarregaria da compra de víveres e do envio dos mesmos à Comissão Central de Cachoeira, efetivando talvez um processo que já vinha se desenvolvendo nas secas anteriores, nas quais as comissões formadas pelo governo tinham a participação de comerciantes da praça de Salvador sempre significativa. À presidência deve ter pesado a experiência da ACB, eliminando intermediários que apenas diminuiriam os escassos recursos destinados à problemática, além do conhecimento da Associação Comercial sobre os meandros das atividades comerciais desenvolvidas no interior da província, poupando dinheiro dos cofres públicos e economizando tempo. Para a ACB, essa participação mais efetiva no enfrentamento da estiagem, era uma oportunidade não só de afirmar sua presença sobre as áreas em que exercia influencia, quanto de conquistar outras, provavelmente mais afeitas com a atividade comercial de províncias limítrofes à Bahia. Fator importante, principalmente em uma época em que o comércio baiano enfrentava problemas que iam além da presença da seca.²¹⁶

A destinação de alimentos e a autorização de várias obras entre as localidades que conviviam com a estiagem foi uma resposta da presidência da província às exigências de intervenção pelas mesmas localidades. Provavelmente empenhado em dar continuidade à tradicional relação de proteção que os governos anteriores mantinham com as camadas dominantes locais durante a ocorrência de alguma intempérie climática, mantendo um certo equilíbrio entre as forças sociais existentes nas localidades, foi que o presidente da província assumiu o risco de abrir um crédito enquanto o governo central

²¹⁶ APEB. Fala do 1º vice-presidente de província, Aurélio Ferreira Espinheira (1889), p. 60-65.

se mantinha aparentemente indiferente aos apelos do “exercício paternal”, mas depois destinando quantia para a gerência do problema.

Provavelmente preocupados com os efeitos que a distribuição de recursos pudesse causar sobre a população, principalmente quanto à ociosidade e vadiagem, em que época muito recente ao fim da escravidão, em que talvez se temesse a recusa dos “libertos” em conformar-se a determinadas relações trabalhistas como a de moradia, arrendatários e até ao trabalho assalariado, as autoridades insistiram na realização de obras como forma de ocupar e dar sustento à população desabrigada e com fome, além de representarem melhoramentos às freguesias e vilas. As obras variavam de reparos a construção de estradas, cemitérios, igrejas, capelas e açudes.

Com recursos do Ministério do Império – um total de 100:000\$000 de réis –, a presidência autorizou obras no interior e também no Recôncavo. A lista é significativa: Jibóia, São Félix, Riachão de Jacuípe, Remédios, Curralinhos, Serra Preta, Soure, Pombal, Mirandela, Ribeira do Pau Grande, Orobó, Alagoinhas, Caitité, Conceição de Almeida, Monte Alto, Beija Flor e Riacho de Santana. As obras ficavam sob o controle de Comissões de Obras locais, as quais deveriam prestar contas à presidência, encarregada de aprovar ou não a destinação de dinheiro às mesmas. Geralmente os trabalhadores empregados em tais obras, que admitiam também mulheres e crianças, recebiam em gêneros alimentícios e uma pequena quantia em dinheiro.²¹⁷ Quanto à distribuição de gêneros alimentícios – farinha de mandioca, feijão, bolachas, bacalhau, carne seca, milho, arroz, além de sementes –, as localidades a receber tais víveres foram: Umburanas, Santo Estevão do Jacuípe, Caetité, Curralinho, Muritiba, Cruz das Almas, Remédios, Bonfim, Bom Despacho, Santa Bárbara, Humildes, Coité, Raso, Cembe, Bom Conselho, Baixa Grande, Camisão, Coração de Maria, Purificação, Soure,

²¹⁷ Idem. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1608, correspondência do presidente de província ao Ministro do Império, Salvador em 20 de maio de 1889.

São Félix, Rio da Dona, Conceição do Almeida, Itapicuru, Riacho de Guia, Serrinha, Santa Ana de Lustoza, Inhambupe, Geremoabo, Oliveira dos Campinhos, Bom Jardim e Feira de Santana.²¹⁸ Provavelmente as localidades que aparecem nas duas listas – Curralinho, Soure, Caetité e Conceição do Almeida –, enfrentassem maiores dificuldades que as demais. Além disso, uma seca com abrangência nada desprezível como a de 1888/1890, havendo localidades próximas com as mesmas dificuldades, o governo, por questões de economia ou para evitar algum tipo de ciúme, tenha preferido fazer variações quanto à atenção dispensada às mesmas, ou ainda tenha apenas se restringido a atender às solicitações demandadas das próprias localidades, as quais não exigiam ao mesmo tempo alimentos e obras.

Em 1888/1890, o acesso aos recursos enviados pelo governo foi alvo de disputas mais acirradas, desencadeando conflitos entre grupos políticos rivais e irregularidades no controle e distribuição. Em 1889, a distribuição de alimentos que ocorria costumeiramente aos sábados na cidade de Feira de Santana, atraindo “bandos e bandos de mulheres, de crianças e de inválidos”, não ocorreu como previsto no dia 13 de junho, permanecendo os depósitos trancados, apesar de existir gêneros, levando as pessoas que dependiam desses víveres à “esmolarem a caridade particular”. A justificativa era a de que “havendo mudado a situação política, a comissão telegraphara ao governo, pedindo demissão”. Talvez uma referência à troca do presidente de província ocorrida em junho de 1889, saindo Antônio Luiz de Almeida Couto, provocando uma outra configuração de forças à frente das comissões de socorros públicos, secundariando a questão emergencial da fome que sofria numerosa população. Além desse fato, “abastados fazendeiros” da freguesia da Gameleira, termo de Feira de Santana, denunciaram à redação do período “Cidade da Feira”, o modo como a “atual

²¹⁸ Idem, *ibidem*.

comissão” tem dispendido gêneros – provavelmente a mesma que havia se recusado a distribuí-los –, “especulando e fazendo política com a miséria da população”. Segundo eles, os membros da Comissão, em vez de distribuí-los a população com fome, os vendiam e davam “aos trabalhadores de suas roças e fazendas”. Também reclamavam da construção de um açude na mesma freguesia, autorizado pela presidência, que destinou a quantia de 1:000\$000 de réis. Oito dias após o início da construção, os trabalhos foram interrompidos alegando-se o término da verba concedida pelo governo. Todavia os fazendeiros argumentaram que foram gastos apenas 300\$000 réis.²¹⁹ O poder atribuído àqueles encarregados de exercer os trabalhos nas comissões de socorros públicos era motivo a desencadear rivalidades políticas locais e ciúmes entre os grupos preteridos na escolha. Com a mudança na administração da província, crescia a esperança de modificações na delegação dos cargos locais, tornando o momento próprio para que desafetos, insatisfações e irregularidades aparecessem.

Ao contrário de 1857/1861, o governo não elaborou nenhum plano de migração, diferenciando grupos de sertanejos a determinadas áreas. Preferiu destinar dinheiro à realização de obras públicas nas localidades e a continuar a política de distribuição de alimentos aos que mais necessitassem e recomendando às autoridades locais que não incentivassem a migração para outras regiões. Mesmo assim, foi inevitável um constante e crescente fluxo de migrantes que se aglomeraram em Feira de Santana, Muritiba e freguesias e cidades do Recôncavo. Além do envio de víveres, a presidência teve que se ocupar com o envio dos sertanejos alojados em Feira para locais onde fossem realizadas obras públicas, buscando diminuir a numerosa população estacionada nesta cidade. Os indivíduos e famílias que se dirigiram para Muritiba receberam passagens gratuitas pela estrada de ferro até a estação de Sítio Novo onde

²¹⁹ BPEBa. *Jornal de Notícias*, em 18 de junho de 1889, p. 1.

deveriam se dirigir às Matas do Orobó.²²⁰ Quanto ao Recôncavo, embora a chegada dos migrantes não fosse algo inusitado, os habitantes e autoridades locais assustaram-se com a grande quantidade de pessoas a vagar pelas ruas, esmolando o sustento, desestruturando o cotidiano.

Centro exclusivamente agrícola, haurindo recursos dos productos que de safra erão colhidos, a Freguesia de Sant' Anna de Lustosa outrora florescente, e com desenvolvimento sempre crescente, tornou-se por cercunstancias diversas, uma povoação devastada pela mão de Deus e dos homens, offerecendo hoje o espetáculo tristissimo de um povo em andrajos, redusido na maioria a extrema miséria, sem pão, sem lar, esmolando famintos a charidade publica.²²¹

Mais do que a seca, havia outros elementos a atormentar os habitantes do Recôncavo. “A desorganização do trabalho, a secca de sete meses porque acaba de passar a lavoura, o continuo refluir de libertos, que, como um vasto lençol se estendem de outros pontos por sob a Freguesia de Lustosa, todas estas causas tem concorrido para o estado que muito ligeiramente delineamos (...)”.²²² A mesma situação era presenciada pela Freguesia de S. Pedro do Rio Fundo, também pertencente a Santo Amaro.

“Comporta na sua mor porte de proletários e libertos, muitos dos quaes imprestáveis pela sua avançada idade, e crescido número de filhos, desprotegidos da fortuna, sempre caprichosa, essa Freguesia outrora tão florescente, e tão rica fonte dos thesouros públicos, é, hoje, o quadro vivo, a pintura fiel do desanimo e da miséria”.²²³

Não há trabalho que comporte toda essa população “por que raríssimos são os que podem pagar o jornaleiro”. Não havia como dar início a novas plantações, pois além de não existir sementes, a estiagem havia se estendido do interior ao Recôncavo, aumentando o preço dos víveres. A caridade particular não havia se extinguido, pelo

²²⁰ APEB. Fala do 1º vice-presidente de província Aurélio Ferreira Espinheira (1889), p. 62-63.

²²¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1608. Correspondência do padre fr Fructuoso de Castro Brandão e do subdelegado em exercício, José Porchino da Roza, ao presidente de província, Freguesia de Santa Ana de Lustosa, distrito de Santo Amaro, em 2 de abril de 1889.

²²² Idem, *ibidem*.

²²³ Idem, *ibidem*. Correspondência do padre Antonio Ferreira de Carvalho e do subdelegado José Breno Ferreira da Freguesia de S. Pedro do Rio Fundo, ao presidente de província, em 2 de maio de 1889.

contrário, continuava atuando, todavia, não conseguia atender a tanto famintos e desempregados. Um lenitivo seria a distribuição de sementes por parte do governo e a concessão de alguma obra que ocupasse a mão-de-obra desocupada.²²⁴ A freguesia de N. S. da Oliveira dos Campinhos enfrentava as mesmas dificuldades: estiagens, destruição da lavoura, indigência de grande parte das famílias dos arredores da freguesia e falta de trabalho.²²⁵

Em São Félix, uma numerosa população de “retirantes de Umburanas, S. Estevam e outros logares visinhos”, afluíam em busca de trabalho que não existia. Os gêneros alimentícios alcançaram preços fabulosos, dificultando o exercício da caridade, “que muito tem feito; porém (...) os mais remediados sentem-se já com dificuldades para socorrer a tanta gente por tão dilatado tempo”. A lavoura de gêneros alimentícios era a mais atingida pela intempérie climática, mostrando a fragilidade do pequeno agricultor. Além da agricultura e daqueles que dela dependiam, outros aspectos cotidianos da cidade sentiam os reveses da crise.

“(...) Nossas fabricas de charutos e armazéns de escolha de fumo, que sustentavam milhares de homens, mulheres e ceanças, virão-se forçados a reduzir o numero de operarios pela falta de seus preparados”.²²⁶

Desculpando-se por não ser possível comemorar o 1º ano de aniversário da Lei Áurea com o solene Te Deum que a data exigia, por causa da falta de “Clero e Musica, como também pelo estado indigente em que se acha esta cidade”, o vigário Manoel Alexandrino do Prado, fez uma breve exposição do cenário em que havia se transformado, as famílias pobres não tinham meios de prover o próprio sustento, ruas e casas cheias de indigentes do lugar e principalmente de outras localidades a esmolar

²²⁴ Idem, ibidem.

²²⁵ Idem, ibidem. Correspondência do subdelegado Francisco Luis Pinto da Freguesia de N. S. da Oliveira dos Campinhos, ao presidente de província, em 8 de abril de 1889.

²²⁶ Idem, ibidem. Abaixo-assinado de negociantes e pessoas residentes em São Félix, ao presidente de província, em 4 de maio de 1889.

caridade e os leitores, que “a falta de trabalho, uns percorrem a rua esmolando; outros se entregam ao roubo e a outros crimes, em fim o desânimo lava em todas as classes da sociedade”.²²⁷ A cidade de Cachoeira enfrentava as mesmas dificuldades.

No distrito do Timbó, norte da Bahia, várias famílias se retiravam em busca de socorros em outras partes, outras buscavam a caridade. À carestia e escassez de gêneros juntava-se o fluxo de migrantes provenientes de outros lugares. A seca que se instalou desde agosto passado, consumiu as sementes que os agricultores pobres plantaram, trazendo-lhes a fome.²²⁸

A abolição dos cativos talvez tenha estendido a rede de moradores, agregados e meeiros pelo interior da província e nas localidades do Recôncavo, como liberou uma numerosa população de migrantes que viviam de um lugar a outro trabalhando como jornaleiros, sem preocupar-se em estabelecer vínculos que os obrigasse a permanecer em um local fixo, muito menos nas propriedades e casas de seus antigos donos. O primeiro grupo de libertos ficou restrito aos contratos com os proprietários de terras, podendo ser obrigados a se retirarem sem qualquer explicação prévia, até independentemente de algum conflito com o dono do terreno, e em situações como a da presença de uma seca. Quanto ao segundo grupo de libertos, a subsistência tornava-se também problemática diante da estiagem, dificultando o desempenho de pequenos serviços. Sobre estes pesava a suspeita de serem vadios e ociosos, recusando-se ao trabalho regular.

Segundo o presidente da província, o estado desanimador da agricultura baiana devia-se menos às conseqüências “da extinção do elemento servil” e mais à seca. Mesmo assim, não negava que a abolição havia trazido prejuízos à lavoura do açúcar,

²²⁷ Idem, *ibidem*. Correspondência do vigário da matriz de N. S. da purificação da Cidade de Santo amaro, Manoel Alexandrino do Prado, ao presidente de província, em 14 de maio de 1889.

²²⁸ Idem, *ibidem*. Correspondência do subdelegado e comandante do destacamento do distrito do Timbó, Disiato Benjamin da Silva Rodrigues, ao presidente, ao presidente de província, em 22 de maio 1889.

localizada justamente nos municípios que possuíam um maior número de escravos, prejudicando a produtividade nos engenhos que ainda não haviam iniciado com o trabalho livre. Muitos deles foram abandonados pelos libertos. Os proprietários cujos engenhos não sofreram tal abandono, ou que rapidamente buscaram substituir a mão-de-obra, conseguiram formar safras, todavia, elas “foram inutilizadas pelo rigor da secca”. Destruição que também sofreu a cultura do fumo – e em menor escala as do café e cacau – que, ao contrário da lavoura da cana, quase exclusivamente trabalhada pelo braço livre²²⁹.

Atingindo a abrangência da seca de 1857/1861, a destruição da produção em 1888/1889 provocou uma onda de desabrigo maior do que a do final da década de 50. Não havia muitas alternativas de ocupação à numerosa população migrante, pois os reveses que a seca havia provocado nas culturas agro-mercantis que se localizavam fora da região sertaneja e semi-árida diminuíram as oportunidades de trabalho. Do sertão parecia fluir uma migração que não alentava mais a esperança de retorno assim que a seca terminasse. Perspectiva alimentada não só pelo crescimento populacional ocorrido nas áreas interioranas, mas principalmente pelo fechamento das terras àqueles que não tinham meios de compra-las. Agora, é a vez da camada proprietária de áreas que não estão sujeitas a ocorrências de estiagem de mostrar-se incapaz de socorrer aos famintos que chegam a esmolar caridade. A solução é a interferência do governo através das obras públicas e distribuição de alimentos. Um abaixo-assinado da “classe commercial” da freguesia de Santa Ana da Aldeia, termo de Nazaré expõe suas dificuldades em socorrer aos migrantes acossados pela seca, não só por seu grande número, mas pela “medonha crise econômica e financeira” que atinge os comerciantes:

“A falta absoluta de trabalho, depois da lei de 13 de Maio de 1888, e a carestia dos gêneros allimenticios, principalmente da farinha de mandioca, tem produzido uma crise

²²⁹ APEB. Fala do 1º vice-presidente da província Aurélio Ferreira Espinheira (1889), p. 157.

econômica que peza enormemente sobre a população desta florescente freguesia, reduzindo a um verdadeiro pauperismo, de sorte que a fome já começa a fazer suas victimas.

“Acresce ainda, (...) que tal situação tem sido ultimamente agravada pela affluencia de grande numero de emigrantes, que (...) vem aqui procurar collocação no trabalho, que não achando percorrem as ruas mendigando o pão da caridade pública”.²³⁰

Sob a égide da República a situação parece piorar para a camada proprietária. A atitude do governo do estado é de indiferentismo. Em dezembro de 1889, de Lençóis partia uma correspondência expondo ao governador Manuel Vitorino um projeto de irrigação na Mata do Orobó, entre o Ribeirão do Utinga até a vila do Rosário, cujas pesquisas a viabilidade das obras haviam sido aprovadas pelo presidente de província Jose Almeida Couto quando a Monarquia não tinha sido substituída pelo regime republicano. O objetivo de tal projeto era atrair numerosa população que sofria com a seca abrindo uma nova fronteira agrícola no fértil e pouco povoado terreno das Matas do Orobó, todavia, a área carecia de um abastecimento regular de água para prestar-se à ocupação e desenvolvimento da agricultura. Dessa forma, talvez pudesse remediar a situação em que Lençóis e o centro do estado se encontravam:

“O rigor da secca, a crise alimentícia que medonhas flagellão estas paragens, e cujo caracter duradouro desanimo e poem todos em sobre salto, obrigando o povo já faminto a esmolar o pão da caridade por falta de trabalho, visto como, os serviços da extração de diamante se tem tornado todo negativo, e os recursos dos que mais podem, fogem, receiozos de se tornarem todos no mesmo estado de miséria!”²³¹

Lençóis e a Chapada Diamantina não desfrutaram da mesma posição política e econômica da década de 50, pelo contrário, vinham enfrentando sérios problemas com a queda de preços e extração do diamante, confiando-se à exploração do carbonato, pedra de cor preta não cristalizada que sustentava a economia da região, mas não lhe conferia

²³⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Seca*, 1608, Abaixo-assinado de comerciantes da freguesia de Santa Ana da Aldeia, ao presidente de província, em 16 de junho de 1889.

²³¹ Idem, Ibidem. Correspondência de Felisberto Augusto de Sá ao Governador da Bahia, Manuel Vitorino, Lençóis, em 29 de dezembro de 1889.

o mesmo prestígio de outrora. Manuel Vitorino parecia pouco interessado na seca, pois em março de 1890 pediu prestação de contas dos alimentos comprados e distribuídos pela Associação Comercial da Bahia, enquanto os pedidos de intervenção governamental no interior continuavam. A ACB devolveu à Tesouraria da Fazenda do Estado, o valor de 23:308\$870 réis provenientes da venda de gêneros alimentícios que haviam sido comprados e não foram distribuídos provavelmente por ordem do mesmo governo²³².

Em 23 de abril de 1890 Manuel Vitorino renunciou ao cargo de governador, sendo substituído pelo marechal Hermes Ernesto da Fonseca, ligado ao grupo do antigo Partido Conservador, representados por proprietários de terras e comerciantes, responsáveis pelo controle do processo eleitoral na capital e no interior. Mesmo assim, a política de enfrentamento à seca não foi retomada pelo governo com a mesma força do período monárquico.

Reclamações surgiam de vários pontos do sertão. Em seu periódico “Pequeno Jornal”, César Zama, político liberal, abriu espaço às conseqüências da seca e às queixas quanto à postura dos governantes mais preocupados com as eleições para a Assembléia Nacional e Estadual Constituintes. Os fornecedores e intermediários dos alimentos distribuídos pelo governo eram acusados de especulação de preços, “mal iniciados desde a terrível secca da Ceará”.²³³ Em Caetité, escassez, aumento de preços dos víveres, “famintos esmolando a caridade particular” e mortes de pessoas em decorrência da fome. O prolongamento da Estrada Central até Caetité era um antigo sonho da região e oportuno diante da falta de trabalho a muito que não tinham com o que ocupar-se devido a muitos que não tinham com o que ocupar-se devido à seca. Todavia continuava

²³² BACBA. *Relatório da Diretoria da Associação Comercial da Bahia* (1891), p. 7-8 e 163.

²³³ BPEBA. *PequenoJornal*, em 1º de julho de 1890, p. 2. César Zana promoveu movimento nas ruas e campanha em seu jornal para a demissão de Manuel Vitorino.

no plano dos sonhos e uma promessa não concretizada por Manuel Vitorino.²³⁴ Em Lençóis, Campestre e Andaraí, fome e febres fazem de quatro a cinco vítimas por dia. Sem médico e ambulância, essas comunidades apelaram ao governador, marechal Hermes da Fonseca e à caridade particular da Cidade da Bahia por meio de alguma atitude benemerita que pudesse trazer recursos para minorar a situação.²³⁵

No Recôncavo, a normalidade climática começou a se estabelecer a partir da chegada das chuvas em março de 1890, iniciando o restabelecimento da paisagem e do ânimo.²³⁶ Em compensação, muitas localidades do interior continuavam a conviver com a seca: Remanso, Caetité, vila de Umburanas, Brejo Grande, Paramirim, Lençóis, Macaúbas, vila de Orobó, Baixa Grande, Curalinho, Vila Velha, Jacobina, Queimadas, Serrinha e Entre Rios. Conseqüentemente, o fluxo migratório estava em plena atividade. Do centro do estado,

Constando que a estrada do prolongamento brevemente estará inaugurada em Joazeiro e com ella a navegação do S. Francisco, muitas familias têm emigrado para as margens d'este rio, na esperança de serem socorridas com o producto da lavoura do estado de Minas-Geraes. Valha-nos ao menos este conforto.²³⁷

O governo estadual viu-se então obrigado a restabelecer o envio de recursos ao interior. Sob sua responsabilidade, o governador, nomeado, marechal Hermes da Fonseca, abriu dois créditos para socorrer os habitantes do sertão que sofriam as conseqüências da seca, cada um no valor de 50:000\$000 de réis.²³⁸ Logo depois, o governo federal soma forças aos governantes estaduais abrindo um crédito de 150:000\$000 de réis. Segundo o jornal de César Zama tal quantia foi entregue ao

²³⁴ Idem, *ibidem*. Em 8 de julho de 1890, p. 1.

²³⁵ Idem, *ibidem*. Em 19 de julho de 1890, p. 2.

²³⁶ BPEBa. *Jornal de Notícias*, em 26 de março de 1890, p. 1

²³⁷ *idem, ibidem*. Em 18 de março de 1890, p. 1.

²³⁸ BPEBa. *Pequeno Jornal*, em 30 de agosto de 1890, p. 1.

“Comitê Wagner”, organizado pelo comerciante Franz Wagner para arrecadar socorros a serem enviados às localidades do interior.²³⁹

Mesmo assim, o sentimento de perda diante da estiagem é maior que nas de conjunturas passadas, tornando-se crescente e passando à seca seguinte – 1898/1900. Segundo um nostálgico e insatisfeito editorial do Pequeno Jornal:

“Há 30 annos, pouco menos, o interior da Bahia foi cruelmente assolado pela secca.

Mais de tres mil pessoas pereceram à fome. Fomos testemunhas oculares de scenas pungentissimas.

O flagello porem encontrava o sertão proposto e rica pela regularidade das estações dos annos anteriores.

Os sertanejos pela maior parte dispunham de recursos pecuniários, e por algum tempo puderam fazer face à falta e carestia de gêneros”.²⁴⁰

Havia abundancia de animaes muares”, possibilitando que, enquanto as estradas permaneciam transitáveis, das localidades partissem tropas que se abasteciam em locais não afetados na época, por exemplo, São Félix, Cachoeira e Nazaré. Em Lençóis, quando os caminhões não mais permitiam tal travessia, “alguns homens se reuniram, e iniciaram a navegação do Paraguassú, por canoas, de João Amaro para cima. Falava-no tudo; mas havia dinheiro”. Situação desfrutada por uma camada proprietária, pois aos pobres restava a migração e submissão aos trabalhos públicos e humilhação diária das rações e esmolas distribuídas pelo governo e caridade privada. Todavia,

Desde essa epocha porem as estações teem sido mais ou menos irregulares, e o sertão tem gradualmente empobrecido.

Os ricos de out’ora ficaram pobres, e os pobres reduzidos á penuria.²⁴¹

²³⁹ Idem, ibidem. Em 8 de outubro de 1890, p. 1. Os créditos abertos pelo governo do estado também foram destinados ao Comitê Wagner. A administração estadual parecia querer eximir-se de encargos quanto à gerencia do enfrentamento da seca no interior. Sai a Associação Comercial, assume o referido comitê.

²⁴⁰ Idem, ibidem. Em 12 de julho de 1890, p. 1.

²⁴¹ Idem, ibidem.

Essa “memória” da seca de 1857/1861 e desencantamento com a situação presente, busca denunciar as dificuldades existente no sertão e, conseqüentemente, os problemas enfrentados pela camada dominante desse espaço. Com a destruição das pequenas lavouras e da pecuária desenvolvidas no interior, trazendo a miséria para grande parte da população e obrigando os proprietários a venderem seus rebanhos a preços baixos para não perde-los de todo, a retirada dos pobres para pontos do litoral se faz necessário à medida que a caridade particular não mais dispunha de meios de socorre-los, provavelmente até enfrentando dificuldades para auto-sustentar-se. Segundo os relatos, a produção açucareira enfrentava uma crise, diminuindo a capacidade de absorção de mão-de-obra, gerando transtornos devido à presença de numerosa população. Também o comércio interno sofria em decorrência das dificuldades de transporte e da destruição da produção. As finanças provinciais, que vinham sofrendo com a centralização financeira promovida pelo Império, não melhoram com a República; pelo contrario, obrigando as administrações estaduais a recorrerem à interferência do governo central. Este, por sua vez, vai relutar e atender pontualmente aos apelos de perda, enquanto os proprietários passam a associar o sentimento da crise e perdas financeiras à seca. Eles passam de afortunados a Sísifos que vêm seus esforços se perderem a cada nova seca.

“Os sertanejos lutam, há muito tempo, contra a adversidade, e hoje estão reducidos aa inteira miséria”.

“Mesmo no tempo do imperio, sob os dous ultimos gabinetes, que tivemos, o mal já era enorme”.

(...)

“Regatearam os marrarchista, como regateiam hoje os republicanos, a esmola, que pedimos para os sertanejos bahianos”.²⁴²

²⁴² Idem, *ibidem*.

A crise econômica aliada à seca, tornou as perdas dos grandes proprietários maiores. A recuperação econômica torna-se mais difícil, pois a restrita interferência do governo aumenta os transtornos dos proprietários e provoca o rompimento das relações sociais tradicionais, à medida que poucos da camada subalterna são socorridos e o pauperismo crescente leva a retiradas às áreas não atingidas pela seca e com perspectivas de trabalho e desenvolvimento de novo as zonas produtivas como o sul do estado.

A seca de 1890/1900

Para desespero dos habitantes do interior, a seca instala-se em grande parte do interior do estado, despertando um acúmulo de estresses e desânimo entre os habitantes do sertão baiano, de alto a baixo do corpo social, e constituindo-se em uma nova angústia diante da possibilidade do cotidiano se desagregar. Foi o que aconteceu. A insuficiência das chuvas na época das trovoadas influenciou sobre a agricultura, diminuindo as colheitas. As áreas mais atingidas foram a zona semi-árida do norte do Estado, as do Rio de Contas, Caetitê, Monte Alto e Jequié. A produção de café e principalmente a do fumo sofreram grandes perdas com a estiagem.

Entre Monte Alegre e Santa Luzia (atual Santa Luz), diversas fazendas foram abandonadas pelos seus donos, à procura de “melhores climas e solos mais abençoados (...) verdadeiro êxodo”. Na cidade de Monte Alegre todo o gado foi levado para as soltas, a 5 ou 6 léguas de distancia, para que não morresse de fome e sede. A produção de leite foi totalmente paralisada, a lavoura destruída, a água das fontes e caldeirões secou, restando apenas uma pequena quantidade – de qualidade duvidosa – no Açude de Tremendal, onde os aguadeiros retiram a água que vendem. Na feira, aparecem em pequenas quantidades e a preços elevados farinha, feijão, milho e rapadura. Apenas o

gado apresentava um preço mais em conta, pois os criadores se vêem obrigados a abate-lo, do contrário, os animais morrem de inanição. Numerosos grupos de pessoas adventícias vivem à população. Quanto aos habitantes do termo:

“Aqui, são medíocres creadores, a quem a secca, abrazando-lhes as pastagens e evaporando-lhes as aguadas, fez morrer o gado, que era todo o seu presente e futuro de suas famílias”.

“Alli, são pequenos lavradores, a quem o sol crestar a terra, matando-lhes toda a plantação, fruto dos mais ingratos, labores, deixando-lhe apenas espinhos e cardos! (...)”.²⁴³

Em Monte Santo, Cumbe, Tucano, Uauá, Chorrochó, Patamuté e outros lugares voltados à criação de gado, a situação era desanimadora. Os fazendeiros sofriam a perda de seus rebanhos.²⁴⁴ Moradores de Vila Nova da Rainha, Jacobina e também Monte Alegre, iam alojar-se Itaberaba, à procura de trabalho, através de passagens concedidas pelos agentes do governo, desagradando à população daquela cidade. No Orobó Grande, o negociante e lavrador Manuel Francisco Gonçalves de Oliveira, foi assassinado por causa de água.²⁴⁵ No Cumbe, as conseqüências da seca somavam-se aos estragos provocados pelo conflito de canudos.²⁴⁶

Na outra zona pecuária do Estado, a de Caetité, o drama era o mesmo, provocando irritação entre a camada proprietária, inconformada pelas perdas, sem despertar a atenção desejada pelos governos estadual e federal, que se recusavam a socorrer-los da forma que desejavam, vendo seus esforços serem laldados pela estiagem. Quanto às classes subalternas, estas migravam de um lado a outro, morrendo de inanição, sem fixo, nem vínculos sólidos como a terra em que trabalhavam, e sob a tênue expectativa de retornar após a chegada das chuvas.

²⁴³ APEB. *Jornal de Notícias*, em 15 de junho de 1898, p. 1.

²⁴⁴ APEB. *Jornal de Noticia*, em 7 de julho de 1898, p. 1.

²⁴⁵ Idem, *ibidem*. Em 17 de novembro de 1898, p. 1.

²⁴⁶ Idem, *ibidem*. Em 18 de abril de 1899, p. 1.

Não foram poucos aqueles que se dirigiram ao governo e a assembléia para prorrogar o prazo à legitimação e compras dos terrenos devolvidos que se encerrava em 30 de junho de 1899. A alegação era os prejuízos provocados pela de 1898/1900.

Diversas reclamações me foram apresentadas contra o encerramento d'aquelle praso, principalmente por parte de habitantes de zonas que foram flagellados pela secca, allegando os reclamantes não se terem utilisado do prazo fixado na lei (...) pela siruação precária a que foram arrastados!²⁴⁷

De Jacobina e áreas vizinhas, um missivista explicava que com a seca, muitos foram compelidos a migração, mas ao retornarem não possuíam meios de revalidar as posses, concessões e sesmarias pelo estado de abandono em que encontram seus lares.²⁴⁸

Segundo o governador do Estado, Luiz Vianna, sua administração dispõe-se a minorar a situação das populações flageladas, atendendo às solicitudes das localidades mais atingidas e principalmente franqueando passagens nas linhas férreas, marítimas e fluviais aos que desejassem retirar-se a outros municípios. Os gêneros alimentícios continuaram a serem remetidos ao interior, todavia, não eram distribuídos, mas vendidos a preços módicos. Iniciou o projeto de construção de açudes nos municípios de Caetité, Monte Alto e Minas do Rio de Contas, os mais atingidos. Apesar de não receber ajuda do governo da União, as despesas com a crise climática foram superiores a 200:000\$000 de réis.²⁴⁹

O empreendimento de Luiz Vianna para a construção de 50 açudes não vingou. Segundo o seu sucessor, Severino Vieira, Luiz Vianna, “por ordem verbal” havia contratado ao engenheiro José Correia de Lacerda a construção dos 50 açudes, sendo que em alguns lugares o custo chegava a superar 950% do que geralmente se pagava na

²⁴⁷ APEB. Mensagem do governador do Estado da Bahia, Severino Nieira, 1901, p. 15.

²⁴⁸ APEB. Seção Republicana. *Jornal de Noticias*, em 31 de agosto de 1900, p. 2.

²⁴⁹ APEB. Mensagem do governador do Estado da Bahia, Luiz Vianna (1899), p. 4 e 10.

Bahia e outros Estados da União. O primeiro destes açudes, em construção na fazenda de propriedade do mesmo engenheiro, segundo os cálculos apresentados, custaria aos cofres públicos cerca de 7.600:000\$000. Quantia em muito superior ao todo que Luiz Vianna gastou dos cofres públicos com a seca. Após análise do andamento das obras e plantas do reservatório, constatou-se que a construção geraria um lucro superior a 4.000:000\$000 ao contratante. Além disso, José Correia de Lacerda teria direito a um prêmio de 10:000\$000 de réis sobre cada açude construído com capacidade de cem mil metros cúbicos de água. O contrato foi suspenso em 3 de novembro de 1900.²⁵⁰

Mesmo assim, foram construídos na Comarca do Rio de Contas, o Açude Salinas e a Barragem da Lagoa do Timóteo, a cargo de Silvério Adelino Seixas, cuja maior dificuldade decorreu em consequência do ritmo lento de trabalho da mão-de-obra, debilitada pela fome, estado agravado ainda mais pelas interrupções do pagamento, levando à retirada do pessoal “que, sem recursos, não podia continuar a trabalhar (...)”, pois

Em vista da horrorosa crise que está atravessando o certão, o pessoal apesar da boa vontade de trabalhar, não pode resistir por lhe faltar alimentação.

A população vive morta á fome o que muito contribue para a morosidade do serviço.

Apezar dos meos esforços para conclusão dos trabalhos, tudo me tem sido baldado por não haver pessoa alguma que queira fornecer generos ao pessoal impossibilitado de encetar outros.²⁵¹

Sofrendo uma forte oposição, a política de enfrentamento à seca desenvolvida por Luiz Vianna teve várias críticas. A sua atitude de não distribuir gêneros gratuitamente deve ter provocado surpresa e indignação em muitas autoridades locais, acostumadas à gratuidade de recursos aos grupos sociais que mais sofriam com a seca.

²⁵⁰ APEB. Mensagem do governador de Estado da Bahia, Severino Vieira (1901), p. 14.

²⁵¹ APEB. Seção Republicana. *Secretaria de Governo*, caixa 2.382, março 166, documento 634. Relatório do chefe da comissão de Açudes da Comarca do Rio de Contas, Silvério Adelino de Seixas, Lagoa do Timóteo, em 1º de fevereiro de 1899.

Medida que de certa forma enfraqueceu a relação de proteção que a camada proprietária devia aos que lhes demonstram algum tipo de deferência. Mesmo a ocorrência de febres entre os migrantes, teve seus cuidados delegados pelo governador aos municípios, por entender que era uma questão que tocava diretamente ao poder municipal.²⁵² Parecia haver uma certa disposição do governador em eximir-se de determinadas atribuições em relação à seca por entender que elas estavam circunscritas aos sertões. Aos administradores apenas cabia proporcionar algum alento, mas sem necessariamente envolver-se demais problemas primeiramente de âmbito municipal.

Algumas localidades parecem ter entendido tal mensagem, virando-se por conta própria para conseguir recursos que atendessem à população faminta. Em Amargosa, sob pressão do promotor Aureliano Leal e do tenente João Batista Coelho, o conselho municipal aprovou a verba de 1:000\$000 de réis para ser aplicado em “qualquer serviço público” a ocupar os “pobres sertanejos” que “acossados pela seca, vagueiam pelas ruas”. Na cidade do Bonfim (hoje Senhor do Bonfim), uma comissão de habitantes fundou o *Comité de Socoro a Infância Desvalida*, mantido por doações e encarregada de acolher em uma casa as crianças “cahidas de inanição e outras mesmo mortas à fome” que têm chegado aquela cidade.²⁵³ Na cidade de Curralinho também foi criado um *Comité de Caridade* por “iniciativa particular”. Dirigido pelo juiz de direito da comarca, Augusto Vergne de Abreu, e pelo promotor Bernadino Madureira de Pinho. O comitê sobrevivia de doações de particulares, permitindo-lhe assistir aos “famintos, que diariamente chegam aquella localidade”.²⁵⁴ A população de Salvador era recorrente benemérita de tais iniciativas.

Uma das medidas de Luiz Vianna mais questionadas foi o incentivo à migração, ao contrario do que havia ocorrido em 1888/1890. Aquele indivíduo ou

²⁵² Idem. Mensagem do governador de Estado da Bahia, Luiz Vianna (1900), p. 8.

²⁵³ APEB. Seção Republicana. *Jornal de Noticias*, em 3 de agosto de 1899, p. 1

²⁵⁴ idem, ibidem. Em 8 de agosto de 1999, p. 1.

família que quizessem uma passagem para retirar-se a outro lugar às custas do governo era atendido. Apesar de se terem cometido sobre a formação de colônias no interior da Bahia para abrigar os migrante, não foi concretizado. Os migrantes tinham total liberdade de se dirigirem a Salvador, onde eram instalados na hospedaria de Migrantes, em Manserrat, especialmente criada para abriga-los, funcionando como uma espécie de agência aos particulares que estivessem dispostos a contratar tal mão-de-obra. Os empregadores variavam entre fazendeiros do sul do Estado, o industrial Luiz Tarquínio e engenhos do Recôncavo. Havia também aqueles que perambulavam pelas ruas de Salvador, desafiando a imagem de Bele Epoqué que seus administradores e habitantes imprimiam à cidade. Apesar de escudados pelo fato de seu estado de mendicância ser provocado por um fenômeno de origem natural – o mesmo não ocorreu com os mendigos que já ocupavam a capital, alvos de uma política de controle e constante vigilância pelas autoridades policiais –, os habitantes da Cidade da Bahia preferiam vê-los longe de suas vistas, restritos a territorialidade do interior. Apenas a E. F. Bahia – São Francisco havia concedido mais de 2.000 passagens para Salvador. Estudando as tendências demográficas para Salvador durante a Primeira Republica, Mario Augusto da Silva Santos não detectou movimentos de migração que representassem um crescimento na sua população. O movimento demográfico na capital baiana foi essencialmente vegetativo. Não havia nada de atrativo no quadro econômico de Salvador que pudesse movimentar migrações de outros Estados, nem fixar a população que fugia da seca.²⁵⁵ Ele está certo, depois de algum tempo e com a volta das chuvas, os migrantes voltaram ao interior para restabelecer os vínculos que haviam deixado ou construir novos.

Todavia, a falta de opções à ocupação do fluxo migratório proveniente do interior não se restringia a Salvador, mas era generalizada. Por isso Luiz Vianna foi tão

²⁵⁵ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões Sociais*. São Paulo: USP, 1982, p. 30. Tese de doutorado.

criticado. As autoridades sertanejas, o interessante seria promover obras no interior, sertanejo, o interessante seria promover obras no interior, trazendo benefícios ao sertão, restabelecendo o prestígio dessas elites e diminuindo as levas migratórias, cujo crescimento demasiado trazia o risco de uma futura crise de mão-de-obra assim que a seca terminasse. Uma alternativa recorrente no *Jornal de Notícias* e aprovada pelas alternativas de prestígio na região norte do Estado foi a descoberta de ouro no leito dos rios Itapicuru e Jacuri, próximo a Queimadas, parecia ser a solução aos problemas enfrentados diante da seca. Segundo os defensores desse “Eldorado” as obras extemporâneas do governo – açudes construídos em tempo impróprio e lugares de difícil acesso, além de dispendiosos –, eram um desperdício diante das minas do Trapiá assim como os gastos com passagens e a distribuição de gêneros alimentícios para lugares “onde o trabalho é impossível”.

As próprias Minas de Trapiá não podiam dar ensejo á regularização de trabalhos? Pois o fanatismo cria poderosos povoados e o dinheiro e critério publico são impotentes para fazel-o?²⁵⁶

O acontecimento de Canudos ainda era um fantasma a assombrar a camada proprietária do norte da Bahia. Antônio Conselheiro e seus seguidores – uma numerosa população de fugitivos das relações trabalhistas e vínculos com a terra proporcionados pelos potentados locais –, ainda eram um trauma recente à memória da elite sertaneja, recentida pela pouca atenção dispensada pelo governo e temeroso das conseqüências que poderiam surgir de uma massa trabalhadora sem ocupação. E excepcionalidade de Canudos perpassa pelo viver desse cotidiano, povoado de desigualdade, injustiça e também de esperança. Alento que os potentados locais temiam ainda existir, restando-lhe intensificar as queixas contra os governantes e começar a formular um sabor, uma

²⁵⁶ APEB. Seção Republicana. *Jornal de Notícias*, em 1º de agosto de 1899, p. 1.

memória sobre a seca que justificasse seus temores e expectativas de Sísifos inconformados:

“Em 1890, quando a calamidade era incomparavelmente menor, foram tomados na capital diversas providencias em favor dos flagellados d’esta zona; e porque não acontece o mesmo na epoca actual?”²⁵⁷

Quanto às camadas subalternas, restava-lhes as esperanças cotidianas, alento que proporcionava com a seca e o seu enfrentamento.

²⁵⁷ APEB. Seção Republicana. I Jornal de Noticias, em 16 de outubro de 1899, p.1. A missiva foi enviada de Jequié.

CONCLUSÃO

No século XIX, o costume de ajudar os sertanejos em dificuldades diante da seca, mais do que um ato recorrente de solidariedade e caridade segundo princípio religioso, constituía-se em prática e direito reclamado dentro do equilíbrio particular de relações sociais e ambiente de trabalho mediados por ritos do que se convencionou chamar de “paternalismo” (proteção/deferência e submissão). Tanto os proprietários, quanto às camadas subalternas não só mantinham relações de reciprocidade – por mais desiguais que fossem –, quanto entendiam quais as suas posições e obrigações em tal composição social.²⁵⁸ A seca despertava entre as camadas subalternas necessidades e expectativas. Necessidades básicas de sobrevivência (alimentação, abrigo e trabalho) e expectativas quanto à existência de um futuro após a chegada das chuvas ressuscitando a paisagem. Futuro que representava a volta ao lar e às atividades cotidianas.

Em 1861, um parecer do Comissário Geral de Socorros Públicos, Pedro da Silva Rego, apresenta as expectativas de diversos segmentos sociais quanto ao restabelecimento do ambiente cotidiano com a estação das chuvas:

O povo saudou este acontecimento com indisível contentamento, embora na esperança que, infiltrando-se no animo de todos, lhe promette o proximo melhoramento de tantos males.

O lavrador que há trez annos cultiva a terra se aproveita, espera mudar de condições, voltando á seos lares abandonados.

O garimpo corre fraco e cambaleante por sobre ás serras diamantinas em demanda de seos cascalhos, extrahidos de há tempos para ca, para laval-lo agora, que a chuva o favorece.

²⁵⁸ Ver THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eichenberg. Sao Paulo: Cias das Letras, 1998; NEVES, Frederico de Castro. “Economia Moral *versus* Moral Econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?)”. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 39-57, fev. 1998.

O fazendeiro procura de novo sua propriedade abandonada, para recomeçar os trabalhos da criação, quase extinta por falta de pastagens e aguardas.²⁵⁹

Ainda em 1857/1861, normas e valores estruturados sob a égide do chamado “paternalismo”, colocados a prova à medida que a escassez de alimentos e a interrupção temporária das relações produtivas, ainda impunham pressão para que de alguma forma alternativas se apresentassem, remediando as exigências básicas de sobrevivência impostas pela presença das estiagens. Menos que um favor e mais uma obrigação “moral” dos indivíduos mais providos de recursos em relação aos que menos tinham. O caráter excepcional da seca e sua origem natural, tornavam, resistindo a migrações para locais distantes de seus lares e de suas famílias, preferindo esmolar a considerar privada e contentar-se com a ração distribuída pelo governo. Atitudes que iam além do conformismo às determinas das autoridades locais. A migração era inevitável é verdade, mas ela não precisava ser dirigida a locais muito distantes e desconhecidos, tampouco a subordinação a outros proprietários e a novas relações trabalhistas devia ser estabelecida. As expectativas mencionadas pelo documento citado há pouco, embora correspondam ao depoimento de um sujeito de situação – comerciante da praça de Salvador e com prestígio junto à administração provincial –, revela uma noção de sedentarismo, de apego a um determinado lugar, de identificação com uma certa vizinhança, de possuir raízes e sentir-se pertencente a uma determinada paisagem. É todavia, não se pode deixar de considerar que esse sedentarismo tinha que corresponder ao desempenho de determinadas atividades produtivas e da ocupação de uma posição na organização social. Quando tais laços se desfaziam, independente do indivíduo, de uma

²⁵⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. *Comissões de Socorros Públicos do Governo*, 1583, Correspondência do Comissário Geral Pedro da Silva Rego ao presidente de província, Santa Isabel, em 15 de fevereiro de 1861.

família, ter nascido e crescido em tal lugar, a migração para outras áreas em busca de outras alternativas de vida era inevitável.²⁶⁰

Pequenos furtos, principalmente a plantação que ainda guardavam alimentos justificavam-se pelo apelo “moral” da pobreza e da fome. Embora efetuassem algumas repressões, as autoridades policiais se recusavam a relacionar tais roubos ao crime. O empobrecimento diante da seca e a existência de relacionamentos no interior dessas comunidades impedia acusações formais ou o uso da violência diante da justificativa da fome. Repressões violentas contra os que furtavam apenas como forma de não sucumbir à fome em um período de seca, eram condenados, principalmente pelos que entendiam tais roubos como uma excepcionalidade diante da fome. Por exemplo, em uma “roça situada em local denominado Rio do Peixe no termo de Conceição do Almeida, o

“catingueiro Rufino, que vinha rolando de fome, sentiu-se tentado por umas bonitas espigas de milho e, não tendo forças para resistir, lançou mão de algumas.

Fel-o conta vontade de seus donos Manuel Leandro e Silverino de tal, que, descaridosos e bárbaros, agarraram-no e, depois de atal-o a um esteio da casa onde moram, deram-lhe tremenda sova de couro cru, que principiou às 9 horas da noite e só acabou no outro dia às 8 horas da manhã, soffrendo pequenos intervallos”.²⁶¹

A agressão, com característica que lembram comportamentos do período da escravidão – talvez a cor de Rufino tenha influenciado ou o fato de tratar-se de um migrante de outro lugar –, só terminou quando um morador do local, Euclides Queiroz, “retirou o paciente do poder dos seus verdugos”, levando-o à cidade do Curralinho. Todavia, o “catingueiro” faleceu antes de lá chegar. Concorrente às notícias dos furtos movidos pela fome existiam referências a “saqueadores” nas estradas, de um crescimento assustador dos roubos praticados em fazendas, trazendo enormes prejuízos a seus donos. Tal ocorrência será mais comum nas duas últimas décadas do século. Mesmo assim, a

²⁶⁰ Ver WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henrique Brito. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 120-121.

²⁶¹ APEB. Seção Republicana. *Jornal de Notícias*, em 14 de julho de 1899, p. 1.

ocorrência de tais tensões não afetava diretamente os poderosos, muito menos questionava ou trazia ameaças à distribuição vigente da riqueza social. Todavia, trazem indícios de que transformações sociais estavam se processando. O considerável fluxo migratório em 1888/1890 e 1898/1900, aliado ao empobrecimento geral, revelam uma restrição ao exercício do “paternalismo”. As políticas públicas de assistencialismo aos “flagelados da seca”, inauguradas em 1857/1861, já não possuem os mesmos recursos de tal período, assim como os proprietários do interior passam por dificuldades econômicas, liberando um maior número de indivíduos dos vínculos “paternalistas”. Estes não têm mais expectativas de voltarem de onde migraram em decorrência da seca, tendo que buscar novas paragens. As relações personalizadas de proteção/submissão não deixam de atuar, mas têm que se conformar em um âmbito menor, pois cada nova seca, sempre havia aqueles desabrigados, expulsos da terra que trabalhavam, sendo desfeitos as ligações trabalhistas que até então mantinham.

Apesar dessas relações sociais não se preservarem para todos a presença da seca e os transtornos que potencializava no cotidiano das camadas subalternas, não desestruturava a estabilidade social, pois forçava os potentados locais a encontrarem meios que neutralizassem os riscos de tal ameaça.²⁶²

Com a formalização do sistema eleitoral republicana, no final do século XIX e primeiras décadas do XX os grupos dominantes no sertão passam a repensar sua posição no contexto do Estado da Bahia e a desenvolver uma nova sensibilidade a seca, atribuindo-lhe senão o principal, pelo menos um papel de relevância entre os problemas que afligem o interior semi-árido. Eles se convenceram e depois às autoridades estaduais que as medidas de enfrentamento da seca deviam ser institucionalizadas de uma vez por todas pelo governo diminuindo a participação da caridade particular.

²⁶² NEVES, Frederico de Castro. op. cit., p. 46.

Reformulando e revelando em seus domínios políticos e econômicos sociabilidades que não revertem as desigualdades sociais, mas propõem a reafirmação das relações de proteção e deferência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Ignácio, e AMARAL, Braz do. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. V 5.

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Bahia*, com declaração de todas as diotâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra/Brasília; INL, 1979.

AGUIAR, Manoel Pinto de. *Abastecimento: crises, motins e intervenções*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

_____. *Nordeste: o drama das secas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Retratos do Brasil, v. 167).

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife:FJN, Ed. Massaranga; São Paulo: Cortez, 1999.

_____. “Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste”. IN: *Revista brasileira de História*, São Paulo; ANPH/Marco Zero, V. 14, n. 28, 1994.

ALMEIDA, Rômulo. *Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio*. Salvador: Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951.

- ALVES, Joaquim. “História das Sêcas; séculos XVII à XIX”. In: *História do Ceará*: Monografia n° 23 (1° volume). Fortaleza: Instituto do Ceará, 1953.
- ANDRADE, Lopes de. *Introdução à Sociologia das Secas*. Rio de Janeiro: Editora Noite, s.d.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811/1888*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.
- ARAÚJO, Heitor, Pe. *Vinte anos de Sertão*. Bahia: Empresa Gráfica, 1953.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro, e BARRETO, Vanda Sampaio de Sá. “A Bahia econômica e social”. In: *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional*. 1ª etapa. 1850-1889, Salvador; CPE, 1978. Pp: 33-79.
- AZEVEDO, Thales de, e LINS, E. Q. Vieira. *História da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- AVÉ – LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, 1859*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Impren-

sa Nacional, 1985; v. V, p. 296-331.

BAHIA, Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social. *A Seca na Bahia: o modelo de intervenção do Estado*. Salvador: SETRABES/CODESCO, 1985.

BAHIA. SEPLANTEC. Centro de Planejamento da Bahia – CEPLAB. *Evolução Territorial e administrativa dos municípios baianos*. Salvador, 1976.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia: *Análise dos atributos climáticos do Estado da Bahia*. Salvador: SEI 1998.

BASTOS, João Pereira. *O Futuro do Polígono das Secas*. Melhores dias para o Nordeste. Salvador: Universidade da Bahia, 1957.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. Trad. Denise Bottman. 2 ed. Sao Pulo: Companhia das Letras, 1995.

CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômica-financeira da Bahia de 1808 a 1889*. Bahia: Imprensa Oficial, 1925.

CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Campus, Brasília: ABID, 1988.

CASCUDOS, Luís da Câmara. “Experiência de Santa Luzia”. In: –. *Amíbis e outros ensaios: mitologia e folclore*. 2 ed. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF; Natal: UFRN,

1983. p. 63-68.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome; o dilema brasileiro; pão ou aço*. 10 ed. Rio de Janeiro: Antares, 1987. (Clássicos Sociais no Brasil).

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNNIFF, Roger Lee. *The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1880*. University Microfilms. Ann Arbor, 1970

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia do Século XIX*. Salvador: EDUFBA/Sarah Letras, 1996

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel/Moreira. São Paulo: Companhia de Letras, 1996.

DECUMEXU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIAS, Nobert. *Sobre o Tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 7 ed. Globo: Rio de Janeiro, 1987.

FRAGA, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec, EDUFBA: Salvador, 1996.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de, ROCHA, Ana Lúcia Borges de Carvalho, e MELO, Maria Alba Guedes Machado. *O Sertão da Bahia: aproximação para análises de sua formação histórica*. Salvador: CAR (Núcleo de Avaliação, 1984. V. 2. (Diagnóstico Parâmetro do Sistema de Avaliação do PDRI para a Região Nordeste da Bahia – 1ª etapa, 2).

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Au Brasil: deux regions de Bahia (1896-1937)*. Université de Paris – Sorbone, Paris IV, 1992. (Tese de Doutorado em História).

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. *Documentação Oral e a Temática da Seca: estudos*. Brasília: Senado Federal, 1985. (Coleção Lima Barreto, 9).

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: –. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carrotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GOMES, Josildete. “Povoamento da Chapada Diamantina”. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. p. 221-238, n. 77, 1952.

- GUERRA, Philippe, e GUERRA, Theophilo. *Seccas conta a Secca*: Rio Grande do Norte. Seccas e invernos. Acugagem, irrigação. Vida, costumes sertanejos. 2 ed. Rio de Janeiro: Typ. da Livraria Cruz Coutinho, 1909 (Coleção Mossorense, v. 29).
- IVANO, Rogério. “Sobre as fronteiras: o norte do Paraná nos anos da Primeira República”. In: *Pós-História*. Assis, 30, p. 37-114, V 7, 1999.
- JANCSÓ, István. “O Nordeste e os programas de intervenção social”. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador: CEAS, nº 44, jul/ago, 1976.
- LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- LEÃO, Sônia de Oliveira. *Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia*. Recife: SUDENE, 1987.
- LEERS, Bernardino, Fr. OFM. *Religiosidade rural: uma contribuição local*. Petrópolis: Vozes, 1967. (Igreja Hoje, 14).
- LEVINE, Robert M. *O Sertão Prometido: o Massacre de Camudos no Nordeste Brasileiro, 1893*. Trad. Mônica Dantas. São Paulo: EDUSP, 1995.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.
- LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Colonos e Colônias: uma avaliação das experiên-*

cias de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do séc. XIX. Salvador; 1982. (Dissertação de Mestrado, UFBA).

MAINARDI, Diogo. *Polígono das Secas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MATA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*. Salvador: FFCH/UFBA, 1996. Dissertação de Mestrado.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Bahia, Século XIX: uma Província no Império*. Trad. Yedda de Macedo Soares. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. 2 ed. Rio de Janeiro Topbooks, 1999.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise Agrária e Luta de Classes: O Nordeste Brasileiro entre 1850 e 1889*. Brasília: Editora Horizonte, 1980.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana:

UEFS, 1998.

_____. “Sertanejos que se venderam: contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada”. In: *Afro-Ásia*, 19/20 (1997), p. 239-250.

NEVES, Frederico de Castro. “Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 a 1932). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: AMPH/Marco Zero, V. 15, nº 29, 1955.

_____. “Economia Moral versus Moral Econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?)”. In: *Projeto História*. São Paulo, EDUC, nº 16, fevereiro/1998, p. 39-57.

ORBIGNY, Alcide d'. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. David Jardim. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado, v. g.

PINHO, Wanderley. *Política e Políticos no Império: contribuições documentais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Trad. Arquimedes Pereira Guimarães. Bahia: Itapuã, 1968.

PRIORI, Ângelo. “História Regional e Local: métodos e fontes”. In: *Pós-História*. Revista de Pós Graduação em História. Assis: Universidade Estadual Paulista, v. 2, 1994.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malés, 1935*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS, João José, e AGUIAR, Gabriela D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. *Revista de História da USP*, n. 135, p. 133-159, 1996.

RIBEIRO, Ellen Mello dos Santos. *Abastecimento de farinha da Cidade do Salvador, 1850-1870: aspectos históricos*. Salvador: 1982. (Dissertação de Mestrado da UFBA).

RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal, 1953.

SALLES, David. “A lavra de Lindolfo Rocha”. In: *Universitas: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, n. 3/4, maio/dezembro, 1969, p. 179-180.

SAMPAIO, Consuelo Navais (org.). *Camudos: Cartas para o Barão*. São Paulo: EDUSP. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. “Repensando canudos: o jogo das Oligarquias”. In: *Luso Brazilian Review*. 30 (2): 97-113, 1993.

- SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. 2 ed. Salvador: Progresso Editôra, 1955.
- SAMUEL, Raphael. “História Local e História Oral”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V. 9, n. 19, p. 219-243, set. 89/fev. 90.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segrados Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1330-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Cândido da Costa e. “Uma leitura missionária da seca”. In: SILVA, Severino Vicente da (org.). *A Igreja e o Controle social nos sertões nordestinos*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- _____. *Roteiro da Vida e da Morte: um estudo do cotidiano no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982. (Ensaio, 81).
- SILVA, Marcos A da. “A História e seus limites: notas sobre região e interdisciplinaridade”. In: *Revista USP*. São Paulo, p. 208-226, março/maio, 1997.
- _____. *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: ANPH/Maço Zero, 1990.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. “O Direito da Fala (Violência e Política em Vidas Secas)”.
In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, . 12, n. 23/24, p. 91-98, set. 91/ago. 92.

In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, . 12, n. 23/24, p. 91-98, set. 91/ago. 92.

SOUZA, Antônio Muniz de. “Viagens e observações de hum Brasileiro”. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: (72): 3-139, 1945.

SPIX E MARTIUS. *Através da Bahia*: excerptos da obra *Reixin Brasilin*. Trad. Pirajá e Paulo Welf. 2 ed. Salvador: Imprensa Oficial, 1928.

SUPERINTERESSANTE. “Seca: os ventos contra o Nordeste”. Ano 8, nº 5, maio, 1994. pp. 46-53.

_____. “Um susto com data marcada: El Niño”. Ano 7, nº 3, março, 1993. pp. 27-31.

TEÓFILO, Rodolfo. *A Seca de 1915*. Fortaleza: UFC, 1980.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eicheberg. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “La Economía “Moral “ de la Multitud em la Inglaterra del siglo XVIII”. *Tradición, revuelta y consciencia de Classe*. Barcelona: Crítica, 1979. p. 62-134.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Diário da Bahia, 1893.

VILHENA, Luís dos Santos, *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969, v. II.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.